



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**EDIRLAN MIRANDA DE OLIVEIRA SOUZA**

**TECNOLOGIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PAIS COMO  
INSTRUMENTO DE INCREMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DA BAHIA**

**Salvador  
2014**

**EDIRLAN MIRANDA DE OLIVEIRA SOUZA**

**TECNOLOGIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PAIS COMO  
INSTRUMENTO DE INCREMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Moura Benevides

**Salvador  
2014**

Escola de Administração - UFBA

S729 Souza, Edirlan Miranda de Oliveira.

Tecnologia social: uma análise do PAIS como instrumento de incremento para o desenvolvimento rural sustentável no Estado da Bahia / Edirlan Miranda de Oliveira Souza. – 2014.

122 f.

Orientador: Profa. Dra. Tânia Moura Benevides.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Tecnologia – Aspectos sociais. 2. Agricultura familiar. 3. Agroindústria. 4. Agricultura – Desenvolvimento sustentável. 5. Projetos de desenvolvimento rural. 6. Desenvolvimento rural. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 303.483  
338.18

**EDIRLAN MIRANDA DE OLIVEIRA SOUZA**

**TECNOLOGIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PAIS COMO  
INSTRUMENTO DE INCREMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em 19 de setembro de 2014

**Banca Examinadora**

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Tania Moura Benevides  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Denise Ribeiro de Almeida  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Ana Rita Silva Sacramento  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Faculdade Anísio Teixeira - FAT

Salvador, BA, 19 de Setembro de 2014.



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE EDIRLAN MIRANDA DE OLIVEIRA SOUZA DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e catorze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Profa. Dra. Tânia Moura Benevides** (UFBA), orientadora do aluno, pelos membros titulares **Profa. Dra. Denise Ribeiro de Almeida** (UFBA) e a **Profa. Dra. Ana Rita Silva Sacramento** (FAT), se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **"TECNOLOGIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PAÍS COMO INSTRUMENTO DE INCREMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DA BAHIA"**, de autoria de **Edirlan Miranda de Oliveira Souza**. Após a apresentação da dissertação o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser ..... *Aprovado* ..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pelo mestrando.

Salvador, 19 de setembro de 2014.

**Profa. Dra. Tânia Moura Benevides**  
(UFBA - Orientadora)

**Profa. Dra. Denise Ribeiro de Almeida**  
(UFBA)

**Profa. Dra. Ana Rita Silva Sacramento**  
(FAT)

**Sr. Edirlan Miranda de Oliveira Souza**  
(Mestrando)

À minha família pelo  
companheirismo e compreensão,  
em especial meus pais, irmãos,  
esposa e filho, pela inspiração e a  
confiança de sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao SEBRAE, por proporcionar e viabilizar a iniciativa do apoio ao Mestrado, através da parceria com o CIAGS, que contribuiu de forma expressiva no meu desenvolvimento pessoal e profissional.

À minha orientadora Tânia Benevides, pelas contribuições assertivas e sua disposição em contribuir no desenvolvimento deste trabalho.

Minha Banca Examinadora, Denise e Ana Rita, que juntamente com minha orientadora, proporcionaram valiosas contribuições adicionais ao trabalho, além dos elogios ao conteúdo e apresentação.

Aos novos amigos Silvio Antonio Diehl e Udo Martin Trennepohl que me acolheram no período da Residência Social e apresentaram a oportunidade de vivenciar uma experiência única em minha vida.

Meus colegas do SEBRAE que contribuíram na consecução dessa trajetória direta ou indiretamente, em especial à Célia Fernandes, que participou ativamente da construção desse trabalho, com suas valiosas contribuições, além de compreender os momentos em que estive ausente.

Toda a equipe do CIAGS, em especial a Tânia Fisher pela grandiosa iniciativa da proposta desse curso e sua formatação.

Aos consultores Nivaldo, Ivan, Firmino e Joéliton, que estiveram sempre a postos quando precisei do apoio na aplicação dos questionários de pesquisa.

Meu amigo, Aly N'diaye, que foi o criador da Tecnologia Social PAIS, que como e entusiasta me fez apaixonar ainda mais por essa iniciativa de desenvolvimento da agricultura familiar.

Aos Diretores Lauro Ramos, Edival Passos e Luis Henrique, pela confiança de fazer parte da equipe SEBRAE e proporcionar essa magnífica possibilidade do título de mestre.

Dedico com todo o meu carinho a minha família, meus pais Erivaldo e Jussy Neide e meus irmãos Larissa, Erivaldo Segundo, João Antônio e João Victor, que essa conquista é de todos nós. Vocês me deram a educação necessária para que pudesse galgar esse título.

Um agradecimento especial à minha esposa Daiana Martins e meu filho Caio Vitor pela compreensão e paciência em entender a importância dessa conquista, nas ausências constantes para participação nas aulas, inclusive nos finais de semana e na etapa final do curso, na construção dessa dissertação. Vocês tem todo o crédito dessa conquista.

Em especial a Deus, que nos entrega todas as ferramentas possíveis para conquistarmos todos os nossos sonhos. Ele é a razão de tudo que conquistei em minha vida.

“A tecnologia moderna é capaz de realizar a produção sem emprego. O ‘diabo’ é que a economia moderna não consegue inventar o consumo sem salário.”

(Betinho)



**SOUZA, E. M. O. Tecnologia Social: uma análise do PAIS como instrumento de incremento para o Desenvolvimento Rural Sustentável no estado da Bahia.** (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. 122 f. Salvador, BA, 2014.

## **RESUMO**

As Tecnologias Sociais vêm se tornando formas de inserção social e econômica na sociedade brasileira. Se tornando uma das mais viáveis e promovidas nos últimos anos a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS vem sendo fomentada pela Fundação Banco do Brasil e o SEBRAE em todos os estados do país, como propósito de potencializar a atividade rural através da agricultura familiar, com a melhoria da alimentação e segurança alimentar das famílias e agregação de renda no campo. Utilizando os princípios da sustentabilidade, o PAIS agrega os aspectos econômico, social e ambiental à sua matriz produtiva. O PAIS é integrado porque alia a criação de animais com a produção vegetal e utiliza insumos gerados por animais da propriedade, em todo o processo produtivo. O principal objetivo dessa dissertação é analisar quais os fatores relacionados à implantação do projeto Tecnologia Social PAIS no território estudado impacta no Desenvolvimento Rural Sustentável. Como metodologia utilizada, utilizou-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica abrangendo os aspectos do desenvolvimento até a sua contribuição na formação da Tecnologia Social, uma contextualização sobre o SEBRAE e a forma de apoio ao projeto nos estados. Para obtenção dos dados analisados, foi realizada uma pesquisa de campo, censitária, junto aos beneficiários abrangendo aspectos sociais, geração de renda, comercialização e segurança alimentar, complementada com a análise dos relatórios técnicos dos consultores de campo do projeto na região do CONSAD, que abrange a 19 municípios e uma média de sete unidades PAIS para cada um, totalizando a 132 beneficiários diretos. Dentre os resultados obtidos com a pesquisa, foi possível perceber a importância de uma seleção de famílias de forma adequada e a implantação do projeto de forma adensada que viabiliza diversas condições de escoamento e comercialização, oportunizando a agregação de valor aos produtos e troca de experiências técnicas. Também se faz necessário a realização de parcerias estratégicas envolvidas para propiciar o alcance dos resultados socioeconômicos previstos no desenho da metodologia. Para tanto, é essencial a realização do monitoramento constante e a realização de ações estratégicas que possibilitem a obtenção do sucesso e a replicação da Tecnologia Social para promover o Desenvolvimento Rural Sustentável da agricultura familiar brasileira.

**Palavras-chave:** Tecnologias Sociais. Desenvolvimento Rural Sustentável. Agricultura Familiar. Agroecologia. PAIS

**SOUZA, E. M. O. Social Technology: PAIS analysis as a tool of increment for Sustainable Rural Development in the state of Bahia.** (Dissertation) Masters in Social Development and Management, Federal University of Bahia. 122 f. Salvador, BA, 2014.

## **ABSTRACT**

The Social Technologies has become forms of social and economic integration into Brazilian society. Becoming one of the most viable and promoted in recent years Ecological Agriculture Production Integrated and Sustainable - PAIS are being encouraged by Bank of Brazil Foundation and SEBRAE in all states of the country, the purpose of enhancing the rural activity through family farming , with better nutrition and household food security and income aggregation in the field . Using the principles of sustainability, PAIS aggregates the economic, social and environmental aspects of its production matrix. The PAIS is integrated because it marries livestock with crop production and animal uses inputs generated by the property in the entire production process. The main objective of this dissertation is to analyze the factors related to the implementation of the Social Technology PAIS project impacts in the study area in Sustainable Rural Development. As methodology used, initially used a literature search covering aspects of development to its contribution to the formation of Social Technology, a contextualization of the SEBRAE and form of project support in the states. To obtain the data analyzes of a field research involving beneficiaries covering social, income generation , marketing and food security, complemented with the analysis of technical reports from consultants in the field of design CONSAD region, covering was performed the 19 municipalities and an average of seven units PAIS for each, totaling to 132 direct beneficiaries. Among the results obtained from the research, it was possible to realize the importance of selecting families adequately and deployment of the densified form design that enables various flow conditions and marketing, providing opportunities to add value to products and exchange technical experiences. It is also necessary to carry out strategic partnerships involved to provide the range of socioeconomic outcomes envisaged in the design methodology. Therefore, it is essential to have constant monitoring and achievement of strategic actions that enable the achievement of success and reproduction of Social Technology to promote Sustainable Rural Development of the Brazilian family farming.

**Keywords:** Social Technologies. Sustainable Rural Development. Family Farming. Agroecology. PAIS.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fases das Políticas Públicas.....	27
Figura 2 - Percentual de estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos - 2006.....	30
Figura 3 - Paralelo entre Tecnologia Convencional e Tecnologia Alternativa .....	36
Figura 4 - Ilustração de um modelo do Sistema PAIS .....	42
Figura 5 - Demanda de Produtos Orgânicos no mundo - 2011 .....	47
Figura 6 - Segmentação dos Públicos Atendidos pelo SEBRAE.....	53
Figura 7 - Pilares da Metodologia GEOR - Gestão Estratégica Orientada para Resultados ....	54
Figura 8 – Divisão das Regionais de Atuação do SEBRAE/BA.....	55
Figura 9 - Estrutura do Mapa Estratégico do Sistema Sebrae .....	56
Figura 10 - Delimitação da Região Semiárida Brasileira.....	58
Figura 11 - Representação de um modelo de Cadeia Produtiva do Agronegócio.....	61
Figura 12 - Imagem Aérea dos municípios que compõem a Tríplice Fronteira.....	73

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões do Desenvolvimento Sustentável .....	19
Quadro 2 – Funções ideais a serem cumpridas por uma Política Pública .....	28
Quadro 3 - Modalidades das Adequações Sociotécnicas - AST .....	38
Quadro 4 - Etapas para Implantação do projeto PAIS.....	65
Quadro 5 - Cronograma de aplicação da pesquisa GEOR.....	67
Quadro 6 – Características do Projeto PAIS CONSAD .....	78

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimento por Setor PPA 2014-2017, SEBRAE e Parceiros (Em R\$ mil) .....	57
Gráfico 2 - Produtores por Sexo .....	81
Gráfico 3 - Produtores por Município .....	82
Gráfico 4 - Conhece o PRONAF? Gráfico 5 - Possui DAP? .....	82
Gráfico 6 - Distribuição do tamanho da propriedade .....	83
Gráfico 7 - Condição de posse do imóvel.....	83
Gráfico 8 - Morador com acesso a Programa Social .....	84
Gráfico 9 - Percentual de produtores por tipo de Programa Social .....	84
Gráfico 10 - Vínculo à Entidade Cooperativa.....	80
Gráfico 11 – Vínculo Entidade Associativa.....	85
Gráfico 12 - Distribuição de renda, exceto Programas Sociais (R\$).....	86
Gráfico 13 – Renda familiar proveniente da atividade agropecuária (R\$) – T0 .....	86
Gráfico 14 - Renda Proveniente da atividade Agropecuária (R\$) – T1 .....	87
Gráfico 15 - Principais fontes de renda .....	88
Gráfico 16 - Produção Agropecuária nos últimos 12 meses .....	88
Gráfico 17 - Comercialização Agropecuária nos últimos 12 meses.....	89
Gráfico 18 - Composição de produtos na alimentação diária da família.....	89
Gráfico 19 - Principais formas de comercialização - T0 .....	90
Gráfico 20 - Principais formas de comercialização – T1 .....	90
Gráfico 21 - Principais dificuldades na comercialização dos produtos.....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDE	Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BA	Estado da Bahia
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CDE	Conselho Deliberativo Estadual
CDN	Conselho Deliberativo Nacional
CDR	Conselho de Desenvolvimento Regional
CEAG	Centro de Assistência Gerencial
CEBRAE	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa
CGU	Controladoria Geral da União
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consócio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DOU	Diário Oficial da União
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EUA	Estados Unidos da América
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FBB	Fundação Banco do Brasil
FEA/USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GEOR	Gestão Estratégica Orientada para Resultados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
MI	Ministério da Integração Nacional
NA	Nacional
NAI	Núcleo de Assistência Individual
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Ponto de Atendimento Sebrae
PAA	Plano de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PGPAF	Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PP	Políticas Públicas
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Residência Social
SC	Estado de Santa Catarina
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIGEOR	Sistema de Informações da Gestão Estratégica Orientada para Resultados
SIPAF	Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SISBI	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SUASA	Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
TS	Tecnologia Social
UAGRO	Unidade de Agronegócios
UD	Unidade de Demonstração
UE	União Europeia
UF	Unidade Federativa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UR	Unidade Regional do SEBRAE
USP	Universidade de São Paulo
VMR	Vida Melhor Rural

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL ..</b>	<b>19</b>
2.1	UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO .....	19
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	25
2.2.1	Políticas Públicas .....	25
2.2.2	Agricultura Familiar no Brasil .....	29
2.3	TECNOLOGIA SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR .....	34
2.4	PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL – PAIS .....	40
2.4.1	Mercado para os produtos Orgânicos e Agroecológicos .....	43
<b>3</b>	<b>SISTEMA SEBRAE.....</b>	<b>49</b>
3.1	SEBRAE: CONTEXTO HISTÓRICO .....	49
3.2	SEBRAE NOS DIAS ATUAIS E SEU MODELO DE GESTÃO .....	51
3.3	SEBRAE - BAHIA .....	54
3.3.1	Atuação do Sebrae no Agronegócio Baiano.....	57
3.3.1.1	O Cenário do Agronegócio Baiano .....	57
3.3.1.2	O Sebrae Bahia e o Agronegócio: ambiente institucional.....	59
3.4	A TECNOLOGIA SOCIAL PAIS APOIADA PELO SISTEMA SEBRAE .....	63
<b>4</b>	<b>RESIDÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>69</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>77</b>
5.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	77
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>80</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>
	<b>ANEXO A – COMPOSIÇÃO DO KIT PAIS PADRÃO FBB.....</b>	<b>100</b>
	<b>ANEXO B – FOTOGRAFIAS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROJETO PAIS - CONSAD .....</b>	<b>102</b>
	<b>ANEXO C – VARIÁVEIS CRÍTICAS IDENTIFICADAS PARA INCORPORAÇÃO NOS PROJETOS PAIS .....</b>	<b>107</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO PAIS .....</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE B – GRÁFICOS ADICIONAIS DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PESQUISA.....</b>	<b>115</b>



## 1 INTRODUÇÃO

As grandes transformações ocorridas no planeta nas últimas décadas ampliaram consideravelmente a demanda para um olhar mais amplo às questões socioambientais, atrelados à imensa demanda por alimentos, surge uma possibilidade de mercado ainda maior para agricultura familiar. Ela que representa cerca de 84,4% dos estabelecimentos rurais, ocupando 75% da mão de obra no campo com uma receita bruta de R\$ 41,3 bilhões, aproximadamente 34% de tudo que se produz pela agropecuária no Brasil (IBGE, 2006).

Considerado o setor que mais contribui na garantia do superávit da Balança Comercial do Brasil. Os produtos do Agro geraram um saldo positivo de US\$ 82,91 bilhões para a nossa balança comercial em 2013 (MAPA, 2014). Os demais setores da economia, em conjunto, apresentaram um *déficit* de US\$ 80,4 bilhões no mesmo período (MDIC, 2014). A participação do agronegócio no PIB brasileiro é de 21,26%, indicando a importância relativa das atividades do agronegócio no emprego é maior que no valor adicionado.

A agricultura familiar também demonstra suas potencialidades, se apresentando como a grande promessa para atender ao mercado de alimentos mundial. Seguindo a tendências de aumento de consumo dos produtos agroecológicos e orgânicos, este se torna um diferencial de valor agregado que será extremamente valorizado ano após ano. Atrelado às políticas públicas de fomento à atividade rural, através do PRONAF, os pequenos agricultores tem em mãos as ferramentas necessárias para se profissionalizarem, melhorar a qualidade dos produtos e se capitalizarem para garantir o volume de produção de acordo com essa demanda emergente.

De certa forma, existem os mecanismos e os caminhos para que aconteça esse desenvolvimento, mas sem a integração de parcerias e, principalmente a mudança da cultura do homem do campo, esse desenvolvimento rural se distancia ainda mais.

De certa forma, surgem as oportunidades de acesso às tecnologias sociais, que vem para “atender as demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população” (ITS, 2004), muitas vezes de forma gratuita/mais barata, acessível e testada para promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental, ainda servindo de referência para novas experiências. Elas podem ser produtos, técnicas ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Atraídos ao contexto citado acima: demanda por alimento crescente no planeta, agronegócio despontando no mercado, políticas públicas amplamente disseminadas, abrindo possibilidades para os pequenos, que por sua vez tem a maior capacidade de produção agroecológica/orgânica (que é a maior tendência futura de mercado) e com oferta de

tecnologias sociais, só faltavam estruturas de parceria que fomentasse essas tecnologias. De certa forma elas existem.

O SEBRAE e Fundação Banco do Brasil desenvolveram uma tecnologia social capaz de protagonizar uma alavancagem na produção agroecológica que é a TS PAIS<sup>1</sup> – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, que fora estruturada tendo como premissas a promoção do desenvolvimento social e a sustentabilidade de famílias rurais de baixa renda. Ela oferece técnicas para produzir com baixo custo, com pouca demanda de insumos externos, proporcionando a produção de hortaliças, frutas, ervas, dentre outros, para o sustento da família, através dos princípios da segurança alimentar, e ainda contribui continuamente para a provisão de renda através da comercialização do excedente de produção.

É um tipo de tecnologia social inspirada na atuação de pequenos produtores que optaram por fazer uma agricultura sustentável, sem uso de produtos tóxicos e com a preocupação de preservar o meio ambiente. Integrando técnicas simples e já conhecidas por muitas comunidades rurais.

Segundo o SEBRAE Nacional, até o ano de 2012 foram implantadas no Brasil cerca de 5.124 unidades PAIS<sup>2</sup>, impactando aproximadamente 25.620 pessoas, com um investimento de cerca de R\$ 53 milhões. No estado da Bahia, objeto desse estudo, já foram implantados cerca de 462 unidades PAIS beneficiando diretamente cerca de 2.310 pessoas.

Apesar de toda essa potencialidade, notou-se, através do acompanhamento do projeto na Bahia, desde 2006 até a presente data, também da participação em reuniões com técnicos do SEBRAE de vários estados e do Nacional, que atuam diretamente com o PAIS, altos investimentos por diversos parceiros, mas com pouca mensuração de resultados efetivos e formato de implantação e acompanhamento não padronizados gerando investimentos indevidos.

Não existe uma formatação padronizada, mas que de certa forma fosse flexível a depender das realidades locais, mas que fossem consideradas como ações de suporte à TS. Algumas ações padronizadas até existem, mas poucas focadas na Assistência Técnica às famílias, com uma limitação temporal de curto prazo. De qualquer forma, não se busca a estruturação de uma governança, através de um mapa mental do projeto, que viabilize enxergar toda a dinâmica dessa cadeia de parcerias para a condução de um processo de resultados efetivos no projeto.

---

<sup>1</sup> O SEBRAE e FBB são os maiores fomentadores da TS PAIS, mas existem outros parceiros envolvidos diretamente na aquisição e implantação dos Kits, não necessariamente com a participação dos dois primeiros.

<sup>2</sup> Composição do Kit PAIS consta no Anexo A desta dissertação.

Desta forma, busca-se nessa pesquisa, responder a seguinte questão: Quais os principais fatores da Tecnologia Social PAIS que contribuem para o Desenvolvimento Rural Sustentável do território estudado?

Percebem-se algumas variáveis necessárias a serem estudadas, bem como a definição do público-alvo, concentração de unidades PAIS, o método de seleção mais adequado, considerando a proximidade de implantação das unidades PAIS, bem como esses aspectos influenciam no projeto. No contexto mercadológico, os fatores dificultadores e facilitadores para escoamento da produção.

A fim de responder a tal problemática esta pesquisa tem por objetivo específico identificar os principais fatores da Tecnologia PAIS que contribuem para o desenvolvimento Rural Sustentável no território estudado.

Por objetivos específicos buscou-se: destacar a metodologia PAIS como Tecnologia Social e suas contribuições para o Desenvolvimento Regional Sustentável; analisar a participação e contribuições dos Parceiros nos processos de implantação do PAIS; avaliar o método e critérios de seleção das regiões/famílias beneficiadas pelo projeto PAIS; identificar e analisar as particularidades dos PAIS implantados na região estudada; analisar os resultados do projeto, com destaque às particularidades de cada região com influência à agregação de renda às famílias; apresentar uma proposta que viabilize a implantação e acompanhamento para uma efetividades do PAIS.

O tema se torna relevante ao buscar o entendimento dos fatores de sucesso da aplicação do PAIS na região estudada que podem contribuir para a melhoria das implantações futuras, principalmente os que serão apoiados pelo SEBRAE, na qual será possível a implantação do método, uma vez que existe um grau de influência na concepção desse projeto na Bahia.

Diante disso, busca-se como objetivo geral verificar quais os fatores relacionados à implantação do projeto Tecnologia Social PAIS no território estudado impacta no Desenvolvimento Rural Sustentável.

A metodologia de pesquisa utilizada nesse trabalho foi dividida através de duas etapas distintas. Na primeira etapa construiu-se o referencial teórico, através da pesquisa bibliográfica, buscando-se publicações que abordassem as temáticas relacionadas, utilizando livros, teses, dissertações, artigos, *papers*, revistas e sites de internet, como forma de contextualizar a concepção e conceituação dos temas identificados como prioritários. A segunda etapa foi realizada através de uma pesquisa de campo, censitária, através da

aplicação de questionário socioeconômico aos beneficiários do projeto PAIS que foi executado no estado da Bahia. O detalhamento do método consta em capítulo específico.

A dissertação consta de oito capítulos. Após a introdução, o Segundo Capítulo apresenta o início do Referencial Teórico, debatendo os Desafios do Desenvolvimento Rural Sustentável, com abordagem conceitual sobre o Desenvolvimento, sua concretização em Políticas Públicas, suas opções disponíveis para a Agricultura Familiar, que por sua vez tem à sua disposição Tecnologias Sociais, chegando à opção do PAIS, seus objetivos e características, como referência a resultar ao desenvolvimento sustentável. O terceiro Capítulo trata do Sistema SEBRAE, sua contextualização histórica até os dias de hoje e seu modelo de gestão, a atuação na Bahia, especificando o cenário do agronegócio baiano e a contribuição da instituição para o desenvolvimento do setor e da Tecnologia Social PAIS. O quarto Capítulo apresenta o relato da vivência prática ocorrida na Residência Social, no Extremo Oeste Catarinense e o legado do Desenvolvimento Rural Sustentável daquela região para a gestão social. O Capítulo seguinte apresenta a metodologia de pesquisa aplicada e, por fim, serão apresentados os resultados da pesquisa, as considerações finais e o referencial bibliográfico utilizado em toda a dissertação.

## 2 DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Este capítulo busca apresentar uma construção sobre os desafios do desenvolvimento rural sustentável e engloba na subseção 2.1 uma breve contextualização sobre o desenvolvimento, aludido aos aspectos econômico, social e ambiental, também trazendo outros elementos e argumentos de pensadores mais contemporâneos. Na subseção 2.2 busca-se, a partir da necessidade de construção do desenvolvimento para a elaboração conceitual das políticas públicas, na 2.3, a concepção do seu instrumento para a formação das Tecnologias Sociais, delineadas para a Agricultura Familiar, e (2.4), um exemplo do emprego do modelo de TS PAIS para a produção agroecológica para a sustentabilidade rural.

### 2.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Para iniciar uma abordagem acerca do desenvolvimento no âmbito rural, não se podem deixar de lado as análises do ambiente em que o principal objeto de estudo desse trabalho está inserido, ou seja, o contexto Local, bem como os aspectos políticos e socioeconômicos à realidade do agricultor familiar, não obstante o Desenvolvimento Sustentável, tema amplamente discutido a partir da década de 1990.

Segundo Sachs (1993), devem ser observadas, nas discussões acerca do escopo do planejamento do desenvolvimento sustentável cinco dimensões nas discussões relacionadas aos aspectos dos sistemas econômicos: econômica, social, ecológica, espacial e cultural.

**Quadro 1 - Dimensões do Desenvolvimento Sustentável**

DIMENSÃO	DEFINIÇÃO	FINALIDADE
ECONÔMICO	Aumento na Eficiência do Sistema	Alocação de Recursos e melhor gestão do sistema
SOCIAL	Melhoria dos níveis de distribuição de renda	Diminuição da Exclusão Social e distância entre as Classes Sociais
ECOLÓGICA	Preservação do Meio Ambiente	Não comprometimento dos recursos Naturais necessários à sobrevivência da humanidade
ESPACIAL	Tratamento Equilibrado da Ocupação Urbana e Rural	Melhor distribuição territorial das atividades econômicas e domiciliar a humanidade
CULTURAL	Alteração nos modos de pensar e agir da sociedade	Despertar uma consciência ambiental capaz de reduzir o consumo de produtos de impacto ao meio ambiente

Fonte: Sachs (2003)

A abordagem de Sachs (2003) traz a incorporação de variáveis que possibilitam ainda mais a fragmentação conceitual dos aspectos desenvolvimentistas. As dimensões Espacial e Cultural, teoricamente estariam intrinsecamente incorporadas aos demais, no entanto, ao trazer à tona no campo de debate conceitual, percebe-se uma necessidade dessa incorporação no contexto Desenvolvimentista moderno, considerando as variáveis hoje existentes no campo das políticas públicas governamentais.

A conceituação básica de desenvolvimento citada pelo *Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa* remete à: a) Ato ou efeito de desenvolver; b) Crescimento ou expansão gradual; b) Passagem gradual de um estágio inferior a um estágio mais aperfeiçoado; c) Adiantamento, progresso; d) Extensão, prolongamento, amplitude.

A primeira ideia que podemos ter é que o Desenvolvimento pressupõe o crescimento a partir de um *status quo* e tem implícita a ideia de progresso.

Segundo Santos et al (2012 *apud* DENIZ, 2006, p. 33), levando em consideração a convergência da palavra, pode-se obter a expressão: “sem movimento para reverter a ação” ou “sem envolvimento”. Nesse caso, conclui-se, através da análise do autor é preciso uma ação para gerar o movimento e/ou envolvimento.

Para Esteve (2000 *apud* Fischer, 2002, p.17) o conceito pode ser moldado a depender dos interesses e intenções diversas, sendo:

O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humano. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar significado e substância ao pensamento e ao comportamento.

A palavra desenvolvimento pode estar alinhada a diversos conceitos, dentre eles vinculados aos “adjetivos local, integrado e sustentável, que constroem a senha DLIS, como é conhecido o processo no Brasil” (FISCHER, 2002, p. 17).

Para tanto, a abordagem mais adequada para o termo, neste trabalho, está diretamente vinculada ao tema DLIS, que por sua vez abrange sistematicamente a realidade e o anseio da sociedade rural brasileira. Desta forma, se faz necessário analisar as diversas variáveis em que se combinam os adjetivos da sigla, no que tange o aspecto “sustentável”, a abordagem se dar na junção das dimensões “econômica, social e ambiental”.

O Desenvolvimento ou Crescimento Econômico é um tema amplamente discutido no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção de ambos. Muitos autores atribuem apenas o incremento no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento,

mas sem se preocupar com a sua distribuição. Acrescentando apenas que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p.24).

De qualquer forma, o desenvolvimento deve ser resultado no crescimento econômico e consequentemente na qualidade de vida da população, incluindo “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

O debate sobre o tema amplia-se com a necessidade da discussão do desenvolvimento sobre o prisma econômico, político, social (e ambiental) e cultural, considerando a expectativa da população acerca dos seus anseios, aludindo o crescimento econômico integrado ao padrão de vida da sociedade, pois ele consiste em um processo social global. O conceito inicial para o aspecto econômico o “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.115-116). O interesse coletivo é resultado das ações individuais privadas, e os indivíduos buscam atender ao seu interesse próprio, e, ao fazerem isso de forma indireta, acabam por atender aos interesses da coletividade (mão invisível do mercado) (VIEIRA; SANTOS, 2012). Também se faz necessário estar alerta para o risco de o desenvolvimento poder criar desigualdades, ou seja, gerar o subdesenvolvimento, “é uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração” (FURTADO, 2009, p.30). Complementando “uma vez que existe incompatibilidade entre a oferta de fatores de produção, tecnologia e demanda final, gera-se a heterogeneidade estrutural, a qual solidifica o processo de subdesenvolvimento” (FURTADO, 1992). Ao se pensar no desenvolvimento devem-se levar em consideração as demandas sociais, ou seja, segundo Furtado (1974), a nova orientação teria que ser no sentido mais igualitário, reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados.

Ainda sobre no debate sobre o Crescimento Econômico e o Desenvolvimento Econômico, Vieira e Santos (2012 *apud* EBER, 2011) aponta que:

o primeiro consiste em mais do mesmo, e o segundo, implica em transformações estruturais relacionadas a um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais. Esta configuração favorece a distribuição de

poder econômico e social, constituindo uma nova economia política. Desta maneira, o desenvolvimento econômico passa por uma mudança na distribuição do poder político; conseqüentemente, associa produção de recursos com sua distribuição em função da força política dos atores sociais.

Milone (1998) diz que para se caracterizar o desenvolvimento é necessário se analisar a evolução a partir do crescimento econômico através dos indicadores sociais, dentre eles o PIB, PIB Per capita, renda, desemprego, nível de pobreza, saúde, moradia, educação, etc.

Santos et al (2012 *apud* ISLAM e HENAULT, 1988) argumentam que:

O conceito de desenvolvimento nos moldes do pensamento econômico clássico não foi capaz de suprir as necessidades básicas dos países do Terceiro Mundo, ao considerar que o crescimento do PIB não alcançou as camadas inferiores da população. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento deveria representar algo que possibilitasse uma progressiva redução e eliminação final da desnutrição, da doença, do analfabetismo, da miséria, do desemprego e das desigualdades. Assim, os princípios do crescimento e da acumulação de riqueza deveriam ser substituídos pelos princípios das necessidades básicas. Neste caso, o conteúdo do PIB tornaria mais importante que a sua taxa de crescimento.

A partir do pensamento em que se concebe o desenvolvimento apenas na evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital, ou seja, o olhar estritamente economicista, sem observar as condições sociais da população, contribuíram para que houvesse um incremento conceitual do desenvolvimento da dimensão Social. Contudo, conforme Santagada (1993), houve uma mobilização para que introduzissem instrumentos de medidas para quantificar o desenvolvimento social, com destaque à ONU e seus organismos especializados, que tem puxado o debate, inclusive elegendo na década de 1990, “o desenvolvimento como o mais importante desafio a ser enfrentado pela raça humana” (SANTOS et al, 2012). Tal iniciativa tem criado ferramentas indispensáveis para a mensuração dos indicadores sociais, amplamente utilizada para as tomadas de decisões para a formação de políticas públicas, conforme complementado por Santagada (1993):

A investigação no campo dos indicadores sociais realizada por organismos governamentais e não governamentais tem buscado aprofundar a vinculação dos indicadores sociais com os princípios que nortearam o seu surgimento, ou seja, servir de instrumento para o planejamento governamental, bem como superar as análises estritamente econômicas. Agora, as condições sociais fazem parte do rol de preocupações não só dos especialistas, como também dos governos.



Analisando os aspectos sociais que abrangem principalmente a região nordeste do Brasil, observa-se uma distorção significativa dos indicadores, destacando: distribuição de renda, desenvolvimento humano, saúde pública e educação, expectativa de vida, mortalidade infantil, etc., em relação a outras regiões do país. Esse fato se dar através de questões históricas de baixo investimento público na região, questões relacionadas à estiagem, que ocorre com frequência e distribuição de renda ineficaz.

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de ampliar o debate para o conceito do desenvolvimento além do econômico, ou seja, “além do mero aumento da riqueza tangível ou física” (KLERING, FACHIN, MESQUITA, 1998), conforme relatório da “Brand Comission”, da ONU (1980 *apud* KLERING, FACHIN, MESQUITA, 1998):

[...]desenvolvimento é mais do que a passagem da condição de pobre para a de rico, de uma economia tradicional rural para uma sofisticada: carrega ele consigo não apenas a ideia da melhor condição econômica, mas também a de maior dignidade humana, mais segura, justiça e equidade.

Na linha do desenvolvimento social, existem meios eficientes para viabilizar a inclusão socioeconômica à população mais desassistida de estruturas básicas de sobrevivência, não somente através de programas sociais, a exemplo do Bolsa Família, que cumpre parcialmente esse papel, mas através do fomento e disseminação de tecnologias sociais aplicadas ao meio rural e urbano, através de políticas públicas eficientes, com uma visão mais estratégica de inclusão econômica. A região nordestina, por exemplo, apesar de sofrer com a seca constante, tem possibilidades e mecanismos para uma produção agropecuária contínua e rentável, sem a necessidade de elevados investimentos em tecnologia.

A produção ampliada e a produtividade tem um grau significativo de importância para uma determinada localidade. Esses bens e serviços produzidos devem melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas e a distribuição de riqueza entre elas, sendo definida por Vieira e Santos (2012 *apud* VAZ, 2005), como Produtividade Social, ou seja:

A quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas a melhor distribuição dos recursos possibilita a harmonização do desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida.

Ainda no debate sobre a problemática da estiagem, que afeta diretamente, somente na Bahia, cerca de 2.752.844 habitantes, segundo o SENAR-BA. O estado tem a maior dimensão territorial da região nordeste, com cerca de 60% do seu território na região semiárida, com 276 municípios inseridos nessa realidade, segundo o IBGE.

Nessa temática, que se faz constante nos dias atuais é que se entende a necessidade de ampliar o debate para a preservação do meio ambiente. O conceito desenvolvimentista deve estar devidamente alinhado a esse tema, aludindo ao fato de que há uma preocupação eminente acerca da garantia da manutenção de parte dos recursos naturais para as futuras gerações, em contraponto ao desenvolvimento econômico industrial desenfreado, vem, de forma sistemática, tornando esse argumento inviável. Segundo Diegues (2008), a ciência e os cientistas naturais atuantes nas áreas de biologia, climatologia, oceanografia e da ecologia, os movimentos sociais, através das organizações não governamentais, são os que defendem a tese para a elaboração do conceito do ecodesenvolvimento “como a possibilidade de um modelo de crescimento zero em contraposição ao modelo hegemônico desenvolvimentista, centrado no crescimento contínuo e na acumulação de bens, em contraponto, a sociedade enxerga a natureza apenas como um mero recurso produtivo do sistema capitalista e o homem como um ser superior a própria natureza” (SANTOS et al, 2012), o autor ainda coloca que:

o ecodesenvolvimento também não atendia as necessidades dos países do Sul que logo se manifestaram de forma crítica ao novo conceito apresentado. Para eles, as sociedades ocidentais depois de séculos de crescimento industrial acelerado e do esgotamento de seus recursos naturais querem impedir que países menos desenvolvidos tenham o direito de decidir sobre os seus recursos. Deste debate surge como proposta o conceito de desenvolvimento sustentável. Este é apresentado como uma espécie de terceira via do desenvolvimento, de modo a conciliar os interesses dos desenvolvimentistas - onde o crescimento e acumulação constituem princípios fundamentais do modelo, bem como, do ecodesenvolvimento - cujo conservacionismo e prudência ecológica são tidos como solução.

No tripé da sustentabilidade, o viés ambiental tem a sua importância, pois ele se torna a garantia para sobrevivência das atuais e futuras gerações, pois o tema trás a tona o que foi deixado de lado para viabilizar outras prioridades das nações em desenvolvimento no século passado.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a

injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor (COMISSÃO..., 1991, p.46-47).

Para Oliveira (2002), é de fundamental importância a ampliação dessa discussão para esclarecer os conceitos de desenvolvimento na sua forma geral e econômica. “Ampliação do produto é importante, mas não traz por si só desenvolvimento”.

A Rio +20 foi um dos palcos mais importantes desse século sobre os debates acerca do meio ambiente, com discussões de temas atualizado, com novas vertentes, considerando o novo cenário econômico mundial.

Desta forma, conclui-se o início de uma abordagem conceitual, antiga e ao mesmo tempo atualizada, em que a temática do Desenvolvimento se enquadra e emprega às suas características, sejam elas no campo da Sustentabilidade, através das suas dimensões, com agregação de novos conceitos e práticas que contribuem, principalmente na concepção de ações governamentais consistentes através de Políticas Públicas para o desenvolvimento da humanidade.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Nesta subseção serão abordadas e detalhadas as principais conceituações sobre as Políticas Públicas e seu direcionamento para ações voltadas à Agricultura Familiar no Brasil, destacando as principais ações e avanços das intervenções governamentais para esse público específico.

### 2.2.1 Políticas Públicas

Ainda incorporadas à sociedade moderna, a diferenciação social é uma característica bastante presente aos seus membros, não apenas através de sexo, idade, religião, estado civil, renda, etc., mas também com ideias, valores, interesses, dentre outros elementos que os fazem desempenhar diferentes papéis durante a sua existência. De forma complexa e frequente, essas referências fazem com que hajam conflitos de opinião, valores, dentre outros que devem, por sua vez, se manter em limites toleráveis e respeitáveis entre si. Para isso, a simples coerção e

a política são os principais meios, sendo que a primeira, quanto mais usada, mais reduzido se torna o impacto e com elevado custo.

Nesse caso, resta a política, que não se limita à coerção, mas a envolve como possibilidade. Desta forma, percebe-se então o sentido de o estado implementar as Políticas Públicas (PP), que definida, de forma mais simples, conforme colocado por Souza (2003 *apud* LYNN, 1980) como ações governamentais integradas que tem como objetivo produzir efeitos específicos. De certo modo, tendem a tentar responder, ou simplesmente minimizar a problemas sociais, dentre elas com possibilidade de se enquadrar aos aspectos de renda, saúde e educação, que podem ser contempladas com pacotes de ações públicas, integradas e que gerem os resultados esperados.

Ainda nessa linha de pensamento, o SEBRAE (2008) entende que:

as Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde.

Apesar das abordagens sobre o tema tomarem rumos diferentes, para Souza (2006) o tema apresenta uma conceituação e aplicações multidisciplinares, com foco na natureza das políticas públicas e seus processos. O autor complementa:

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e tem contribuído para avanços teóricos e empíricos.

As demandas para a criação de políticas públicas eventualmente são fortemente influenciadas pelo anseio social, mas a sociedade civil organizada tem contribuído de forma significativa para a efetivação desse debate, além de participar ativamente das discussões públicas e na proposição e formatação das políticas. Nesse sentido, esses grupos na sua maioria, são formados por sindicatos, associações de classe, representação empresarial, ONGs, dentre outros.

Para o SEBRAE (2008), para a discussão, criação e execução das políticas públicas, existem dois tipos de atores que emergem tal influência com maior predominância. São eles

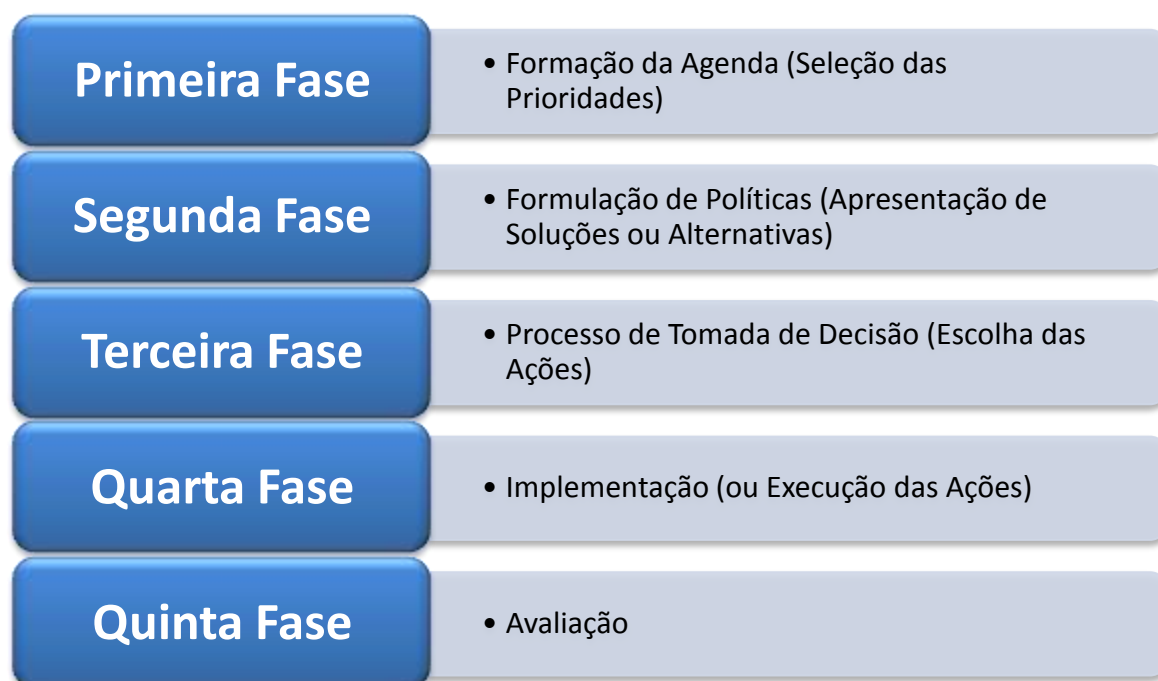
os entes ‘estatais’, que são oriundos do poder público das esferas municipal, estadual e federal; além do ‘privado’, que são representados pela sociedade civil.

Os atores estatais são aqueles que exercem funções públicas no Estado, tendo sido eleitos pela sociedade para um cargo por tempo determinado (os políticos), ou atuando de forma permanente, como os servidores públicos (que operam a burocracia). (SEBRAE, 2008).

Embora exista a divisão entre os atores, o Estado ainda tem maior autonomia, que “geram determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para implementação de objetivos de políticas públicas” (SOUZA, 2006). Muito dessa autonomia se dar pelo domínio dos servidores nas questões internas que envolvem processos de aquisições através de licitação e controle do orçamento.

O SEBRAE (2008) defende um ciclo de fases a serem cumpridas a fim de tornar mais eficiente a aplicação das políticas públicas. Elas se interligam entre si, de tal forma que essa separação se dá mais para facilitar a compreensão do processo:

**Figura 1 - Fases das Políticas Públicas**



**Fonte: Adaptação (SEBRAE, 2008)**

Para o detalhamento dessas fases, o SEBRAE (2008) acrescenta que existe a necessidade, nas primeiras fases, da definição dos indicadores que são uma série de dados que

mostram a condição de determinada situação. Se esses indicadores apresentarem uma situação problemática, ela poderá ser inserida na Agenda Governamental para sofrer interferência do poder público. A instituição coloca um exemplo prático sobre o assunto: “...uma alta taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas nos primeiros meses de sua existência, o que poderia resultar em uma política pública voltada para esse segmento” (SEBRAE, 2008).

Outro ponto destacado seria a observação dos resultados de programas anteriores, tendo eles sido encerrados ou não, mas que tivessem falhas apontadas nas medidas adotadas, ou demais problemas com falta de atenção governamental.

podemos citar o fato de que os períodos de transição de governos são apontados como aqueles onde a Agenda muda com maior facilidade, o que também demonstra a importância da visão dos políticos sobre quais temas devem receber maior atenção. (SEBRAE, 2008)

O SEBRAE (2008) conclui que, apesar de haver a proposição na inserção da questão na agenda governamental, isso não significa a sua priorização, considerando que fatores específicos como: “interesse político, mobilização popular e a percepção de que os custos de não resolver o problema serão maiores que os custos de resolvê-los”.

Considerando a execução de uma Política Pública é importante ressaltar a relevância das avaliações dos indicadores constantemente e ao final dos ciclos da sua implementação. Isso proporciona que possam ocorrer ajustes no seu curso, de forma a minimizar as falhas e os gastos indevidos. De qualquer forma, se faz necessário observar as funções em que se propõem as políticas públicas.

#### **Quadro 2 – Funções ideais a serem cumpridas por uma Política Pública**

Promover e melhorar os níveis de cooperação entre os atores envolvidos;
Constituir-se num programa factível, isto é, implementável;
Reduzir a incerteza sobre as consequências das escolhas feitas;
Evitar o deslocamento da solução de um problema político por meio da transferência ou adiamento para outra arena, momento ou grupo;

Ampliar as opções políticas futuras e não presumir valores dominantes e interesses futuros nem prever a evolução dos conhecimentos. Uma boa política deveria evitar fechar possíveis alternativas de ação.

Fonte: Adaptação (SEBRAE, 2008)

Dentre as políticas públicas existentes, destaca-se no contexto desta pesquisa, que aborda os aspectos centrais relacionados à agricultura familiar, a experiência do Pronaf e suas derivações.

### 2.2.2 Agricultura Familiar no Brasil

A agricultura familiar no Brasil amplia seu nível de importância a cada ano, tanto na produção agropecuária, através do abastecimento direto ou indiretamente da maioria das residências do país, quanto na geração de emprego e renda no campo.

Segundo o Censo Agropecuário 2006<sup>3</sup>, existem no Brasil 5.175.489 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 329,9 milhões de hectares. As receitas obtidas com a atividade agropecuária foram de R\$ 121,8 bilhões. Destes, 4.367.902 são estabelecimentos familiares<sup>4</sup>, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, com uma área média de 18,37 ha por estabelecimento familiar. Ainda distante dos empreendimentos rurais não familiares, que tem uma média de 309,18 hectares por propriedade.

A pesquisa aponta ainda que a agricultura familiar no país é responsável pela ocupação de 12,3 milhões de pessoas, incluindo o proprietário da terra e emprega cerca de 75% da mão de obra no campo, com uma receita de R\$ 41,3 bilhões, representando, aproximadamente, 34% de toda a receita proveniente da produção agropecuária brasileira.

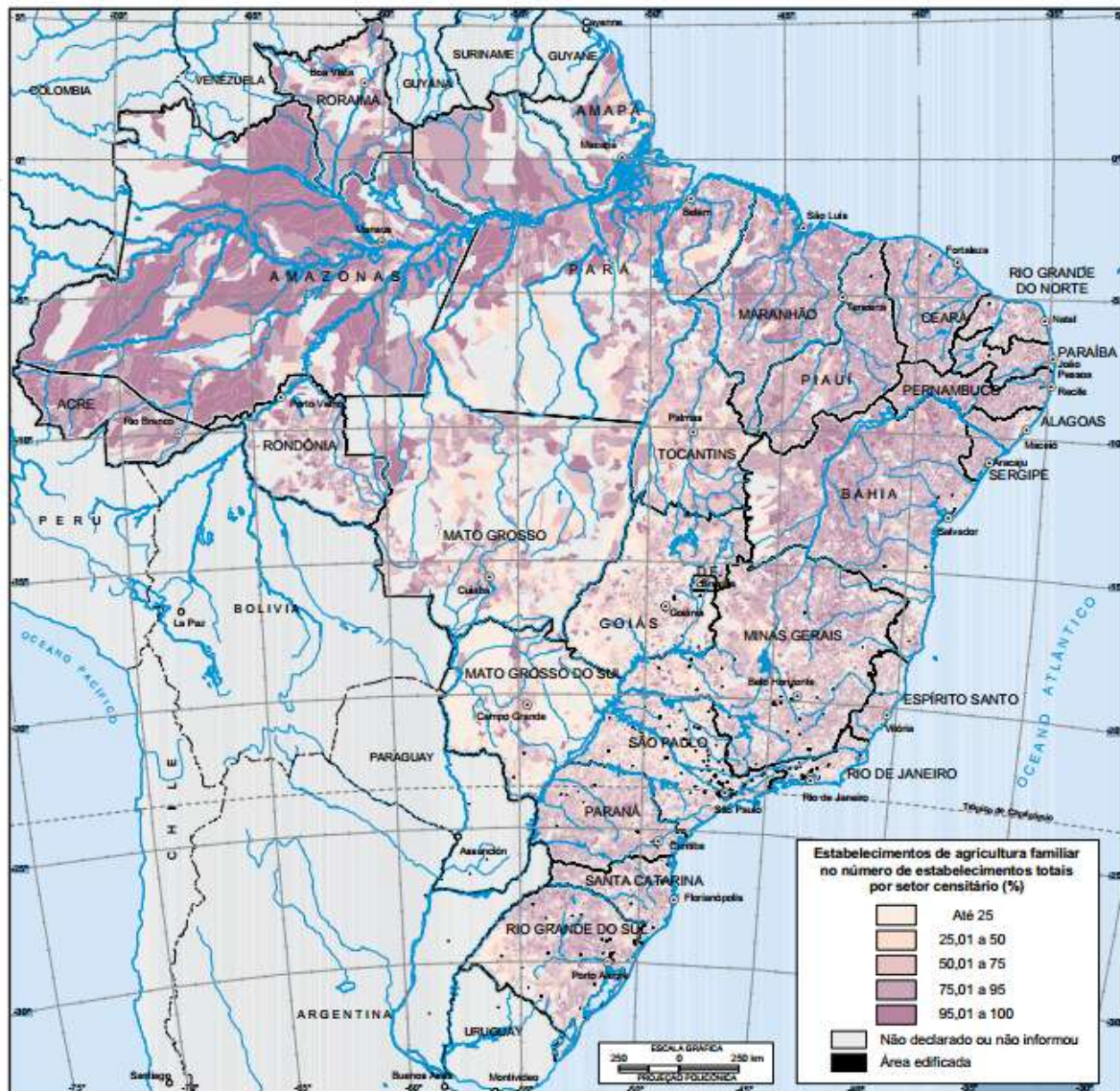
---

<sup>3</sup> O Censo Agropecuário 2006 foi realizado de acordo com os critérios e regras atualizados, definidos pela Lei: 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

<sup>4</sup> Classificação definida através da Lei: 11.326, de 24 de Julho de 2006.



**Figura 2 - Percentual de estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos - 2006**



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 2006.

Na figura acima se percebe uma grande concentração de estabelecimentos de agricultura familiar na região Nordeste e menor no Centro Oeste do Brasil.

Esses fatores somados são influenciados intimamente ao nível de importância dado pelos governos ao assunto. Uma maior alavancagem desse setor produtivo se deu a partir de 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, instituído pelo Decreto nº 1.946, proporcionando o favorecimento efetivo dos produtores familiares. Seu principal objetivo é o estabelecimento de diversas ações e a garantia dos recursos para apoiar as atividades produtivas do segmento da agricultura familiar no Brasil. No seu primeiro artigo, o decreto define como objetivo “promover o



desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração”.

O PRONAF surgiu como resultados de reivindicações dos atores atuantes no segmento, através, principalmente, dos trabalhadores rurais organizados e de grupos sociais que apontavam a importância do estabelecimento de políticas para proporcionar os meios de fortalecimento da produção agrícola no Brasil. O programa já alcança considerável dimensão em todo o país, consolidada como principal ação concreta de política pública direcionada à agricultura familiar no país.

Essa política pública proporciona ao produtor rural acesso a programas e benefícios federais, destacando:

- a. PRONAF Crédito, com linhas específicas, facilidade de acesso e baixas taxas de juros. Segundo o MDA, o programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Para que o produtor tenha acesso a esse programa, o mesmo precisa obter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que pode ser emitida pelos Sindicatos Rurais ou as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER nos estados;
- b. Programas de Compras Governamentais, através do:
  - i. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Coordenado pela CONAB), onde segundo o MDA tem como objetivo colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. O PAA propõe garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar estabelecendo preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, ao mesmo tempo que articula esta produção com os mercados institucionais ou para formação de estoques, atendendo aos princípios da segurança alimentar. Para acessar a esse programa, o produtor precisar obter a DAP; e

- ii. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Estabelecido através da Lei nº 11.947/2009, que “determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”. Complementando os aspectos legais, se faz necessário a priorização das aquisições dos gêneros alimentícios no mesmo municípios em que se localizam as escolas. As entidades que podem adquirir os produtos são as Secretarias Estaduais de Educação, prefeitura e escolas que recebem recursos diretamente do FNDE.

Existem outros programas, não menos importantes que os mencionados anteriormente, mas que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social do meio rural, através do fomento à agricultura familiar, conforme segue a relação completa dos programas disponíveis para esta Política Pública, segundo o MDA/SAF:

- Agroindústrias;
- Alimentação Escolar;
- Assistência Técnica;
- Biodiesel;
- Crédito Rural;
- Diversificação Econômica;
- Garantia Safra;
- Mais Alimentos;
- Mais Gestão;
- Programa de Aquisição de Alimentos;
- Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar - PGPAF;
- Política Setorial do Leite;
- Projetos Especiais;
- Redes Temáticas de ATER;
- Seguro da Agricultura Familiar - SEAF;
- Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar – SIPAF;
- Sóciobiodiversidade;

- SUASA;
- Talentos do Brasil.

O conjunto de programas vinculados à Política do PRONAF visa atender aos anseios da agricultura familiar, onde esses atores contribuem significativamente na construção dessas políticas, através da participação ativa das suas representações sindicais e organizacionais através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, presente em todo o país, reunindo todos os atores envolvidos com a agricultura familiar. Eles dão autonomia aos estados para operar as ações do PRONAF e contribuir para a construção de novos projetos e programas, sendo eles a nível federal e estadual.

Diante da atribuição ao nível de importância do setor na economia brasileira, no ano de 2006, o Governo Federal instituiu a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, definindo da seguinte forma a agricultura familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

A agricultura familiar tem um nível de contribuição expressivo no abastecimento dos domicílios brasileiros, e os números mostram a sua importância, tanto na produção quanto na geração de emprego e renda no campo, mas existe a necessidade iminente de agregação de novas tecnologias de produção visando a melhoria da produtividade e agregação de valor aos

seus produtos. E não é somente papel da Assistência Técnica e/ou as entidades governamentais essa contribuição, mas sim a congregação das expertises de organizações de pesquisa e parceiros estratégicos para a formulação, criação e difusão de processos e métodos inovadores que proporcionem, por exemplo, a possibilidade de o agricultor familiar do semiárido nordestino manter a produção agropecuária nos períodos de estiagem, garantindo sua sobrevivência e do seu rebanho, com a implantação de uma tecnologia social de produção de palma adensada e/ou uma barragem subterrânea.

Esses aspectos se fazem necessários e proporcionam, juntamente com as políticas públicas do PRONAF, a grande transformação tão esperada pelo agricultor familiar no Brasil.

### 2.3 TECNOLOGIA SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A tecnologia, no seu contexto histórico, compara-se à história do homem, com objetos naturais transformados em instrumentos e utensílios, que foram evoluindo em complexidade de acordo o processo de construção das sociedades humanas , segundo (VERASZTO *et AL*, 2008, apud CARDOSO, 2001; ACEVEDO DÍAZ, 2002b; VALDÉS *et al*, 2002; MAIZTEGUI *et al*, 2002; VERASZTO, 2004).

Para Veraszto *et al* (2008 apud RODRIGUES, 2001) “a palavra tecnologia provém de uma junção do termo *tecno*, do grego *techné*, que é saber fazer, e *logia*, do grego *logus*, razão. Portanto, tecnologia significa a razão do saber fazer”.

Para se obter uma definição exata do termo, fica difícil ser estabelecida, uma vez que no decorrer da história existem interpretações de diferentes maneiras, divergentes e na maioria das vezes dentro dos mais distintos contextos (sociocultural, econômico, político).

A utilização do termo Tecnologia surgiu no período da revolução industrial no final do XVIII e tem se ampliado para diversas outras áreas do conhecimento. O Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda, define tecnologia como: “conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade”.

O emprego da terminologia dentro das principais funções dos sistemas produtivos, seja na manufatura, serviços, etc, o termo tecnologia tem sido utilizada nas variáveis meio (dentro das organizações, estruturas, informativa, etc) quando em atividades fim (produto, processo,

equipamentos, etc). Contudo, seu foco se concentra nos produtos, processos, equipamentos, etc. (SILVA, 2002).

As evoluções conceituais e suas necessidades para aplicação no contexto social foram sendo aprimorados. A aplicação das tecnologias convencionais, aplicadas pelas empresas, não se adéquam à inclusão social (DAGNINO *et al*, 2004). Ainda na concepção da aplicabilidade, Dagnino *et al* (2004) acrescenta que “existem aspectos na Tecnologia Convencional, crescentemente eficiente para os propósitos de maximização do lucro privado para os quais é desenvolvida nas empresas, que limitam sua eficácia para a Inclusão Social”.

Para tanto, existe uma necessidade iminente na ampliação das discussões conceituais acerca do tema, uma vez que as tecnologias convencionais acrescentam valor agregado, dentre outros fatores extremamente relevantes para a produção, existe a necessidade de aplicação, numa proporção devidamente adequada, à contribuir no contexto do desenvolvimento sustentável, incluindo os aspectos sociais, ambientais e econômicos de forma a produzir uma transformação da realidade social.

Abaixo, Brandão (2001, p. 41), compara as Tecnologias Convencionais com as Tecnologias Sociais ou Alternativas, a fim de obter uma síntese da sua aplicabilidade:

Figura 3 - Paralelo entre Tecnologia Convencional e Tecnologia Alternativa

Sociedade Baseada em Tecnologia Convencional ( <i>Hard Technology</i> )	Sociedade Baseada em Tecnologia Alternativa ( <i>Soft Technology</i> )
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ecologicamente doente.</li> <li>2. Grande consumo de energia.</li> <li>3. Alto índice de poluição.</li> <li>4. Uso irreversível de materiais e energia.</li> <li>5. Funcional somente por tempo limitado.</li> <li>6. Produção em massa.</li> <li>7. Especialização em alto nível.</li> <li>8. Núcleo familiar.</li> <li>9. Importância às cidades.</li> <li>10. Política de consenso.</li> <li>11. Fronteiras estabelecidas pela riqueza.</li> <li>12. Alienação da natureza.</li> <li>13. Comércio internacional.</li> <li>14. Destruidora da cultura local.</li> <li>15. Tecnologia passível de ser mal-usada.</li> <li>16. Altamente destruidora de outras espécies.</li> <li>17. Inovação regida por lucros e perdas.</li> <li>18. Economia orientada para o crescimento.</li> <li>19. Capital intensivo.</li> <li>20. Centralista.</li> <li>21. Aliena jovens e velhos.</li> <li>22. A eficiência geral aumenta com grandeza.</li> <li>23. Métodos operacionais muito complicados para compreensão geral.</li> <li>24. Acidentes tecnológicos freqüentes e graves.</li> <li>25. Soluções únicas para problemas técnicos e sociais.</li> <li>26. Na agricultura, importância da monocultura.</li> <li>27. Critérios de quantidade altamente valorizados.</li> <li>28. Trabalho empreendido principalmente por dinheiro.</li> <li>29. Produção alimentar feita por indústrias especializadas.</li> <li>30. Ciência e tecnologia alienadas da cultura.</li> <li>31. Pequenas unidades totalmente dependentes de outras.</li> <li>32. Ciência e tecnologia exercida por elites especializadas.</li> <li>33. Ciência e tecnologia separadas das outras formas de conhecimento.</li> <li>34. Distinção acentuada entre labor/lazer.</li> <li>35. Desemprego em grande escala.</li> <li>36. Metas técnicas válidas somente para uma pequena porção do globo, por tempo limitado.</li> </ol>	<p>Ecologicamente sadia.</p> <p>Pequeno consumo de energia.</p> <p>Baixo índice de poluição.</p> <p>Uso reversível de materiais e energia.</p> <p>Funcional por tempo ilimitado.</p> <p>Indústria artesanal.</p> <p>Pouca especialização.</p> <p>Unidades comunais.</p> <p>Importância às vilas.</p> <p>Política democrática.</p> <p>Fronteiras estabelecidas pela natureza.</p> <p>Integrada à natureza.</p> <p>Intercâmbio local.</p> <p>Compatível com a cultura local.</p> <p>Medidas de segurança contra mau uso.</p> <p>Dependente do bem-estar de outras espécies.</p> <p>Inovação regida pela necessidade.</p> <p>Economia estabilizada.</p> <p>Trabalho intensivo.</p> <p>Não-centralista.</p> <p>Integra jovens e velhos.</p> <p>A eficiência geral aumenta com a pequenez.</p> <p>Métodos operacionais compreensíveis para todos.</p> <p>Acidentes tecnológicos raros e sem gravidade.</p> <p>Soluções diversas para problemas técnicos e sociais.</p> <p>Na agricultura, importância à diversificação.</p> <p>Critérios de qualidade altamente valorizados.</p> <p>Trabalho empreendido principalmente por satisfação.</p> <p>Produção alimentar feita por todos.</p> <p>Ciência e tecnologia integradas à cultura.</p> <p>Pequenas unidades auto-suficientes.</p> <p>Ciência e tecnologia exercida por todos.</p> <p>Ciência e tecnologia integradas com outras formas de conhecimento.</p> <p>Distinção leve ou não existente entre labor/lazer.</p> <p>(conceito não válido).</p> <p>Metas técnicas válidas "para todos os homens, em todos os tempos".</p>

Fonte: BRANDÃO, 2001

As tecnologias sociais elevam o potencial de aprimoramento no contexto rural, que além de possibilitar a implementação de técnicas testadas e validadas, ou seja, com um baixo potencial de risco agregado à atividade produtiva e agregado a um conjunto metodológico de soluções, existem hoje no Brasil, algumas TS fomentadas por diversas organizações.

A Fundação Banco do Brasil tem ganhado um destaque nesse tema, com o fomento e articulação institucional com parceiros para, além de elaborar e estimular a divulgação dessas TS, premia as iniciativas que produzem resultados sustentáveis.

A conceituação de Tecnologia Social, segundo a FBB compreende-se por “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. Complementa:

É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras.

A valorização do saber popular com o conhecimento técnico-científico se aliam à TS, que se aplicáveis, produzem um efeito social em escala (FBB, 2014).

Complementando a definição do termo Tecnologia Social, Bava (2004, p. 116) oferece uma visão geral do conceito:

Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientam pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda.

Essa definição articula suposições entre os arranjos sociais e a tecnologia, de forma inclusiva na promoção da participação dos seus usuários.

Para buscar a resolução das desigualdades em países periféricos é necessário a adequação ao desenvolvimento de tecnologias aderentes às realidades locais (JESUS e COSTA, 2013, p.19 apud HERRERA, 1970, p.36). O autor evidencia:

A única solução para os países em desenvolvimento é inventar uma metodologia de pesquisa que, embora gere as tecnologias demandadas, contribua ao mesmo tempo para construir os sistemas de premissas a que nos referimos anteriormente. (HERRERA, 1970)

O Instituto de Tecnologia Social acrescenta na conceituação:

O trabalho com o termo TS [tecnologia social] nasce, assim, na história do ITS [...], como o esforço de reconhecimento do tipo de produção e atuação específica das ONGs, que de modo geral revela uma relação diferenciada entre a produção e a aplicação de conhecimento. [...] É um modo de legitimar as ONGs junto ao sistema de CT&I (permitindo que tenham acesso a recursos destinados à produção científica, tecnológica e inovativa do país) e também organizar e disseminar experiências que contenham elementos de TS. [...] A reflexão e a construção do conceito de TS devem ser capazes de melhorar práticas sociais e de contribuir para que novos significados para a produção de conhecimento sejam construídos, aproximando os problemas sociais de soluções e ampliando os limites da cidadania. (ITS, 2004, p.123)

Jesus e Costa (2013 apud DAGNINO, 2010) sugere “modalidades” para o processo de tecnologia social se transforme em tecnologias convencionais:

**Quadro 3 - Modalidades das Adequações Sociotécnicas - AST**

<b>Uso</b>	simples uso da tecnologia antes empregada, ou adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado.
<b>Apropriação</b>	processo no qual a condição de existência se dá na propriedade coletiva dos meios de produção, que implica ampliação do conhecimento do trabalhador sobre os aspectos produtivos, gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.
<b>Revitalização e alteração de máquinas e equipamentos</b>	permite não só o aumento da vida útil de máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e aumento de potência do maquinário. Supõe ainda a fertilização de tecnologias preexistentes com componentes novos.
<b>Ajuste do processo de trabalho</b>	ajustamento da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção, com questionamento da divisão técnica do trabalho e adoção progressiva do controle operário.
<b>Busca ou verificação de alternativas tecnológicas</b>	tecnologias alternativas à convencional.
<b>Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente</b>	esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas e percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente ou mesmo novo.

Fonte: Adaptação de Jesus e Costa (2013 apud DAGNINO, 2010)



Sem a necessidade estrita da limitação ao campo conceitual das tecnologias sociais, que se propõe na construção do conhecimento, existe o plano material, que é a aplicação das ideias na construção de soluções para as demandas sociais mais variadas.

A Fundação Banco do Brasil é a maior fomentadora e apoiadora na disseminação de tecnologias sociais pelo Brasil. No seu Banco de Tecnologias Sociais existem em torno de 500 iniciativas cadastradas, dentre elas, pode-se destacar o clássico soro, as cisternas de placas pré-moldadas que atenuam os problemas de acesso a água de boa qualidade à população do semiárido, entre outros.

No contexto da agricultura, existem iniciativas, principalmente na região do nordeste brasileiro, que demanda de tecnologias pra proporcionar uma melhor qualidade de vida, principalmente na região semiárida, mais afetada pela falta constante de chuva.

Dentre alguns dos inúmeros exemplos existentes, com objetivos que proporcionem a geração de renda e trabalho no campo, há modelos com objetivos desde o armazenamento de água (cisternas), até mesmo estruturas produtivas, objeto desse trabalho, que se destaca a TS PAIS, sendo uma das que mais crescem no Brasil, por proporcionar resultados no curto prazo, utilizando práticas agroecológicas, que acabam também influenciando a agricultura familiar nas demais atividades produtivas no empreendimento rural, reduzindo o uso de insumos químicos, potencializando o uso de insumos naturais, reduzindo a dependência externa para aquisição desses esses itens.

## 2.4 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL – PAIS

A Tecnologia Social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) foi idealizada pelo Engenheiro Agrônomo formado UFRJ (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), de origem Senegalesa, Sr. Aly N´diaye. A metodologia aplicada foi inspirada na atuação de pequenos produtores cariocas que optaram por fazer uma agricultura sustentável, sem uso de produtos agrotóxicos e sintéticos, com a preocupação de conservar o meio ambiente.

Segundo a Fundação Banco do Brasil, o Sistema proposto era uma tecnologia de produção irrigada voltada à agropecuária de pequeno porte, composta por um galinheiro central e canteiros em forma circular, conduzidos de acordo com os princípios da agricultura orgânica. Os agricultores e suas famílias tinham a oportunidade de conhecer uma produção integrada (Olerícolas - legumes e verduras, flores ornamentais ou ervas medicinais, com a produção de carne de aves, ovos e frutas). Além disso, é uma produção otimizada com mais eficiência de espaço, insumos e trabalho, o que melhora a qualidade da alimentação e oferece uma complementação de renda para a família, com a venda do excedente.

No Brasil, onde a desigualdade social existe em todas as regiões, diversas políticas públicas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de se alterar essa realidade. Embora se saiba que ainda está muito aquém do necessário, há uma concordância por parte dos formuladores de que pensar uma política que resolva definitivamente a questão da fome e da pobreza significa partir de idéias e princípios que respeitem a vida, o meio ambiente, os hábitos e costumes da população, e principalmente que garantam a sustentabilidade das comunidades de baixa renda.

O sistema PAIS começou a ser utilizado em 1999, na região serrana de Petrópolis (RJ), por uma família de pequenos produtores. Em 2005, passou a ser reaplicado como tecnologia social por meio de parceria entre o SEBRAE, a Fundação Banco do Brasil e Ministérios.

As primeiras unidades PAIS contemplavam apenas o processo produtivo de uma horta com três anéis de cultivo, sem implantar o quintal Agroecológico e eram focadas apenas para o consumo das famílias beneficiadas. Diante da necessidade da circulação e pastejo das aves (na maioria galinhas caipiras) respeitando a criação com práticas de bem estar animal, além da incorporação de árvores frutíferas ao sistema produtivo, e a recuperação ambiental de matas ciliares e circunvizinhas ao projeto, o a tecnologia foi sendo adaptada e aprimorada com novas estruturas e complementos ao longo do tempo.

As unidades PAIS configuram-se em um importante projeto na estratégia de fomento da Economia Solidária, fruto da organização de pequenos produtores e trabalhadores na construção de novas relações econômicas e sociais, fundadas em relações de colaboração solidária, edificação e estruturação das unidades através de mutirões, desenvolvimento do cooperativismo, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como peça central da atividade econômica, incentivando o trabalho coletivo, a justiça social, autogestão, e a preocupação e responsabilidade ambiental e com as gerações futuras desta sociedade.

No centro das atenções e ações está o fomento à Agricultura Familiar, grande geradora de renda e trabalho, mas com baixa rentabilidade em boa parte dos cultivos, sendo mola propulsora da economia do País, devendo ser incentivada e estruturada para atingir melhores índices de rentabilidade, fixando o homem no campo, com conseqüências benéficas a toda sociedade civil brasileira (SEBRAE, 2012).

Outro ponto muito importante a ser observado é em relação ao consumo consciente e racional da água para produção agrícola no projeto PAIS. O crescimento acelerado da urbanização e o desenvolvimento dos países emergentes estão forçando a demanda como nunca antes vista. O uso da água vem crescendo mais que o dobro da taxa populacional no último século. Somando ao consumo, verificamos como estoque: 97,5% de água salgada; e dos 2,5% de água doce, dois terços são congelados. Assim, dentro destes 0,7% de estoque de água “utilizável”, apenas 8% do mesmo é de uso doméstico, cerca de 70% vai para irrigação (agricultura), e 22% para a indústria (IDEC, 2005). Diante destas constatações, é fundamental e necessário um gerenciamento integrado de recursos de água disponível, que leve em conta: quem precisa, de que tipo de água precisa, assim como seu uso na forma mais eficiente; pois, a água se tornará rapidamente um fator limitador de crescimento e desenvolvimento. A irrigação do Sistema PAIS tem como objetivo aperfeiçoar esta utilização da água na agricultura.

O Sistema PAIS evoluiu e hoje é composto por um galinheiro central e vários canteiros de horta em forma circular, piquetes para pastejo rotacionado das aves, quintal orgânico com plantas (frutíferas, nativas e ornamentais) e conta também com um viveiro de mudas, conduzidos de acordo com os princípios da agricultura orgânica. Muitos e diversificados são os casos existentes por esse Brasil.

**Figura 4 - Ilustração de um modelo do Sistema PAIS**



**Fonte: Cartilha PAIS - SEBRAE e Fundação Banco do Brasil (2013b)**

Para o SEBRAE (2012d), a integração de simples técnicas, já conhecidas por muitas comunidades rurais, a tecnologia social PAIS tem como principais objetivos a promoção da segurança alimentar e a economia solidária (combate a fome e a pobreza extrema); a inclusão de novos hábitos e costumes saudáveis na população de baixa renda, através do consumo de hortaliças e produtos vegetais sem agrotóxicos; reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade, como consequência a redução dos custos de produção e independência dos produtores; diversificação da produção e a oferta de produtos saudáveis na sua região; racionalizar a utilização dos recursos hídricos; alcançar a sustentabilidade em pequenas propriedades rurais através do tripé: econômica, social e ambiental; produzindo em harmonia com os recursos naturais; melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, resgatando sua autoestima; fixação da família no campo, diminuindo e evitando o êxodo rural e consequentemente a redução da favelização dos grandes centros urbanos; proporcionar a melhoria na renda bruta familiar, através da comercialização da produção excedente;

capacitar e orientar os beneficiados em ações conjuntas, fomentando o cooperativismo e associativismo, no planejamento da produção e comercialização de seus produtos; fomentar a formalização das atividades, inserindo este grupo de brasileiros através dos programas de Empreendedorismo; e estabelecer parcerias e ações conjuntas para atender a legislação de compras públicas e governamentais (PAA – Programa Aquisição Alimentar e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar), que estabelecem a compra mínima de 30% (trinta por cento) da agricultura familiar, possibilitando um importante canal de comercialização a estas unidades, gerando assim, a sustentabilidade econômica ao Sistema PAIS.

#### **2.4.1 Mercado para os produtos Orgânicos e Agroecológicos**

O projeto PAIS traz consigo muito além de um projeto de produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros voltados às pequenas propriedades rurais. É abordado um antigo conceito no modo de ver o mundo, interagindo com o meio ambiente e com a sociedade. Contrariando a diversos paradigmas agrícolas: a simples produção agrícola de “*commodities*”, a dependência de inseticidas, pesticidas, fertilizantes e outros produtos químicos para obtenção de alimento, uma agricultura onde a larga escala de produção é fator primordial de sucesso e rentabilidade, com a busca pela padronização absoluta dos produtos, alterando inclusive geneticamente as sementes a serem plantadas, refletindo a qualidade do produtor e o valor de sua produção, pouco se importando com o ambiente macro em que estas propriedades e os produtores estão inseridos.

A agricultura brasileira está centrada em pequenas propriedades, em Micro e Pequenas Empresas rurais, que movimentam e geram a esmagadora maioria do emprego e renda do setor, mas compartilha de remunerações infinitamente inferiores à agricultura de grande escala.

As alterações climáticas que o mundo está vivenciando junto à recente e crescente preocupação com o meio ambiente, cada vez mais no centro das discussões da sociedade, trazendo para dentro das organizações, para dentro das residências e das escolas, ações no sentido de disseminar uma atitude menos agressiva ao meio em que vivemos, estão mudando os conceitos também da agricultura, que agora tem que produzir, não só respeitando o meio ambiente, mas também respeitando a saúde e o bem estar do consumidor final desta atividade. (MDA, 2014)

O olhar diferenciado do consumidor final que antes enxergava como excelência em qualidade o aspecto visual do produto final, isto é, sua imagem, tamanho, peso, beleza, a não presença de fungos, bactérias ou manchas, etc; está sofrendo uma alteração brusca de avaliação e direcionada sua atenção à origem daquele alimento. A forma com que foi produzido e industrializado o alimento, por quem, que agrotóxicos foram aplicados, em quais frequências, suas boas práticas no campo, o respeito à natureza e aos princípios sociais de inclusão produtiva, enfim, a certificação de origem antes pouco valorizada e diferencial de marketing, hoje significa aspecto básico de sobrevivência no mercado.

Diante deste cenário, a agricultura Agroecológica, Altieri (2001), afirma que é uma abordagem que se baseia nas dinâmicas da natureza, respeitando as fases naturais de recomposição de solo, sucessão natural, intercâmbio de atividades, diversidade de cultivos, rotação e consorciamento de espécies que colaboram entre si para o controle de pragas e doenças, utilização de combates com agentes naturais, enfim, ações que respeitam o meio ambiente e produzem alimentos saudáveis, e que respeitam e não prejudicam a saúde do consumidor final.

No contexto científico, Guzmán Casado et al., (2000), coloca que a agroecologia agrega diversos campos do conhecimento, com disciplinas distintas sendo incorporadas com reflexões teóricas e avanços científicos”. Na agronomia, há necessidade de “aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis” (Gliessman, 2000) ou, como diz Altieri (1989), “a Agroecologia permite o estudo das atividades agrícolas sob uma perspectiva ecológica”.

Complementando o pensamento de Altieri (1989), que incorpora aspectos socioculturais e econômicos na perspectiva agroecológica, coloca que “é uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis”. Hecht (1989) complementa que ela “representa uma forma de abordar a agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica do sistema de produção”.

Segundo a EMATER-MG (2005):

Para sintetizar, podemos dizer que a Agroecologia é um enfoque científico que oferece os princípios e as metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, buscando, num horizonte temporal, a construção de novos saberes socioambientais que alimentem um processo de transição agroecológica.

A integração e sustentabilidade do projeto busca utilizar-se de sobras das atividades em separado para interagir e integrar as ações. O uso do esterco das galinhas adicionado a todo material vegetal disponível na propriedade, misturados em outros elementos no processo de compostagem, viram um adubo orgânico de excelente qualidade para adubação das plantas; as sobras da horta servem também de alimento natural para as galinhas. Neste ciclo sustentável, utiliza-se dos resíduos (subprodutos) da atividade, reaproveitando-os de diversas maneiras, não impactando o meio ambiente e criando um universo mais independente de insumos agrícolas de fora da propriedade, agindo conseqüentemente diretamente na planilha de custo do empreendimento (diminuição de despesas com adubos e ração), entre outros benefícios.

O projeto PAIS com sua visão agroecológica, focando seus esforços e trabalho em todo o sistema de produção solidário e justo, observando os processos e inter-relacionamentos, desde os produtores, o produto, a logística e os consumidores finais, não só preocupado em obter um produto especificamente orgânico, vem atender a uma demanda crescente no Brasil e em todo o mundo, por produtos saudáveis e ecologicamente corretos, que promovam a inclusão social e produtiva dos atores deste processo, que em geral são pequenos produtores rurais, com grande dificuldade de sobrevivência no sistema de comercialização de alta escala, baseada em “*commodities*”, isto é, produtos agrícolas de origem primária negociados em bolsa de valores com demanda mundial, geralmente estruturada e concebida em grandes propriedades, escalas e lucratividade.

Diante destas premissas, buscamos analisar o mercado atual e sua prospecção de futuro, para que reflitam na decisão do incentivo do cultivo agroecológico nas pequenas propriedades, pelas instituições envolvidas na construção e implantação das unidades PAIS.

Segundo o SEBRAE, o mercado mundial de produtos orgânicos cresce vertiginosamente, principalmente na Europa e EUA. O comércio de produtos orgânicos deixou de ser tendência de mercado (nicho) para se concretizar como uma realidade irreversível de um modo de produção com forte demanda, e tem atingido números impressionantes, aproximadamente 54 bilhões de dólares/ano (ou seja, R\$ 95 bilhões de reais/ano), somente nestes dois mercados mundiais, sendo os EUA o país em destaque pelo estado atual (USD\$ 28,6 bilhões, ou seja, R\$ 49,8 bilhões de reais) e o crescimento constante e de 8% neste último ano. A concentração da comercialização é um fator que temos que considerar, pois estes números representam 97% de tudo o que é comercializado no mundo.

Em termos de produção mundial temos perto de 60 milhões de hectares orgânicos; a Europa e os EUA concentram 32% da área de produção, aproximadamente 18,7 milhões de

hectares, sendo destaque a Alemanha com 6% de seu território organicamente cultivado (pretendendo atingir 20% de toda área no ano de 2020); A Itália, com o maior número de produtores (48 mil), e crescimento de 12% anual na comercialização, além da Espanha, que possui a maior área em números absolutos na União Europeia em orgânicos, com 1,5 milhão de hectares.

Dados recentes das entidades que regulam o setor traz apenas uma baixa: a Grã-Bretanha, com queda de 0,6% na sua área de produção e -6% na comercialização, basicamente devido à crise financeira que o país atravessa.

O cenário brasileiro de produtos orgânicos tem crescimento constante de aproximadamente 20% ao ano, mas ainda bastante tímido e pouco estruturado, com 809 mil hectares representando apenas 0,3% de toda área, com 90 mil produtores (IBGE, 2006) cadastrados, mas apenas 10% certificados pelo MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), gerando em torno de 144 milhões de reais (oficialmente).

O incentivo ao consumo de hortaliças orgânicas pelo projeto PAIS visa também atender uma necessidade de estímulo ao consumo de hortaliças, verduras e legumes pela população brasileira, vide que o consumo de hortaliças orgânicas e convencionais pelo brasileiro, segundo IGBE (2009) foi nos últimos anos de 27 kg/ano per capita, sendo muito inferior (apenas 18%) ao recomendado como mínimo pela FAO/OMS (146 kg/ano por pessoa), além de sofrer uma redução de 06 % nos últimos anos, com tendência a diminuição ainda mais acelerada, devido ao novo hábito de consumo de comidas prontas e semi-processadas, principalmente nos centros urbanos.



Figura 5 - Demanda de Produtos Orgânicos no mundo - 2011

DEMANDA DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO MUNDO - 2011 (EUA x UE)				
	VENDAS		PRODUÇÃO	Outros comentários
	Tendência	USD\$ - Dólar americano	HECTARES (10.000M²)	
ALEMANHA	↔	8.142.000.000	↑ 990.000	Hoje com 8%, com tendência de chegar a 20% do total de área cultivada - um dos maiores mercados da Europa.
FRANÇA	↑	4.692.000.000	↑ 850.000	Se destaca na comercialização de orgânicos dentro do continente Europeu com apenas 3% da área cultivada com 20,6 mil produtores.
ITÁLIA	↑ + 12 %	2.800.000.000	↑ 1.100.000	Crescimento acelerado na produção e comercialização de orgânicos, com quase 48 mil produtores.
ESPAÑA	↑		↑ 1.500.000	Maior área cultivada consolidada com orgânicos, destaque na produção.
GRÃ-BRETANHA	↓ - 6 %	2.800.000.000		Crise financeira afetando a comercialização, mas mantém os 4,2% do total de área cultivada (queda de apenas 0,0% de área).
BÉLGICA	↑ + 20 %	581.000.000		Crescimento vertiginoso de produção e comercialização de orgânicos.
HOLANDA	↑ + 29 %	1.109.000.000		Crescimento notável em produção e consumo de produtos orgânicos.
SUÉCIA	↑ + 13 %	1.238.000.000		Tímido perante a Europa, mas com maior crescimento.
FINLÂNDIA	↑ + 37 %	151.800.000		Comercialização acentuada de orgânicos.
DINAMARCA	↑ + 06 %	1.255.000.000		Já tem 7% do total de área cultivada.
EUA	↑ + 08 %	↑ US\$ 28,6 bilhões	9.000.000	País com maior mercado mundial de Orgânicos.
UNIDADE EUROPEIA	2º mercado mundial de orgânicos em comercialização.		9.700.000	2% do total de área cultivada.
FONTES:	SINAB - (Sistema d'Informazione Nazionale sull'Agricoltura Biologica, Itália).			
	(OTA, Organic Sondagem da Indústria de 2011, EUA).			
	Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica (FiBL), na Suíça.			
	(GfK, Nielsen, Biovista).			
	<a href="http://www.organic-market.info/">http://www.organic-market.info/</a>			

Fonte: SEBRAE (2012d)

Da discrepância dos números do setor orgânico brasileiro, relatórios internacionais apontam que cerca de 70% da produção orgânica brasileira é exportada, muito questionado por diversos setores da cadeia, e alguns dados nacionais apontam justamente o contrário, com exportação tímida (1,6%) frente ao mercado interno (98,4%), o que acreditamos ser um dado muito mais realista. Há grande dificuldade de estabelecer os dados reais do setor, pois não existe um levantamento atual e oficial. Isto faz com que tenhamos análises discrepantes e bastante duvidosas, diante de cenário de tamanha incerteza, ausência e a confusão de dados, acerca da produção e da comercialização orgânica brasileira. Um dos maiores desafios da agricultura orgânica no Brasil será mensurar de maneira clara e objetiva esse mercado e, a partir daí, elaborar estratégias envolvendo o poder público e privado para fomentar a logística e a venda dos produtos orgânicos e assim, popularizar cada vez mais a agricultura orgânica

em todo o país, deixando de ser conhecida como “produto de elite”, para ser conhecida como “produto saudável e acessível”.

A chamada “conversão” dos agricultores à agricultura orgânica é um limitador de produção, ou seja, existe um período de tempo, legalmente estabelecido e certificado, para o agricultor passar sua produção de convencional para orgânica. Esse período de tempo varia de acordo com o cultivo a ser desenvolvido e o uso anterior da unidade de produção (sendo no mínimo de 12 meses). E nesta fase, o produtor encontra dificuldades de comercializar seu produto por não ser considerado ainda um produtor orgânico e estar em “fase de transição”.

As ações governamentais são de fomento a produção orgânica voltada para atender a demanda dos próximos eventos internacionais esportivos que acontecerão no Brasil nos próximos anos, além da aprovação do selo de qualidade pelo MAPA (Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento); da lei dos orgânicos, regulamentando e definindo as leis e regras para o setor, entre outras atitudes, mostra que a decisão política já foi tomada em busca do aumento progressivo deste mercado, e o atendimento à forte demanda interna e externa, hoje não atendida.

Outros fatores positivos e decisivos para o cultivo, por pequenos produtores e pela agricultura familiar, de produtos orgânicos são: o acesso ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Conab) e ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar do MEC), que por lei devem pagar aos alimentos e produtos orgânicos um sobre preço de 30% (trinta por cento) sobre o valor de mercado dos produtos convencionais; programas estes focados na agricultura familiar. Além de financiamentos especiais, com juros subsidiados e prazos maiores, para agricultura de baixo carbono, enfim, são incentivos que buscam estruturar uma maior, mais diversificada e melhor produção de orgânicos no Brasil.

Diante disso, os mercados mundiais e internos estão em franca expansão, mas pecamos por não conhecer a realidade brasileira, bem como, a falta de programas e ações que integrem as empresas, produtores e as diversas entidades do setor. Estes fatores podem comprometer consideravelmente o avanço desta importante cadeia produtiva, que deixou de ser considerado um “nicho” de mercado, para ser considerada tendência irreversível de mercado para as pequenas propriedades.

### 3 SISTEMA SEBRAE

Ao considerar o SEBRAE como um dos maiores apoiadores e difusão da tecnologia social PAIS no Brasil, entende-se a necessidade de realizar uma abordagem conceitual e histórica sobre a instituição, bem como a sua forma de apoio ao setor agropecuário no país, com destaque ao estado da Bahia. Neste capítulo serão abordados, além das informações contextualizadas sobre a instituição, nas subseções 3.2 e 3.3 serão consideradas informações sobre modelo de gestão e a atuação no estado da Bahia, com uma temática relatada através do seu posicionamento e apoio ao setor Agropecuário, em que no item 3.4 serão detalhadas as questões acerca do apoio e fomento à TS PAIS.

#### 3.1 SEBRAE: CONTEXTO HISTÓRICO

A história do SEBRAE se inicia antes mesmo do nascimento da atual marca amplamente conhecida atualmente. Existe uma relação íntima desde o início na necessidade de apoiar o desenvolvimento dos pequenos negócios brasileiros, considerando a ampla capacidade desse tipo de empreendimento gerar elevado número de emprego e renda, fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico do país.

Ainda, a partir de 1960, houve uma articulação de esforços para a criação do Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa - GEAMPE, com o objetivo de “melhorar a produtividade e fortalecer a estrutura econômica e financeira das empresas industriais” (SEBRAE, 2003).

Esse esforço para fomentar a atividade empresarial das pequenas empresas, estimulou os governos a criarem programas para desenvolver e financiar essas empresas de pequeno porte. Através de uma demanda específica da SUDENE, e com seu apoio financeiro, foram criados os NAIs – Núcleos de Assistência Industrial, que, segundo SEBRAE (2003), compreendiam prestação de assistência técnica às empresas, elaboração de projetos para a obtenção de financiamento e incentivos fiscais, treinamento de recursos humanos, elaboração de estudos e pesquisas setoriais.

Apesar da criação de diversas entidades apoiadoras do público das pequenas empresas percebeu-se de que ainda havia diversos problemas gerenciais que causavam dificuldades econômicas e financeiras nessas empresas, o então BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do Ministério do Planejamento criaram o SEBRAE – Centro

Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, assumindo, na sua constituição jurídica, a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, operando a fundo perdido, e teve seu Conselho Deliberativo formado pela FINEP, Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento - ABDE e pelo próprio BNDE.

Segundo o SEBRAE (2003), o Estatuto do CEBRAE definiu as seguintes finalidades:

a assistência às pequenas e médias empresas, em aspectos tecnológicos, econômicos, financeiros e administrativos, em treinamento de dirigentes e pessoal técnico-administrativo; e na realização de pesquisas, bem como a implantação de um sistema brasileiro de assistência à pequena e média empresa.

Para operacionalização do sistema, foram adotados os Agentes do Sistema, que tinha uma estrutura inicial adotada em cada estado, posteriormente ficando definidos uniformemente pelos CEAG's – Centros de Assistência Gerencial, que tinham a mesma constituição jurídica do CEBRAE, com um Conselho Deliberativo Estadual composto por representações estaduais de governo, bancárias, empresarial e universidades, que se relacionavam com as pequenas e médias empresas.

os programas de tecnologia e gerenciamento nas micro, pequenas e médias empresas foram introduzidos pelo Cebrae. Ainda nesta fase foi o responsável pelo surgimento do 1º Simpósio Latino-Americano da Pequena e Média Empresa, o SLAMP. O SLAMP vem crescendo a cada ano, tornando-se o grande fórum internacional de debates voltados para o setor. Desse ano em diante, e até 1979, foram formados mais de 1 mil e 200 consultores para as micro, pequenas e médias empresas, todos com sensibilidade para resolver os problemas do setor (1974 a 1979). (SEBRAE, 2003)

O CEBRAE passou a ser percebido como de extrema relevância, e iniciou sua consolidação com a criação de grandes programas que levaram ao empresariado atendimento nas áreas de tecnologia, crédito, mercado e capacitações. A sua divulgação e institucionalização foi de extrema relevância para consolidação em nível nacional e internacional. “É nesse período que a entidade passa a tomar corpo dentro do próprio Governo e a se tornar conhecido em seu âmbito, levando propostas para melhorar a produtividade das empresas” (SEBRAE, 2003).

A partir de 1982, o CEBRAE integra e inicia atuação política em prol das micro, pequenas e médias empresas, passando a reivindicar mais apoio do governo, passando a ser um elo de articulação entre as partes. Surgindo daí a necessidade de realização de diagnósticos que subsidiaram o surgimento de programas de desenvolvimento regional, contribuindo para a fundamentação e embasamento para as ações do Estado.

Em 1984, sob a égide do Programa Nacional de Desburocratização, é criado o Estatuto da Microempresa e apresentado o Projeto de Lei, que assegura a ela tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário e creditício. Contudo, este segmento empresarial continua, de fato e concretamente, não obtendo dos poderes legislativo e executivo as merecidas e necessárias medidas que pudessem garantir sua viabilidade. (SEBRAE, 2003)

Posteriormente houve uma integração do segmento das micro empresas ao público alvo da instituição, e agregando a diversas outras organizações no seu Conselho Deliberativo. O CEBRAE contribuiu na mobilização que culminou na a Lei nº 8.029 de 12/04/90 e Decreto nº 99.570, que extinguiu diversas entidades da administração pública Federal, e o desvinculou da administração pública, tornando-o um serviço social autônomo.

A partir daí surgiu o SEBRAE, se integrando ao Sistema 'S' (junto com o SENAI e SENAC). Nesse período foi iniciada a construção do seu modelo de gestão e modernização dos seus serviços e conceitos, ampliando a atuação através dos Balcões SEBRAE. Houve um reconhecimento na mídia, ampliando a responsabilidade e sendo amplamente demandado por produtos e serviços para o público das micro e pequenas empresas.

O nível de importância dado à entidade não foi em vão, pois segundo o SEBRAE (2011), cerca de 98% dos estabelecimentos produtivos formais no Brasil são de micro e pequenas empresas e geram cerca de 20% do PIB. Esses dados colocam ao SEBRAE um imenso desafio para adotar meios e estratégias inovadoras que possam atender à imensa demanda desse público, obrigando-o a buscar uma reinvenção, portanto foi iniciado a elaboração de um direcionamento estratégico, estabelecendo uma forma mais adequada para atendimento ao público alvo priorizado pela instituição.

(...) trabalhar de forma estratégica, inovadora e pragmática, para que o universo das micro e pequenas empresas no Brasil, tenha as melhores condições possíveis para uma evolução sustentável, contribuindo para o desenvolvimento do país como um todo. (SEBRAE: Direcionamento Estratégico 1999 – 2000).

### 3.2 SEBRAE NOS DIAS ATUAIS E SEU MODELO DE GESTÃO

O SEBRAE se faz presente em todos os 27 estados brasileiros e distrito federal, com uma atuação descentralizada, coordenada e orquestrada pelo SEBRAE/NA, com sede em Brasília, que tem o relevante papel de apoiar as ações estaduais, além de realizar a distribuição orçamentária para a operacionalização local. As unidades estaduais tem uma

estrutura estatutária específica, seguindo o padrão do formato da governança através do CDE - Conselho Deliberativo Estadual, comum em todas as unidades no país e uma diretoria executiva, eleita para o período quadrienal. Assim como os estados, o SEBRAE/NA é regido por uma estrutura denominada CDN – Conselho Deliberativo Nacional, que elege a diretoria executiva quadrienal.

A sua constituição, de natureza jurídica, é definida como Serviço Social Autônomo, de natureza jurídica, categorizada como paraestatais, “...que atuando ao lado do Estado, sob seu amparo, cooperando nos setores, atividades e serviços que lhes são atribuídos, por serem considerados de interesse específico de determinados beneficiários” (Lyra e Leal *apud* MEIRELLES, 2004). Cabe ressaltar, que apesar dessa definição, Lyra e Leal *apud* Di Pietro (2003) defende que esse tipo de entidade presta atividade privada de interesse público, não sendo caracterizada como serviço público delegado pelo estado.

O orçamento operado pelo SEBRAE advém de recursos públicos proveniente de contribuição social sobre a folha de pagamento das empresas (0,3%), estando sujeita aos órgãos de controle externo federais, como: TCU – Tribunal de Contas da União e CGU – Controladoria Geral da União. Por operacionalizar verbas de contribuições parafiscais, a instituição está sujeita a algumas regras específicas, em especial: a) observância dos princípios da licitação (moralidade, igualdade, publicidade, impessoalidade e legalidade); b) exigência de processo seletivo para seleção de pessoal; c) prestação de contas aos órgãos de controle externo – Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e fiscalização por auditoria externa independente.

No tocante aos Planos de Trabalho e Orçamento Anuais do Sistema SEBRAE são aprovados inicialmente pelo CDN e submetidos aos parceiros governamentais federais, especialmente o MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que publica no Diário Oficial da União - DOU.

O seu norte de atuação está baseado na missão, que é delimitada por “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo”.

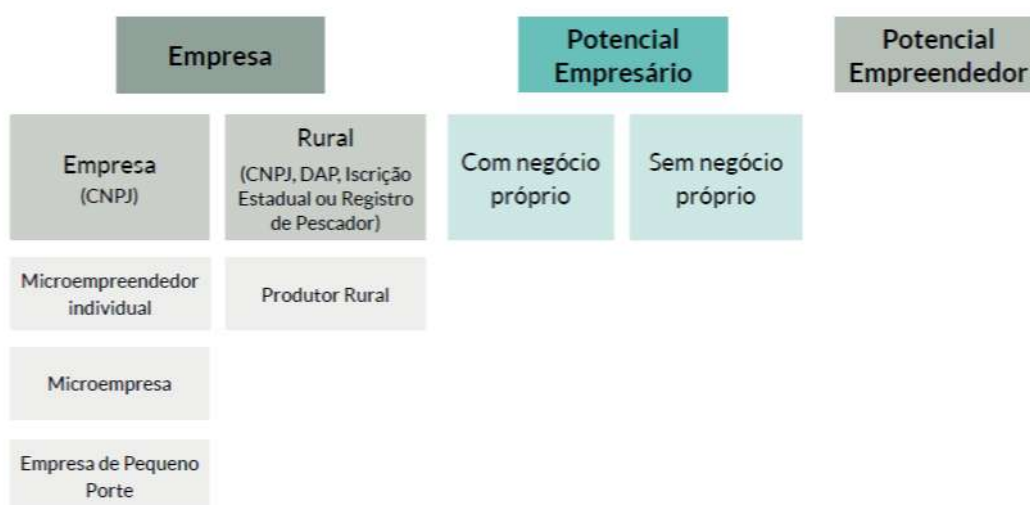
O SEBRAE atua como agente de capacitação e desenvolvimento dos pequenos negócios brasileiros. Seu público alvo é estabelecido por: Microempreendedores Individuais, Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte, Produtores Rurais, Potencial Empresário e Potencial Empreendedor. Respeitando o enquadramento através do seu faturamento anual e dos instrumentos oficiais de formalização. Esse público está qualificado setorialmente através do Comércio, Serviços, Agricultura e Pecuária, Indústria e Economia Criativa.

São consideradas empresas os negócios (urbanos ou rurais) que estejam devidamente regularizados perante o poder público, ou seja, que estejam juridicamente aptos a produzir e comercializar seus produtos e/ou serviços. Por conseguinte, aqueles que porventura exerçam uma atividade econômica sem a devida regularização não são considerados como empresários, e sim como potenciais empresários. (SEBRAE, 2012)

Essa segmentação possibilita a elaboração de produtos e estratégias eficazes de desenvolvimento para cada tipo de público, considerando suas características e interesses.

Considerando os aspectos legais de cada um desses segmentos de atuação, o SEBRAE estabelece os parâmetros legais atuais que os caracterizam formalmente.

**Figura 6 - Segmentação dos Públicos Atendidos pelo SEBRAE**

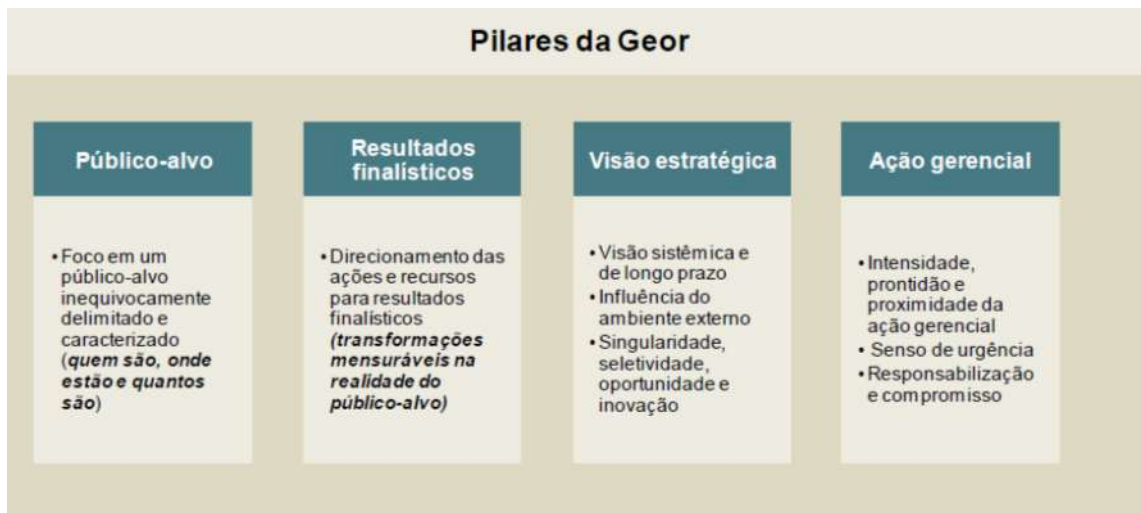


**Fonte: Adaptação SEBRAE, 2012b**

Para buscar uma maior efetividade do atendimento ao público, a instituição estruturou um modelo de gestão denominada GEOR – Gestão Estratégica Orientada para Resultados. Essa metodologia e suas ferramentas têm como objetivo “sistematizar e coordenar, os projetos gerenciados pelas Unidades de Negócio e de Gestão do Sistema SEBRAE, alavancando, em curto prazo, sua capacidade de atendimento às micro e pequenas empresas” (SEBRAE, 2009). O instrumento incorpora importantes atributos incorporados às práticas de planejamento e gestão da instituição, segundo SEBRAE (2009):

- a. Foco em um público-alvo definido;
- b. Orientação das ações e recursos para resultados finalísticos;
- c. Adensamento da visão estratégica;
- d. Intensidade, prontidão e proximidade da ação gerencial.

**Figura 7 - Pilares da Metodologia GEOR - Gestão Estratégica Orientada para Resultados**



Fonte: SEBRAE, 2009

A ferramenta que possibilita a execução da metodologia GEOR é o SIGEOR - Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados, um ambiente virtual de gestão e colaboração participativa que fomentam e agilizam as decisões estratégicas de cada projeto. Por meio do SIGEOR, os parceiros e público alvo atendido tem a possibilidade de acompanhar e avaliar o desempenho programático das ações empreendidas.

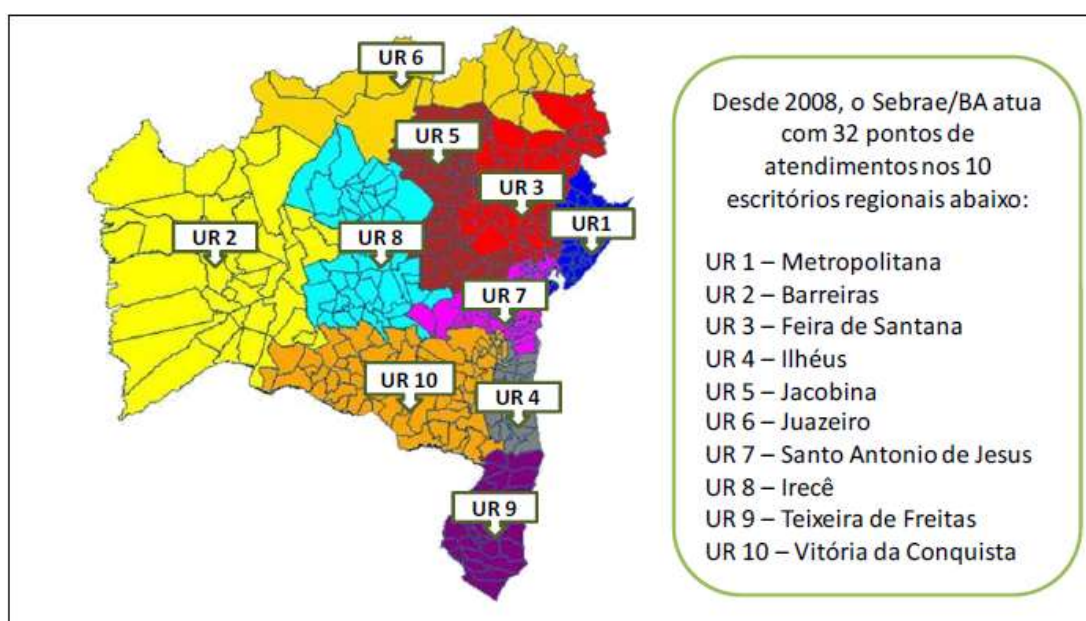
### 3.3 SEBRAE - BAHIA

O SEBRAE/BA segue os parâmetros estabelecidos pelo Nacional, mas conta, assim como os demais estados, de autonomia para definição do espaço geográfico e estratégias para abordagem de cada segmento de público alvo pretendido, devidamente alinhados e consensados com o CDE.



Na Bahia, o SEBRAE conta com 10 (dez) Unidades Regionais - URs descentralizadas nos territórios mais estratégicos, estabelecidos fisicamente nas principais cidades do estado: Salvador, Barreiras, Irecê, Santo Antonio de Jesus, Juazeiro, Jacobina, Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas. Ainda, para ampliar a proximidade da oferta dos seus serviços, existem 32 Pontos de Atendimento - PA estrategicamente localizados em municípios pertencentes aos territórios de atuação das Unidades Regionais.

**Figura 8 – Divisão das Regionais de Atuação do SEBRAE/BA**

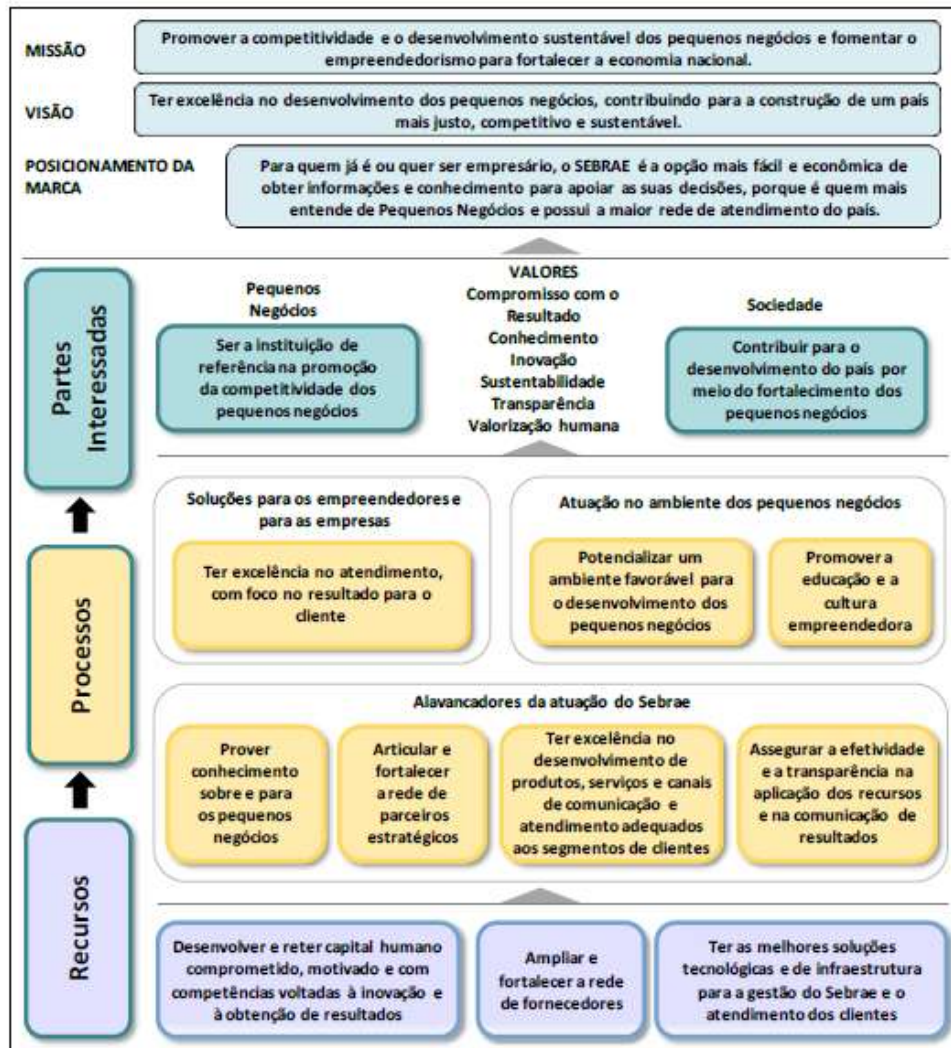


**Fonte: SEBRAE, 2013**

A estratégia de atuação do SEBRAE/BA se baseia no Mapa Estratégico, que segundo o SEBRAE (2013), segue uma lógica vertical de vinculação entre os objetivos e temas estratégicos, demonstrando uma relação de causa e efeito entre eles, conforme o impacto e a forma de contribuição entre as questões abrangidas pelos objetivos.

O Mapa Estratégico foi elaborado através da proposição do Direcionamento Estratégico SEBRAE 2022, foi elaborado pelos colaboradores de todo o Sistema SEBRAE, dos pequenos negócios e instituições de todo o país. Ele norteia toda atuação da organização até o ano de 2022, através do estabelecimento de cenários que se traduzem em ações e metas institucionais.

Figura 9 - Estrutura do Mapa Estratégico do Sistema Sebrae

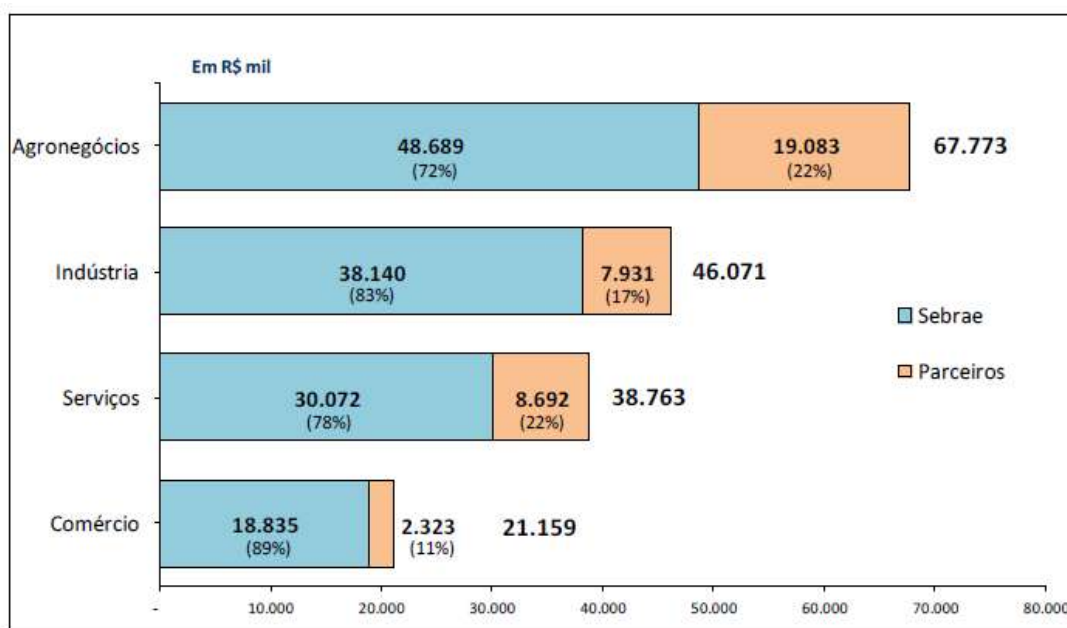


Fonte: Manual de Elaboração do PPA - SEBRAE (2013)

A elaboração do PPA – Plano Plurianual é o instrumento que “norteia o planejamento de qualquer organização para um período de médio prazo, com atualizações anuais. Ele direciona não somente o foco de atuação da organização, como também incorpora as estratégias organizacionais e o orçamento” (SEBRAE, 2013).

Desta forma, anualmente todo o Sistema SEBRAE se reúne com o objetivo de realizar esse planejamento. No escopo da Bahia, existe uma distribuição orçamentária para contemplar com mais recursos os setores com maior dinâmica econômica do estado, estando o Agronegócio destacado com o maior aporte orçamentário, seguidos da indústria, serviços e comércio.

**Gráfico 1 - Investimento por Setor PPA 2014-2017, SEBRAE e Parceiros (Em R\$ mil)**



**Fonte: Manual de Elaboração do PPA - SEBRAE (2013)**

Diante dessa distribuição é que as Unidades Regionais realizam a execução orçamentária através das ações de competências da organização, e as Unidades da Sede (Temáticas e Setoriais) contribuem com a criação de metodologias, articulação com os programas do SEBRAE/NA, direcionamento e monitoramento das principais estratégias e negociações de parcerias para apoiar as ações e viabilizar economicamente as contrapartidas necessárias.

### **3.3.1 Atuação do Sebrae no Agronegócio Baiano**

#### **3.3.1.1 O Cenário do Agronegócio Baiano**

A Bahia é um estado com predominância rural e tem uma forte e diversificada atividade agropecuária, agregando-se aspectos climáticos e de solo dos mais variados tipos. Segundo o IBGE (2006) o estado possui em torno de 761 mil estabelecimentos agropecuários, com uma agricultura familiar predominante (87,4% do total), numa área de 29 milhões de hectares em produção, sendo que 92% desses estabelecimentos possuem menos de 100 ha. Ainda segundo a fonte, os produtores individuais somam 749 mil estabelecimentos, sendo que as empresas (S.A. e Ltda) correspondem a 2.394 e 695 cooperativas. O restante pertence a condomínios, consórcios e sociedade de pessoas. A agropecuária baiana participa do PIB

estadual em 25,4%, pouco menor que a representatividade média brasileira (FEA/USP/FIPE/SEAGRI, 2007). Apenas o elo da produção agropecuária ocupa 2.276 milhões de pessoas na Bahia.

Arelado a essas questões, existe uma grande área territorial no estado que se faz presente no Semiárido, representando 60 % do seu território, possui o maior número de municípios atingidos pela atual estiagem. Em conformidade com os levantamentos oficiais mais recentes efetuados pela Defesa Civil do Estado da Bahia (2013), 259 municípios baianos, dos 276 inseridos na região do semiárido do estado, estão fortemente prejudicados pela seca, que atinge 2.752.844 habitantes.

**Figura 10 - Delimitação da Região Semiárida Brasileira**



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005

A economia baiana da região semiárida está baseada na exploração do sisal, leite e na venda de pequenos e grandes animais. Os 259 municípios que declararam estado de emergência, a perda de rebanhos alcançou 20 % do efetivo bovino e a produção leiteira decresceu em 70%. Mais de 500 mil cabeças de gado vieram a óbito no semiárido baiano, em razão da falta de alimentos volumosos ocasionada pelo longo período de estiagem (FAEB, 2013).

Os efetivos de caprinos e ovinos do estado também foram acometidos pela seca. Apesar da caatinga ainda ter conseguido produzir um pouco de alimento volumoso, o que garantiu a sobrevivência destes pequenos ruminantes durante a longa estiagem, a falta de água para o consumo dos rebanhos de caprinos e ovinos tem provocado a venda antecipada destes animais e, também, provocado mortes nestas condições.

Estudo publicado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB evidencia a dimensão dos grandes prejuízos ocasionados pela severidade da seca que atinge o estado desde o final do ano de 2010. Os prejuízos somam R\$ 4,6 bilhões apenas no ano de 2012, o que se refletiu negativamente no PIB agrícola do Estado, explicando a sua redução em 9%, em relação ao PIB de 2011.

Neste cenário, ações emergenciais têm sido implementadas com o objetivo de diminuir o efeito agudo e negativo da reduzida incidência de chuvas sobre a viabilidade dos rebanhos. Destacam-se o programa Garantia Safra de securitização agrícola, a distribuição de milho para os rebanhos dos agricultores familiares e a abertura de cisternas e poços para ampliar a infraestrutura hídrica no meio rural dentre outros.

Desta forma, existe a necessidade premente de estruturar mais fortemente o semiárido baiano para a convivência com a seca, assim como para a recuperação da pecuária após a retomada no período normal de chuvas.

### 3.3.1.2 O Sebrae Bahia e o Agronegócio: ambiente institucional

O SEBRAE/BA atua no agronegócio baiano há muitos anos e conta com uma estrutura interna que possibilita a definição de estratégias até a operacionalização das ações ao público rural. Na Sede se concentra a Unidade de Agronegócios, que segundo o Regimento Interno do SEBRAE (2012), tem como objetivo “dar suporte aos projetos finalísticos setoriais e multisetoriais, garantindo um planejamento adequado às competências centrais do SEBRAE e orientação metodológica e conceitual nos segmentos do agronegócio”. A UAGRO



proporciona o ambiente favorável para que as Unidades Regionais, através dos Gestores de Projetos, possam operacionalizar, de forma consistente e assertiva, as ações estratégicas de acordo com a necessidade e objetivos definidos pelo público alvo e parceiros locais.

No PPA 2014-2017, elaborado em 2013 pela instituição e aprovado pelo CDE estabelece a atuação do setor em 19 projetos, dentre todas as 10 (dez) Unidades Regionais pelo estado, priorizando os segmentos de Apicultura, Aquicultura, Bovinocultura de Leite, Fruticultura, Mandiocultura e Ovinocaprinocultura. O atendimento priorizado nos projetos levam em consideração as especificidades de cada um dos segmentos priorizados, de acordo com a expectativa do mercado. Outros segmentos também são trabalhados, mas com uma estratégia de abordagem diferenciada, por não apresentar ainda uma dinâmica de mercado adequada. São as cadeias de Horticultura, Derivados de Cana de Açúcar, Café, Oleaginosas, dentre outras que ainda representam menor expressividade econômica no estado.

A UAGRO elabora anualmente um documento que direciona os aspectos estratégicos do projeto, sendo que o objetivo mais comum que norteia o atendimento da instituição para o setor é a necessidade de aumentar o nível de competitividade dos pequenos negócios rurais, qualificando os processos de troca e integração dentro de cada cadeia produtiva, intensificando as ações de capacitação gerencial, de acesso a mercado e tecnologia.

A instituição SEBRAE se consolidou no estado com um parceiro estratégico para o setor do Agronegócio, atuando através dos projetos com a metodologia GEOR, foi possível, nos últimos anos, acompanhar a evolução dos resultados, propondo ajustes e melhoria na estratégia de abordagem ao público rural. Atuando na visão sistêmica da Cadeia Produtiva, foi possível entender as especificidades e inter-relações que existem entre os elos e formatar parcerias estratégicas que contribuíssem para a alavancagem do público alvo atendido. As cadeias produtivas possuem, entre os seus componentes ou subsistemas, os diversos sistemas produtivos agropecuários e agroflorestais, nos quais ocorre a produção agrícola (Castro et al., 2002).

**Figura 11 - Representação de um modelo de Cadeia Produtiva do Agronegócio**



**Fonte: Adaptação (Castro et al., 2002)**

Com esse pensamento constante de buscar as melhores soluções para atender aos mais variados perfis de público principalmente nos elos da cadeia produtiva da Propriedade Rural e Agroindústria.

Desde 2012, o SEBRAE/BA priorizou o elo da cadeia produtiva da Agroindústria, através de uma parceria estabelecida com o Governo do Estado, que estabeleceu um programa denominado Vida Melhor Rural. O principal objetivo é a promoção, fomento e o apoio à verticalização das cadeias produtivas priorizadas no Estado, definindo estratégias que contribuam para a melhoria seus níveis de competitividade. O desenvolvimento das competências operacionais, gerenciais e mercadológicas, objetivando o incremento competitivo destes empreendimentos constitui-se na missão do SEBRAE neste programa. Outras instituições governamentais também assumem o papel da parceria em ações complementares, como ex: Assistência Técnica e Extensão Rural, Fomento à Produção Agrícola, Construção e Adequação das Unidades Agroindustriais, Promoção e Acesso a Mercados Institucionais (principalmente através das compras governamentais).

A atuação do SEBRAE no Vida Melhor Rural - VMR se dar através da consolidação gerencial dos empreendimentos agroindustriais, principalmente os geridos por Cooperativas no estado, priorizando os de maior maturidade para absorção das ações desenvolvidas, com uma metodologia própria de intervenção, focando na obtenção de resultados previamente

definidos, que buscam nortear o desenvolvimento e implementação das soluções educacionais.

Esse programa possibilitou o SEBRAE sistematizar um conjunto de ações, devidamente interligadas, através de soluções já existentes, contemplando os aspectos gerenciais, mercado, tecnologia, industrial, etc. Esse conteúdo metodológico é aplicado numa sequência lógica, se iniciando com um Plano de Negócios, que direciona os aspectos de viabilidade técnica e econômica, apontando assim, através de um Plano de Trabalho individualizado, quais as ações que devem ocorrer no contexto das possibilidades do SEBRAE e/ou com a necessidade de intervenção de um parceiro estratégico, principalmente em intervenções que envolvam aspectos em que fogem as competências centrais do SEBRAE.

Além da atuação no Vida Melhor Rural, o SEBRAE estabeleceu outras parcerias e frentes de trabalho diferentes, para atender aos anseios específicos, principalmente do elo da Produção Rural, que contempla o produtor familiar. Essas iniciativas, na sua maioria estão parceirizadas com o Sistema FAEB/SENAR, que integra e complementa as ações desenvolvidas diretamente ao produtor, com a sua formação rural, através da profissionalização na atividade, assistência técnica e gerencial, dentre outras.

Dentre essas iniciativas em parceria, se destaca a atuação junto ao produtor rural pecuarista, presente na região do Bioma Caatinga, que tem sofrido constantemente com o problema da estiagem, que prejudicou a produção rural drasticamente nos últimos anos na região nordeste.

Para esse público, foi sistematizado um programa denominado Viver Bem no Semiárido, que se iniciou em 2014 e atua com o objetivo principal é evidenciar a existência de alternativas de convivência com o semiárido com possibilidade de retorno financeiro e social na atividade produtiva do homem do campo.

Possui como foco a formação continuada do produtor, do trabalhador rural e de sua família, fomentando a cultura da cooperação e o empreendedorismo, fundamentado na disseminação de tecnologias, através das Unidades de Demonstração (UD's) que, com seu efeito multiplicador, visam beneficiar um número maior de produtores rurais.

O projeto evidencia as responsabilidades das instituições parceiras frente aos desafios identificados e os resultados almejados e propõe integrar ações sistematizadas e complementares a fim de contribuir para o fortalecimento dos sistemas de produção da pecuária bovina, ovina e caprina para a convivência racional com períodos mais longos de estiagem.



Outra iniciativa de grande relevância de atuação da instituição na Bahia é a parceria com a Fundação Banco do Brasil - FBB, que desde 2006 apoia e fomenta a implantação do projeto PAIS no estado. Esse é um projeto que vem se tornando uma das propostas alternativas de melhoria na renda do produtor rural no semiárido nordestino e nas diversas regiões do Brasil, por proporcionar melhoria na qualidade da alimentação da família e uma agregação de renda no curto prazo. Esse projeto foi a inspiração para a elaboração desse estudo, onde a seguir será apresentada a atuação do SEBRAE nessa Tecnologia Social.

### 3.4 A TECNOLOGIA SOCIAL PAIS APOIADA PELO SISTEMA SEBRAE

O SEBRAE é o principal parceiro nacional para a Tecnologia Social PAIS. Desde 2005 a entidade atua em parceria, principalmente com a Fundação Banco do Brasil - FBB, para disseminar e implantar as unidades de produção familiar em todo o país. Além disso, foi quem teve a iniciativa de criar a tecnologia, através da contratação de um consultor especialista em agricultura orgânica, que propôs o modelo hoje utilizado pelas diversas entidades fomentadoras.

A principal atuação do SEBRAE no projeto PAIS é através das ações de capacitações e consultorias, desde a sensibilização e mobilização das famílias beneficiárias, capacitação inicial na metodologia, apoio na implantação das unidades, consultoria técnica de acompanhamento (Assistência Técnica) e execução de soluções educacionais internas em diversos temas, sendo: empreendedorismo, associativismo/cooperativismo, gestão, acesso à crédito, mercado, inovação e tecnologia, dentre outros.

A aquisição dos Kits PAIS, em alguns casos também é realizada pelo SEBRAE. Nesse caso, a entidade realiza convênios com outras instituições, a exemplo da FBB, que abre uma conta corrente em nome do convênio para que o SEBRAE possa realizar o processo licitatório do material e o pagamento seja realizado pelo próprio parceiro. A entidade não pode realizar a compra do material com recursos próprios, pois existe um impedimento legal que limita a aquisição de bens de consumo para doação, ou seja, os recursos para essa finalidade não podem ser do SEBRAE ou até mesmo ser depositado em conta corrente própria. Nesse caso das parcerias, somente é possível essa ação com a FBB, que utiliza dessa vantagem do vínculo direto com o Banco do Brasil para a abertura de uma conta corrente específica.

Excetuando a FBB, qualquer outro parceiro que esteja apto e interessado em financiar a aquisição dos Kits PAIS deve realizar diretamente, através dos seus regulamentos próprios

de compras de bens e serviços, ou efetivar convenio com ONG's e/ou Cooperativas/Associações, preferencialmente beneficiários diretos ou indiretos do projeto.

Para a execução direta das ações do SEBRAE, são utilizados recursos próprios do seu orçamento aprovado no PPA, em que, a depender do volume, o SEBRAE Estadual pode recorrer à complementação orçamentária do Nacional, que na maioria das vezes se torna um parceiro imprescindível nas negociações e articulações com parceiros estratégicos federais, a exemplo de Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Integração Nacional, além da EMBRAPA, que juntos podem não somente financiar a aquisição dos Kits, mas também realizar complementação dos materiais, como doação de mudas e sementes ou oferecer transferências de tecnologia, etc.

Os parceiros locais também são de fundamental importância para viabilizar a complementação de ações e potencializar os resultados. As prefeituras municipais desempenham um papel de maior relevância, pois ela ficará com o legado após o encerramento do projeto, portanto é imprescindível a sua participação desde o início do processo e incorporar na sua política de governo o apoio na assistência técnica e principalmente o fomento à comercialização através da Política Pública de aquisição de alimentos para a merenda escolar, através do PNAE, pois determina que o município é obrigado a adquirir no mínimo 30% dos itens da merenda escolar através da Agricultura Familiar.

A intenção dos parceiros apoiadores do projeto é a emancipação das famílias com a tecnologia social. Não somente no domínio das práticas agroecológicas - que vão além da unidade PAIS, com a adoção da mudança de cultura de produção convencional (com utilização de agrotóxicos e insumos químicos) para uma agricultura e pecuária menos agressiva ao meio ambiente e à saúde das famílias, com técnicas simples e caseiras (inclusive reduzindo custos e dependência de insumos externos à propriedade) -, mas também a independência econômica, com agregação de renda e firmamento da família no campo. Caso isso não ocorra a contento, o SEBRAE tem a prerrogativa de retornar o apoio por um período mais curto, com o compromisso do parceiro local de manter um acompanhamento eventual às famílias.

Atualmente a TS PAIS é realidade em todas as regiões brasileiras, tendo superado no ano de 2011 a marca de 10 mil unidades implantadas em 23 estados brasileiros, sendo disseminada por inúmeras empresas e entidades, com e sem a presença do SEBRAE, que se destaca como participante e fomentador desta ação em aproximadamente 70% das unidades. Os investimentos já realizados até então somam em aproximadamente R\$ 53 milhões, apenas

nas iniciativas com participação do SEBRAE. A FBB estima um aumento de 50% no fomento a essa tecnologia social nos próximos anos.

Os resultados obtidos até o momento, apesar dos inúmeros obstáculos e barreiras enfrentadas, demonstram que o SEBRAE está no rumo certo, não só com relação à segurança alimentar das famílias diretamente envolvidas, mas também com relação ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades urbano-rurais e com a alimentação rica e saudável dos consumidores que adquirem o excedente.

O SEBRAE Nacional, visando orientar os demais estados na implantação do projeto PAIS, elaborou um documento referencial que direcionar algumas informações relevantes, com base nas experiências de projetos anteriores. O documento estabelece um Roteiro de Implantação, apresentando parâmetros para que a equipe técnica local (SEBRAE/UF) e parceiros sejam orientados no planejamento, construção, e execução de projetos para a correta implantação de unidades PAIS, principalmente para iniciativas que contam com o apoio e participação do SEBRAE Nacional. Para tanto o mesmo sugere um escopo de atividades mínimas necessárias para a implantação do projeto, conforme segue abaixo:

**Quadro 4 - Etapas para Implantação do projeto PAIS.**

<b>Etapa</b>	<b>Ação</b>
1	Articulação das ações entre os parceiros definidos no projeto, esclarecendo metas, obrigações, ações, prazos e responsabilidades de cada um, alinhando informações e definindo um planejamento em conjunto para acompanhamento e fiscalização dos envolvidos de cada processo proposto;
2	Seleção das Famílias Beneficiadas, por critérios quanto à propriedade (localização, relevo, tamanho adequado), envolvimento e pré-disposição da família, aptidão agrícola em geral e especificamente para horticultura, perfil empreendedor;
3	Aquisição dos Kits, Equipamentos e Materiais;
4	Treinamento Inicial – Formação de Multiplicadores: a. Instalação de uma unidade “modelo” para a disseminação e replicação da tecnologia;
5	Organização e Início das Capacitações das Famílias Beneficiadas: a. Foco no Associativismo e Cooperativismo; b. Trabalho em Mutirão e Economia Solidária; c. Premissas da Tecnologia Social Pais;
6	Primeira Reunião/Encontro PAIS – Apresentando a Tecnologia, os Parceiros, as Metas e Objetivos à sociedade, oficializando o início da implantação; O SEBRAE/UF apresentará nesta reunião, e enviará ao SEBRAE/Na e aos parceiros deste projeto, um relatório detalhado do cronograma de ações desenvolvidas até o momento, prestando contas do referido projeto, elencando as dificuldades e barreiras vencidas.
7	Diagnóstico Inicial - T0;
8	Implantação das unidades PAIS do projeto, em forma de mutirão entre os envolvidos;
9	Capacitações, Cursos e Treinamentos em torno de:

	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Agroecologia;</li> <li>b. Cultivo Orgânico e Integrado;</li> <li>c. Preservação do Meio Ambiente;</li> <li>d. Importância do uso Racional e Eficiente da Água;</li> <li>e. Técnicas Orgânicas de Combate a Pragas e Doenças;</li> <li>f. Planejamento de Produção;</li> <li>g. Plano de Manejo Orgânico;</li> <li>h. Consumo de Produtos Saudáveis – Mudança de hábitos e costumes;</li> <li>i. Entre outros;</li> </ul>
10	Diagnóstico de situação – T1;
11	Segunda Reunião/Encontro PAIS – Após todas as unidades PAIS Implantadas, oficializando o início da produção dos beneficiados, interagindo e articulando os canais de comercialização, com palestra motivacional; O SEBRAE/UF apresentará nesta reunião, e enviará ao SEBRAE/Na e aos parceiros deste projeto, um relatório detalhado do cronograma de ações desenvolvidas até o momento, prestando contas do referido projeto, elencando as dificuldades e barreiras vencidas.
12	Desenvolvimento e Sustentabilidade das unidades PAIS através de articulações na equalização da produção, logística e comercialização;
13	<p>Capacitações, Cursos e Treinamentos em torno de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Comercialização;</li> <li>b. Uso consorciado de culturas;</li> <li>c. Empreendedorismo;</li> <li>d. Formalização das atividades;</li> <li>e. Crédito e Acesso ao Crédito/ Sistema Financeiro;</li> <li>f. Compras Governamentais (PAA e PNAE);</li> <li>g. Cooperativismo Avançado;</li> <li>h. Agregação de Valor;</li> <li>i. Certificação Orgânica;</li> <li>j. Entre outros;</li> </ul>
14	Ações de levantamento de demanda, diversificação da produção, melhoria e padronização de qualidade final do produto;
15	Focar ações no aumento da produção e do excedente dentro de cada unidade, Planilhar e Organizar a oferta dos produtos;
16	Estabelecer Novos Canais de Comercialização além das compras governamentais – Restaurantes, Hotéis, Supermercados, Pequenas Revendas, dentre outros; Analisar a Demanda, a Oferta e Atender Exigências Mercadológicas;
17	Gerar Oportunidade de Negócios, Fomentar e Estruturar uma Feira Livre dos Produtores PAIS, como oriundos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, com produtos Agroecológicos e Saudáveis.
18	Escolha e seleção pelo SEBRAE/UF das três unidades mais produtivas e que mais assimilaram as premissas e ideologia do projeto, para representarem o grupo de produtores junto ao SEBRAE Nacional, participando do registro publicitário e bibliográfico dos casos de sucesso do Sistema PAIS no Brasil, além das premiações previstas e divulgadas posteriormente pelo SEBRAE Nacional, após análise de viabilidade do Prêmio Nacional de Produção Consciente e Solidária, em fase de estruturação.
19	Diagnóstico Final – T2;
20	Terceira Reunião/Encontro PAIS: Após todas as ações propostas desenvolvidas, para revelar as unidades/famílias premiadas pelo bom desempenho no projeto, analisar os gargalos ainda existentes, as formalizações pendentes, as ações complementares necessárias, e articulação junto aos demais parceiros para encontrar soluções para os

	novos desafios a serem vencidos, em busca da sustentabilidade do projeto depois de finalizada a assistência e o acompanhamento intensivo do SEBRAE nas propriedades. O SEBRAE/UF apresentará nesta reunião, e enviará ao SEBRAE/Na e aos parceiros deste projeto, um relatório detalhado do cronograma de ações desenvolvidas até o momento, prestando contas do referido projeto, elencando as dificuldades e barreiras vencidas.
21	Demais ações complementares e adicionais desenvolvidas pelo SEBRAE/UF e parceiros.
22	Na data do término do projeto, o SEBRAE/UF apresentará e enviará ao SEBRAE/Na e aos parceiros deste projeto, um relatório detalhado de todo o projeto (Diagnósticos: T0, T1, T2), o cronograma de ações desenvolvidas durante todo o período de atuação do SEBRAE, prestando contas do referido projeto, elencando as dificuldades, gargalos e barreiras encontradas e vencidas, sucessos alcançados, sugestões de alterações estruturais do projeto, enfim, um relatório final completo da participação do Sistema SEBRAE neste projeto.

Fonte: SEBRAE/NA, 2012

A execução de um projeto PAIS dura em torno de 24 a 30 meses de acompanhamento ininterrupto de ações e tem um monitoramento constante com a utilização da ferramenta de gerenciamento de projetos GEOR, que dentre seus pilares prevê a orientação das ações e recursos para resultados finalísticos (SEBRAE, 2009). Nesse sentido, como ainda não existe um padrão nacional em relação ao cronograma de ações do projeto, a mensuração dos resultados se torna um importante aliado na busca da melhoria constante da implantação da metodologia com suas ações integradas.

Para aferição dos resultados, o SEBRAE/BA efetua diagnósticos constantes, por meio da aplicação de questionários socioeconômicos, com a totalidade dos beneficiários, baseado na metodologia SEBRAE/GEOR conforme descrito a seguir:

**Quadro 5 - Cronograma de aplicação da pesquisa GEOR**

Pesquisa T <sub>0</sub>	Antes do início da produção	Diagnóstico da propriedade e Família a ser beneficiada, previsão em até 06 meses ou até a implantação da unidade PAIS;
Pesquisa T <sub>1</sub>	Acompanhamento das Unidades Instaladas	Mensuração das ações e resultados, previsão em até 18 meses do início do projeto;
Pesquisa T <sub>2</sub>	Avaliação final das Unidades do Projeto	Mensuração dos resultados finais da propriedade e família beneficiada, em até 30 meses;

Fonte: SEBRAE, 2009.

Os dados dos diagnósticos visam aferir além da realidade da propriedade (como dados de produção e comercialização da unidade PAIS), os itens das metas indicadoras do sucesso

deste projeto, como Renda da Família Beneficiada e Volume de Vendas dos Produtos da Propriedade. Os resultados serão apresentados e validados junto aos parceiros do projeto, através de reuniões do Comitê Gestor, que acontecem sempre que necessário para tomar alguma decisão e avaliar o andamento das ações.

Na Bahia, já foram implantados cerca de 462 unidades PAIS, beneficiando cerca de 2.000 pessoas diretamente. Os investimentos desde 2006, onde se iniciaram os projetos no estado, foram de cerca de R\$ 2,5 milhões com apoio de parceiros financiadores, como a FBB, BNDES, MI, MDS e Governo do Estado da Bahia, através da SEDES.

Existe uma iniciativa em andamento no estado, em parceria com FBB/BNDES para implantação de 105 unidades nos municípios de Amélia Rodrigues e Manoel Vitorino. Existe um comitê gestor do projeto formado com parcerias locais firmadas, principalmente com as Prefeituras Municipais para fomentar a atividade e apoiar as famílias com a logística, assistência técnicas e comercialização via PNAE.

Esse novo projeto já nasce com um novo conceito PAIS, inclusive seguindo orientações do SEBRAE/NA para preparar as famílias para uma maior profissionalização da atividade, bem como estabelecer como meta a certificação orgânica de parte dos produtores beneficiados. Um pacote de soluções educacionais estará sendo fomentado para proporcionar uma capacitação mais efetiva e duradoura do homem do campo e seus familiares.

## 4 RESIDÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo será apresentada a experiência da realização da Residência Social, parte integrante da proposta do Mestrado Interdisciplinar e como essa experiência enriqueceu, de forma complementar, a elaboração dessa dissertação.

A residência social foi realizada em Santa Catarina, mais precisamente na região do Oeste e Extremo Oeste do estado, tendo como instituições acolhedoras o SEBRAE/SC através do escritório regional de São Miguel do Oeste (e apoio do escritório de Chapecó) e o (CONSAD) Consócio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local, do Extremo Oeste Catarinense. Tendo como objetivo geral observar e conhecer modelos de Gestão Social aplicados no território de abrangência CONSAD e SEBRAE e suas implicações no desenvolvimento rural sustentável dos pequenos Agricultores dos municípios do Oeste de Santa Catarina.

A experiência vivenciada no período em que foi realizado o trabalho trouxe uma superação das expectativas inicialmente previstas, reflexões que podem ser colocadas e traduzidas em se comparando com a realidade baiana, mais especificamente no contexto rural. Apesar de ter tido a possibilidade de conhecer experiências no meio rural em diversas regiões do Brasil e também na Argentina.

O que inicialmente me chamou atenção foi à participação do governo do estado de Santa Catarina em diversas ações nos municípios, não somente através das ações pontuais, mas com programas amplos de apoio ao empreendedor urbano e rural. Ele se faz presente em todas as regiões do estado através de uma estrutura física e descentralizada, com a incorporação de todas as pastas atuando em prol do desenvolvimento territorial, através da (SDR) Secretarias de Desenvolvimento Regional, através de 36 unidades. Essas secretarias concentram todas as ações do governo a nível regional, potencializando-as, inclusive com autonomia e orçamentos que potencializam o acompanhamento e melhores resultados.

Segundo o Governo do Estado de Santa Catarina, a SDR “é um órgão de deliberação coletiva, de aconselhamento, orientação e formulação de normas e diretrizes gerais para a execução de Programas voltados para o desenvolvimento regional”. Para apoiar as secretarias existem, para cada uma, um Conselho de Desenvolvimento Regional - CDR, formado por representantes de cada prefeitura municipal, no território da SDR, entidades empresariais e sociais. Em algumas regiões também são formadas câmaras temáticas, para discussões específicas de cada setor econômico e social.

O papel dessas entidades, descentralizadas, são de mera importância, por levar as discussões sobre o desenvolvimento local e territorial para quem convive diariamente com suas peculiaridades, com poder de contribuição na formulação de políticas públicas, orientando o governo na melhor aplicação dos seus recursos e promover, com maior chance de assertividade, o alcance dos resultados esperados pela população.

Fruto dessa descentralização governamental percebeu-se na região estudada, um grande nível de desenvolvimento urbano e rural, com infraestrutura de estradas, educação, serviços de saúde, capacitação de mão de obra, etc. De qualquer forma, esse tipo de ação acaba promovendo um nível de exigência em relação à atuação integrada das Prefeituras Municipais, que arrecadam mais, para melhor direcionar seus investimentos, que muitas vezes são necessários como contrapartida para ações governamentais do estado.

A experiência vivenciada nas visitas aos municípios foram muito significativas, com discussões ricas, na maior parte das vezes com os próprios prefeitos ou vice-prefeitos municipais, que mostraram, na sua maioria, um nível de comprometimento intenso com a gestão pública e ações de desenvolvimento local inovadoras, criativas e empreendedoras.

O fomento às atividades econômicas locais foi dos temas que mais foram percebidos junto a esses gestores. As iniciativas fazem a diferença, com a percepção detectada *in loco* durante as visitas. As ações variam desde a parceria para a cessão de crédito para o Micro Empreendedor Individual ampliar e modernizar o seu negócio, com os juros custeados pela própria prefeitura, com a emancipação empresarial imediata; realização de parcerias, a exemplo do SEBRAE, para capacitação de empreendedores através das soluções educacionais, com destaque ao EMPRETEC, em que a prefeitura de Tunápolis/SC, havendo participação tanto prefeito e vice-prefeito, quanto dos empresários da região, que recebem subsídios municipais na inscrição, com turmas sendo realizadas anualmente. Os resultados foram percebidos na prática, através de visita ao comércio local, com empreendimentos modernos e atendimento de excelência.

Uma unanimidade identificada nas visitas aos gestores municipais é o comprometimento com as políticas públicas que promovem o desenvolvimento rural e social. Todas as prefeituras visitadas superam a meta mínima de 30% na aquisição de itens alimentícios da agricultura familiar nas compras públicas para atender ao PNAE (merenda escolar) e também para utilização em hospitais municipais.

Outras ações inovadoras são as concessões de áreas públicas, com isenção parcial ou total de impostos, para implantação de unidades industriais e agroindustriais, com atração de investimentos externos, visando, principalmente, a geração de empregos. Só para ter uma



ideia, no município de São Miguel do Oeste existem sobra de vagas de empregos e falta de mão de obra. Lá não se pratica um salário menor que R\$ 1.200,00, segundo informações obtidas através de um gerente de supermercado local que informou que existe uma vaga para estoquista em aberto há 8 meses, sem ter aparecido nenhum candidato interessado nesse período.

O protagonismo empreendedor nesses municípios se destaca muito em relação à realidade no Norte/Nordeste, pois em nenhum momento percebi o foco nos jogos políticos partidários, mas sim no trabalho e no objetivo de construir um futuro para aqueles cidadãos. Mas também nem todas as cidades do Extremo Oeste Catarinense tem uma arrecadação orçamentária que viabilize a realização de ações de grande impacto econômico.

Nesse sentido, para apoiar as prefeituras no desenvolvimento local, existe uma grande quantidade de Consórcios Intermunicipais, que, na sua diversidade, são criados para atuar desde temáticas gerais, com demandas amplas das cidades, até estruturas que contemplam temas específicos (ex: Consórcios de Saúde, para realização de processos licitatórios em conjunto para aquisição de medicamentos e equipamentos hospitalares).

No entanto, a experiência de consórcio que foi vivenciada com mais detalhe durante o período da Residência Social foi o Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local - CONSAD, representado por 19 municípios, e com a proposta de atuar em seis linhas de ações:

- 1 - Segurança Alimentar;
- 2 - Organização Social;
- 3 - Geração de Trabalho e Renda;
- 4 - Preservação Ambiental;
- 5 - Educação e Capacitações;
- 6 - Câmara Temática Territorial.

Inicialmente identificado como Conselho, em 2009 ele assume a personalidade jurídica de Consórcio e foca suas ações para certificações de Agroindústrias e Desenvolvimento Local através da adesão ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, regulamentado no ano de 2006, e operacionalizado através do Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI) que trabalha com produtos de origem animal e vegetal. Esta ação possibilita a certificação destes empreendimentos para desenvolver comercialização em nível nacional, o que possibilita a lucratividade do empreendimento.

Apesar de ser uma estrutura com amplas possibilidades de serviços aos municípios, o CONSAD Extremo Oeste tem o foco de oferecer, no que tange a temática da Segurança Alimentar, a oferta de serviços de inspeção animal, através do SISBI/SUASA, que segundo o CONSAD (2014):

É um sistema integrado de inspeção, no qual os serviços: municipal, estadual e federal deixam de atuar isoladamente e passam a fazer parte de um sistema único. Dessa forma os produtos da agricultura familiar podem ser comercializados em todo o Brasil, abrindo oportunidades de mercado aos produtos feitos nas agroindústrias familiares.

Ele facilita a obtenção do Serviço de Inspeção, sendo o próprio consórcio responsável pela habilitação e acompanhamento das unidades agroindustriais de abate e processamento de produtos de origem animal e vegetal. Normalmente, os empreendedores necessitam do governo federal, estadual ou municipal para legalizar sua atividade, sendo ela dependente da inspeção para a comercialização no nível geográfico em que o tipo de entidade estará validando (ex: Inspeção Estadual só comercializa nos limites territoriais do estado, e assim por diante). Além de realizar a inspeção e validar o empreendimento, o CONSAD presta serviços às prefeituras municipais participantes, com o serviço técnico de veterinários para o acompanhamento do processo de abate de animais (obrigatório quando o empreendimento está em produção). A região se destaca com grande volume de unidades de abate de Suíno.

Outra experiência em nível de consórcios muito positiva e inimaginável até então, envolve uma Tríplice Fronteira, entre dois estados brasileiros e a Argentina. Os municípios são integrados urbanisticamente, muitas vezes confundidos entre si, pois, segundo informações locais, identifica-se o estado do Paraná e Santa Catarina pelo formato dos postes de luz (um redondo e outro quadrado). Os municípios envolvidos nesse contexto são: Barracão/PR, Dionísio Cerqueira/SC e Bernardo de Irigoyen/AR (Província de Misiones).

Figura 12 - Imagem Aérea dos municípios que compõem a Tríplice Fronteira



Fonte: Gazeta do Povo - Dionísio Cerqueira/SC

No lado do Brasil percebemos um maior desenvolvimento, sendo o outro lado uma grande ausência de políticas públicas para fortalecer o desenvolvimento da cidade. A população extremamente empobrecida depende em tudo dos recursos dos brasileiros que moram na região de Dionísio Cerqueira e Barracão. Apesar dos apelos através dos baixos impostos e valores finais para bebidas e perfumes, nota-se que não existem cuidados com a infraestrutura local para receber os turistas, e também não existem políticas públicas de impacto para cuidar da população que vive nesta cidade. Todos muito pobres e com aparência deprimida, o que afasta os visitantes.

Apesar de todas as diferenças é interessante a preocupação da integração das pessoas, que entendem o ambiente como um só. Os brasileiros frequentam muito o lado argentino, e vice e versa. A liderança local é um fator preponderante para o desenvolvimento desta fronteira, tanto do poder público, que atua de forma muito articulada e busca um processo de estruturação no paisagismo urbano no lado do Brasil, mas sempre pensando em contemplar com benefícios para o lado argentino. Como também da iniciativa privada que implementou uma estrutura física com uma entidade de classe (incluindo parceiros como o SEBRAE)

justamente no ponto que divide os dois países e os estados brasileiros, para que haja essa integração e percepção da unicidade.

De qualquer forma, há uma intenção muito forte para que o desenvolvimento ultrapasse fronteiras e, do lado brasileiro houve uma articulação muito grande para uma integração de ações de políticas públicas, em que hoje já percebem diversos resultados expressivos na região, em que se desenvolvem de forma integrada, com expressivo volume de investimentos realizados, dentre elas destacam-se a Construção do Centro de Apoio ao Turista; Implantação de um Hospital; Rodízio no transporte de doentes; Aduana da Receita; Grande área de lazer na área de fronteira; Realização de Feira de Negócios; Monitoramento por Câmaras; Urbanização de ruas; Centros Tecnológicos e Universidades, entre elas a UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Habitação (Projeto Zerar Déficit Habitacional na Zona de Fronteira); Projeto Integrado de Reciclagem de lixo; Implantação de Agência do INSS; Certificação de Produtos da Agricultura Familiar com Símbolo do Consórcio; Instalação de *Free Shop*; Apoio com Infra Estrutura para empresários que tenham o interesse em realizar investimentos na região; e Projetos para assistência técnica MDA e FGV.

Todos os investimentos são pensados de forma integrada e o local de implantação dessas estruturas físicas, a exemplo do hospital, é baseado em estudos que identificam a melhor localização para melhor atender à população, independente de qual município será implantada.

Também existem ações integradas com o país vizinho, sendo que com mais de dificuldades de realização, pois a província argentina de Misiones é uma das mais pobres do país <sup>5</sup>. Mas há um pacto entre os governos federais desses países permitindo o trabalho da população através da fronteira, além de ações educacionais e idiomas.

Esses consórcios e ações integradas são bastante destacáveis e passíveis de estudos minuciosos para entender a formação e a gestão social que se dar nesse território, que apesar das diversas dificuldades encontradas durante o período em que fora realizado a residência – muitas não tão diferentes dos municípios nordestinos – há um grande legado e protagonismo político evidenciados, que podem servir de experiências a serem implementadas em outras regiões do país. Um dos exemplos em que houve uma inevitável comparação nesse ultimo formato de consórcio mencionado (tríplice fronteira) foi a região do Vale do São Francisco, que envolve os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, numa proximidade que

---

<sup>5</sup> Ela não chega a ser comparada a estados brasileiros mais pobres do nordeste, que tem os menores IDH's do Brasil.

poderia se pensar em uma integração nesse sentido. Mas claro, que isso depende dos interesses políticos locais, que na maioria das vezes acabam atrapalhando o processo de desenvolvimento, que colocam a região nordeste na situação que se encontra atualmente.

Apesar desse envolvimento governamental, em Santa Catarina existe um protagonismo social muito forte em toda a região do Extremo Oeste do estado, através do cooperativismo e também do empreendedorismo individual dos produtores rurais. Chamou muita atenção os formatos de cooperativas que foram criadas em formatos distintos, nascidas de forma “natural” para atender à demandas específicas de cada grupo de produtores. Alguns exemplos podem ser citados, como: para atender à demanda de crédito; formatos para a necessidade exclusiva de aquisição de insumos agrícolas; ou mesmo um modelo misto, visando a integração produtiva de diversos segmentos agropecuários, com ou sem a aquisição de insumos integrados a elas.

O modelo da Cooperativa Aurora, fundada em 1969 (conta com mais de 60 mil associados e 19 mil funcionários), que é um destaque nacional - quiçá o maior modelo atualmente em funcionamento no país -, atua de forma integrada a 12 (doze) cooperativas singulares de produtores, que por sua vez, recebem os insumos e matrizes (animais) e produzem até o seu ponto de abate, trabalhando de forma integrada à agroindústria, que por si demanda padrões de carcaças de animais para atender às exigências de mercado. Esse formato é um sucesso pelo fato do comprometimento e empreendedorismo do produtor rural e das cooperativas integradas ao sistema, que acreditam nesse modelo socioeconômico de desenvolvimento.

A Aurora conta com parcerias estratégicas que ajudam significativamente a garantir o seu desempenho comercial, amplamente difundido em todo o Brasil. Com destaque à parceria com o SEBRAE, os associados participam de capacitações e consultorias dos mais diversos tipos para promover uma gestão mais profissional da sua propriedade até a melhoria na qualidade dos produtos finais, que abastecem o conglomerado industrial e seu mix de produtos com mais de 650 itens disponíveis nos pontos de venda em todo o Brasil.

Outro modelo de cooperativismo que chamou bastante atenção e merece um destaque especial nesse trabalho, vem do assentamento rural Conquista da Fronteira, através da Cooper União. São 60 famílias que vivem de forma integrada em 1.198 hectares de terra, vivendo de uma produção coletiva, onde somente sua residência é em local individual escolhida pela família.

Todos tem seu compromisso de trabalho diário nas diversas atividades coletivas desenvolvidas na área, com carga horária mínima a ser cumprida controlada através de uma

frequência. Na apuração do faturamento mensal, o lucro líquido resultante é dividido pelo total de horas trabalhadas no mês por todos os cooperados e repartidos entre si, de acordo com o esforço que cada um empreendeu. O assentado tem ainda a prerrogativa de escolher onde trabalhar - obedecendo aos limites estabelecidos em cada área -, nas diversas atividades desenvolvidas, como: bovinocultura de leite, aves e grãos. Todas essas atividades com o elo de produção e agroindustrialização presentes na propriedade (implantadas com recursos governamentais).

Podemos entender esse modelo econômico como mais próximo do socialismo. Inclusive existem ações da cooperativa para adquirir insumos pessoais, abate uma quantidade de suínos e pescados (também produzidos na propriedade apenas para a subsistência) para consumo próprio, com distribuição semanal. Tudo isso para potencializar a integração econômica dentro do assentamento.

As grandes regras utilizadas pela Cooper União são: Sobreviver, Estudar e Planejar. Esse modelo também não é de uma proposta recente. O grupo começou a se mobilizar no ano de 1985 e em 1989 tomaram posse da maior área de assentamento do estado. Uma grande preocupação que tiveram desde o início foi de estudar para fugir do processo exploratório do campo.

Pelo tempo em que foi fundada a Aurora e a Cooper União, com certeza eles tiveram muitos percalços nesse processo de formação de uma cooperação de destaque. Então para se construir e consolidar esse modelo deve-se levar em consideração o tempo de experiência e insistência que tiveram até chegar ao ponto ideal, e isso se traduz numa gestão empreendedora dos seus líderes e os associados que acreditaram no formato proposto. Isso não exclui a gestão social em que fora empreendida na construção de uma base sustentável e de mudanças de paradigmas. A mudança de cultura no meio rural é difícil em todos os lugares, mas se isso for necessário o empreendedor do campo precisa ser provocado nessa discussão.

Os méritos e experiências absorvidos no processo da Residência Social - RS deixaram um legado de conhecimento de forma que dificilmente se conquista somente com os estudos teóricos. A proposta dessa atividade é única, onde apesar de termos a possibilidade de viajar, conhecer outras experiências, sem ter uma visão objetiva e um planejamento do que se quer adquirir de informação e registrar, de forma a poder contribuir e replicar com outras pessoas, não teria um sentido lógico e contínuo de desenvolvimento.

A percepção adquirida sobre a gestão social foi além das expectativas, que se materializa com o propósito de conhecer, registrar e replicar, contribuindo para um desenvolvimento mais coerente e possível.

## 5 METODOLOGIA

Neste capítulo serão abordados os métodos de pesquisa utilizados para a obtenção e tratamento dos dados utilizados e análise específica posteriormente.

### 5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para buscar o alcance dos objetivos definidos no trabalho, foram utilizados alguns métodos específicos que conduziram a construção das informações e conhecimentos que serão devidamente avaliados em capítulo específico.

Inicialmente foi realizado um estudo bibliográfico que delineou os recursos conceituais necessários à compreensão dos elementos definidos no título do trabalho. Foi relatado, através da revisão bibliográfica a construção e contextualização dos recursos teóricos mais importantes para a condução dos demais métodos definidos nos objetivos específicos.

A principal metodologia utilizada foi através de uma pesquisa de campo, do tipo Quantitativa, para conferir a avaliação dos resultados do projeto PAIS executado no Território CONSAD, no estado da Bahia. A abordagem da pesquisa foi de forma censitária, abrangendo ao total dos 132 beneficiários do projeto. Para aferir os dados, foi utilizado um questionário socioeconômico. O método quantitativo pode ser viabilizado para realizar a investigação empírica, com o objetivo de conferir hipóteses, delineamento de um problema, análise de um fato, avaliação de programa e isolamento de variáveis principais (MARCONI & LAKATOS, 1996).

De forma a complementar as informações obtidas através da pesquisa Quantitativa, foi utilizado o método Exploratório que tem como objetivo o aprofundamento do conhecimento do pesquisador sobre o tema estudado. Essa metodologia pode ser usada, para facilitar a elaboração de um questionário ou para servir de base a uma futura pesquisa, ajudando a formular hipóteses, ou na formulação mais precisa dos problemas de pesquisa (MATTAR, 1996). Também visa clarificar conceitos, ajudar no delineamento do projeto final da pesquisa e estudar pesquisas semelhantes, verificando os seus métodos e resultados. Como método de coleta de dados, utiliza questionários, entrevistas, observação participante, etc. Para complementação das informações referentes à aplicação do questionário, foram utilizados os relatos pessoais dos produtores e familiares beneficiários e relatórios de consultorias

realizadas por profissionais contratados pelo SEBRAE/BA para o acompanhamento e assessoria técnica ao projeto.

O questionário socioeconômico foi desenvolvido com o objetivo de avaliar a efetividade da execução do projeto PAIS no estado, bem como realizar as correções e ajustes necessários para garantir o alcance dos resultados definidos pelos parceiros e público alvo do projeto. Ele consta de perguntas fechadas e abertas. O instrumento é apresentado no Apêndice. Ele leva em consideração os seguintes aspectos, que serão abordados separadamente na avaliação das informações:

- a. Identificação do produtor rural, identificação da propriedade e dados sociais, com a obtenção de informações sobre a participação em programas sociais, políticas públicas, sexo, idade, escolaridade, número de residentes, condição de posse do imóvel, etc.
- b. Aspectos de Renda e a sua composição;
- c. Segurança Alimentar, que considerar as informações sobre os produtos consumidos pela família rural, o que se produz na propriedade e aspectos relacionados às práticas agrícolas utilizadas no empreendimento rural;
- d. Comercialização, é o ponto que indica a potencialidade da propriedade para a agregação de renda ao produtor rural, através da produção agrícola e pecuária, com destaque para o que se produz através do PAIS.

Para a realização da análise, foi considerada a região beneficiada pelo projeto PAIS, com destaque às características em relação a proximidade entre as unidades e volume implantado.

**Quadro 6 – Características do Projeto PAIS CONSAD**

<b>TERRITÓRIO CONSAD</b>	
Implantação do projeto em 19 municípios	
Total: 132 unidades implantadas	
Média: 7 unidades para cada município	
Kits financiados pelo MDS com operacionalização pela SEDES – Governo da Bahia	
<b>Municípios Beneficiados:</b>	
Amargosa	Jiquiriçá
Aracatu	Laje
Brejões	Maetinga
Brumado	Malhada de Pedras
Caraíbas	Maracás



Cordeiros Cravolândia Guajeru Ituaçu	Mutuípe Nova Itarana Piripá Tremedal Ubaira
<b>Aplicação dos Questionários:</b> T0 – Março de 2012 Tfinal – Janeiro de 2013 Intervalo: 11 meses Quantidade de Questionários Respondidos: 132 (100% do público - Censitário)	

**Fonte: Elaboração Própria 2014.**

Ressalta-se que a aplicação dos questionários foi realizada por consultores do SEBRAE contratados para o acompanhamento técnico às famílias beneficiadas.

Ambos os municípios tiveram condições equivalentes nos seguintes aspectos:

- Kit PAIS (material agrícola, irrigação, caixa d'água, etc.);
- Condição climática;
- Perfil do público alvo como agricultor familiar;
- Execução de Assistência Técnica no período do projeto;
- Participação de parceiros diversos.

Um aspecto extremamente importante a ser levado em consideração é que não foi possível avaliar a efetividade da participação das prefeituras municipais e outros parceiros locais no processo com o questionário socioeconômico. Para esse assunto, utilizou-se relatórios de consultoria obtidos através dos profissionais que executaram as ações em campo. Essas informações serão apresentadas em momento oportuno no decorrer da análise dos questionários.

Para caracterização dos beneficiários, as informações obtidas pela pesquisa sobre identificação do produtor rural, identificação da propriedade e dados sociais; Aspectos de Renda e a sua composição; Segurança Alimentar às práticas agrícolas utilizadas no empreendimento rural, serão abordados apenas na T0, como condição inicial de participação.

Para os dados avaliativos, apenas os aspectos de agregação de renda proveniente da unidade produtiva do PAIS, através da comercialização dos seus produtos, serão comparados no período entre a primeira e a última abordagem da pesquisa, como forma de analisar os resultados do projeto, nesse requisito, ressaltando as devidas variáveis.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada junto ao público alvo do projeto PAIS, considerando a metodologia de abordagem, com as devidas análises e comentários acerca de cada dado apresentado de acordo com as expectativas previstas nos objetivos deste trabalho.

Os dados pesquisados levam em consideração as informações sobre o perfil do produtor rural e suas condições enquanto condição de posse do imóvel, área total, composição da renda, conhecimento e participação nos programas sociais, política pública do PRONAF; dados de produção, consumo e comercialização dos produtos oriundos da atividade rural.

Conforme mencionado no capítulo anterior, para efetuar uma análise comparativa em determinado intervalo de tempo, no período de 11 meses, levou em consideração apenas os aspectos relacionados à renda proveniente da comercialização dos produtos oriundos da horta do PAIS. Essa análise favoreceu uma análise acerca das variáveis em que foi implantado o projeto PAIS, que se deu de forma idêntica nos dois municípios pesquisados. Essa comparação facilitou o entendimento enquanto melhor modelo deve ser implementado e quais devem ser os requisitos básicos a serem levados em consideração em relação ao PAIS.

A implantação do projeto no Território do CONSAD, abrangendo as regiões do Jiquiriçá e Baixo Sul, se deu com em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia – SEDES, que obteve a captação de recursos junto ao Ministério do Desenvolvimento Social para aquisição dos Kits PAIS, em processo licitatório específico.

O SEBRAE foi convidado a participar do projeto, através de uma parceria formal com a SEDES, com a elaboração de um Plano de Trabalho específico para contemplar o curto período de tempo de 8 meses de projeto. O SEBRAE assumiu a execução de as ações de capacitação técnica na metodologia, consultoria de apoio à implantação e acompanhamento técnico aos beneficiários e realização de consultorias e capacitações nas diversas áreas de atuação.

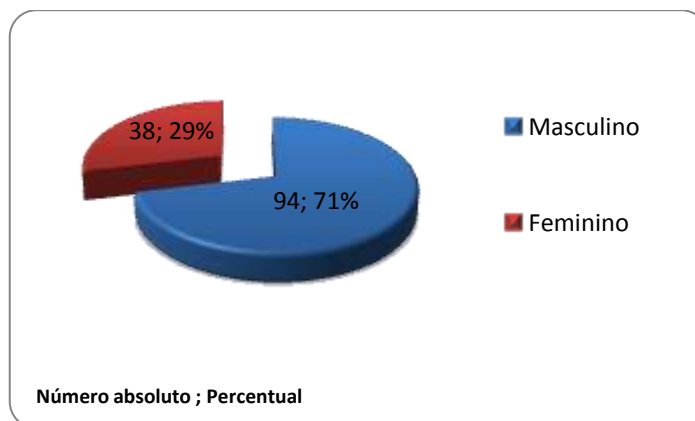
Em contraponto, a SEDES, além de efetivar a parceria com a aquisição dos Kits, apoiou a mobilização das famílias beneficiadas e negociou a participação das prefeituras municipais no processo, que ao final, poucas assumiram o comprometimento efetivo.

Outra variável significativa foi a definição de 19 municípios, contemplando uma média de 7 unidades PAIS para cada um. Nos resultados obtidos através da pesquisa, percebeu a inadequação desse formato de implantação do projeto, no sentido em que os produtores, pela distancia entre seus pares, não se beneficiam da possibilidade de troca de

informações técnicas, nem tanto a promoção de acesso a mercado de forma conjunta, repartindo as despesas logísticas, etc. Por esses motivos colocados, houve um desestímulo de um grande número de famílias para a condução do processo.

Dados Iniciais sobre o perfil dos produtores nos municípios do CONSAD:

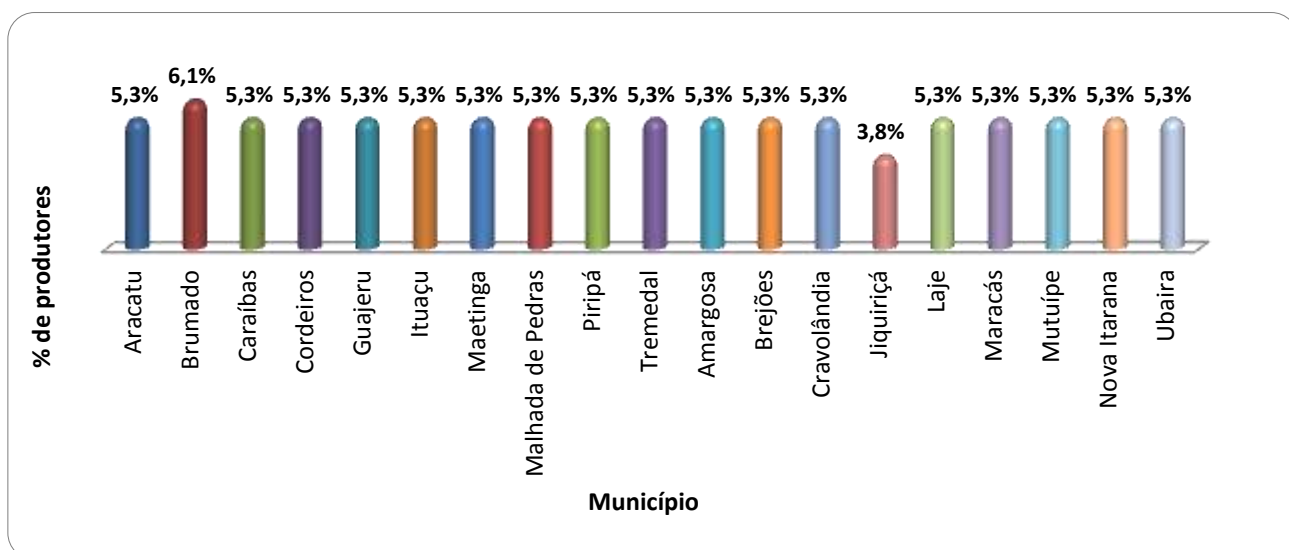
**Gráfico 2 - Produtores por Sexo**



**Fonte: Elaboração Própria (2014)**

Ainda percebe-se um predomínio masculino na condução das atividades rurais familiares. A percepção na pesquisa foi de que as mulheres que conduziam o processo, na sua maioria, tinham os maridos trabalhando com outra atividade externa à propriedade ou internamente com outros segmentos produtivos mais rentáveis. Nesse último caso, nota-se através de relatos dos consultores de campo que a maioria das unidades conduzidas pelo sexo feminino tinham o foco apenas no consumo da produção do PAIS.

Gráfico 3 - Produtores por Município



Fonte: Elaboração Própria (2014)

O gráfico acima aponta a distribuição das unidades nos municípios, que apesar de contemplar uma média, internamente em cada cidade, existia uma distância significativa entre as unidades.

Na seleção das famílias, além da SEDES, houve a participação da Prefeitura Municipal, onde foi utilizado como critério a contemplação do maior número de comunidades rurais possíveis. Desta forma, ao contribuir inicialmente na disseminação, existiu uma desmobilização posterior por parte dos produtores, pela falta de contato constante entre si.

Gráfico 4 - Conhece o PRONAF?

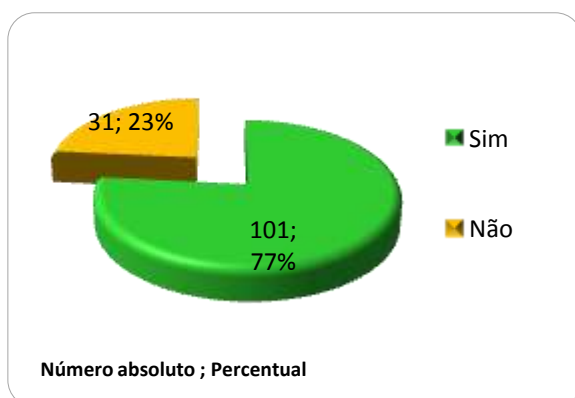
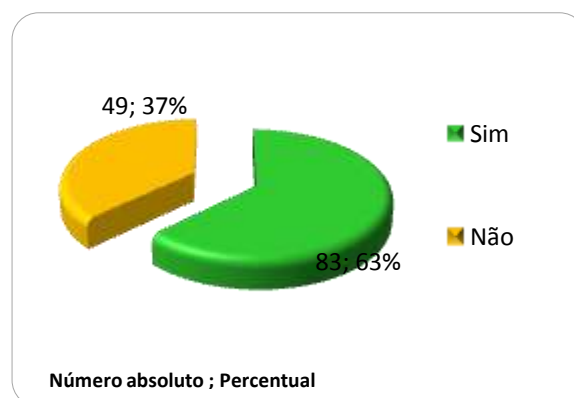


Gráfico 5 - Possui DAP?

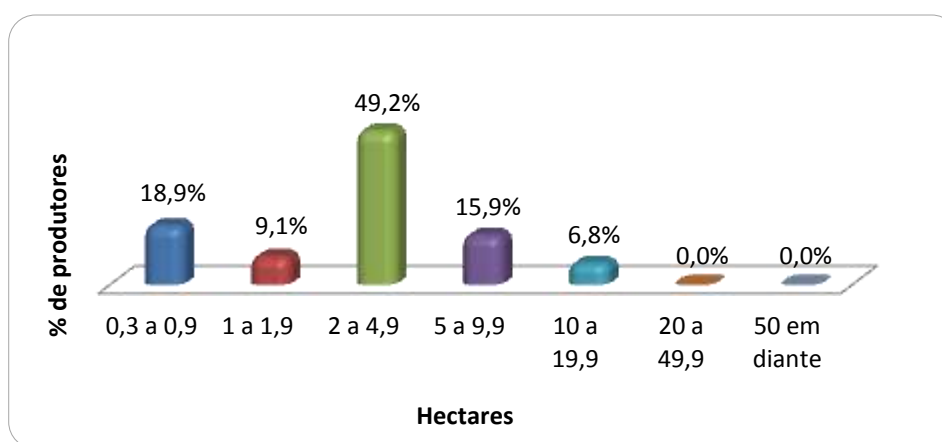


Fonte: Elaboração Própria (2014)

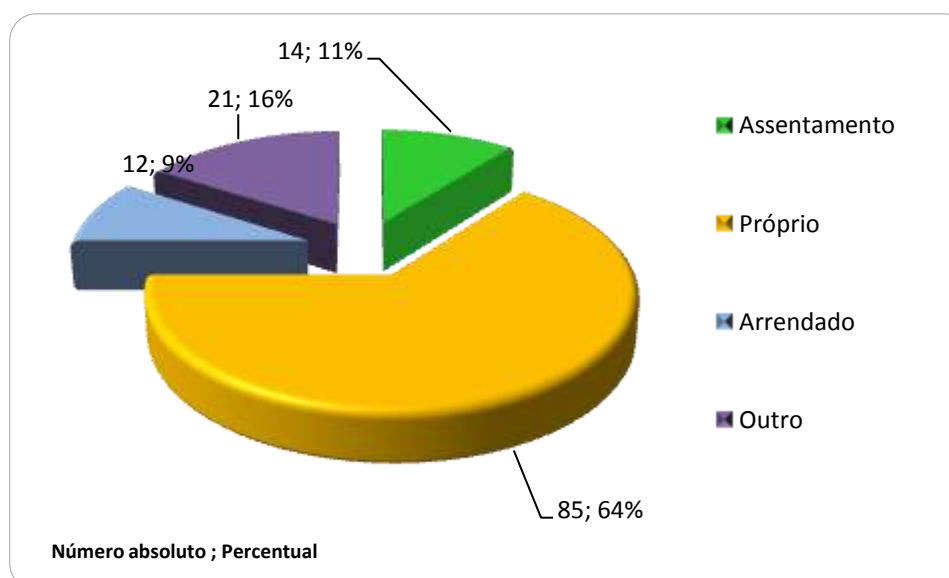
As informações obtidas através da pergunta relacionada aos gráficos 3 e 4 são relevantes no sentido de entender a dinâmica de acesso às Políticas Públicas relacionadas à

atividade rural, com destaque ao PRONAF. Nesse caso, existem produtores que nem sequer tinham noção do que se tratava o programa que existe para apoiá-lo. Além disso, um número significativo deles não tinha acesso à Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP. Causou estranheza esse fato, pois há uma disseminação do programa em diversas frentes de trabalho, inclusive levando benefícios para o mesmo. O que dificulta, nesse dado é a impossibilidade deles poderem comercializar sua produção junto ao PNAE. Ação pactuada com as prefeituras participantes. Podendo prejudicar, inclusive os resultados do projeto.

**Gráfico 6 - Distribuição do tamanho da propriedade**



**Gráfico 7 - Condição de posse do imóvel**

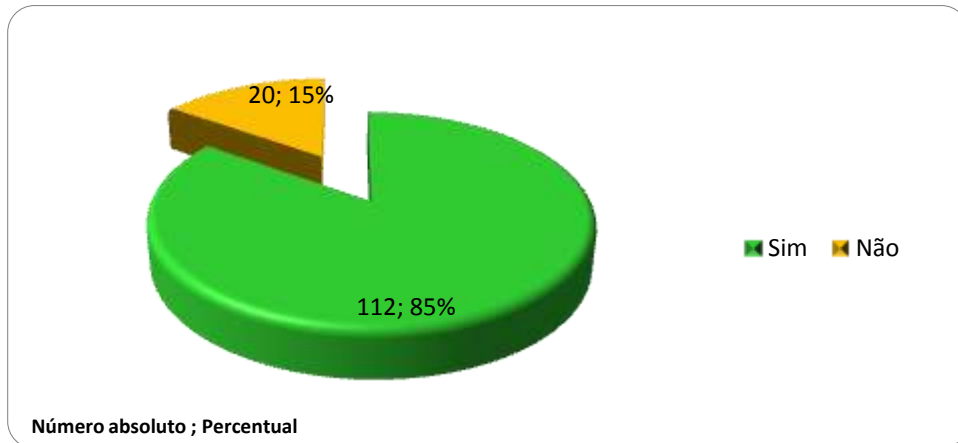


**Fonte: Elaboração Própria (2014)**

Os dados obtidos através da pesquisa apontaram que aproximadamente 77% dos beneficiários tinham uma área de até 5 hectares, expressando também que o quantitativo maior tinham a posse legal da propriedade. Esses dados nos fazem refletir acerca do perfil do

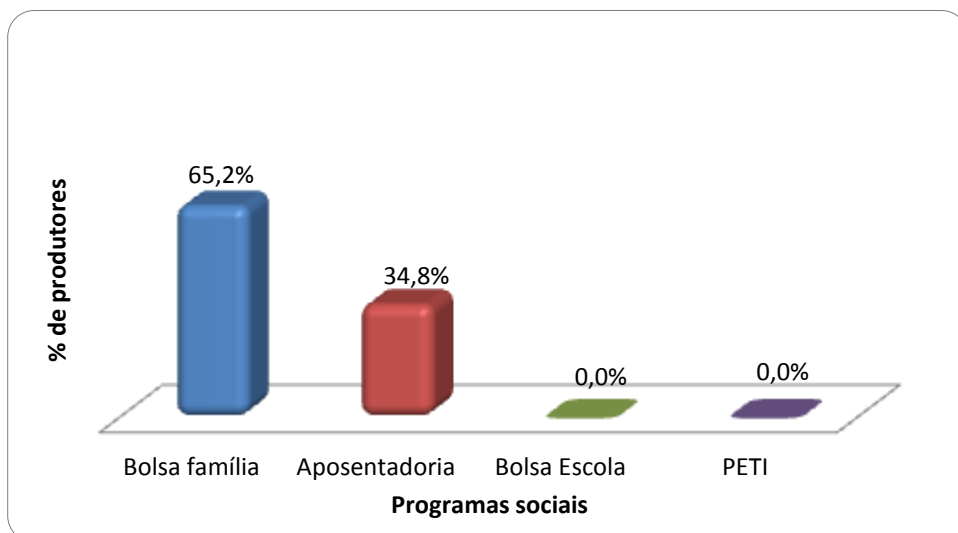
agricultor familiar no nordeste, que tem uma limitação para produzir e gerar renda significativa no campo. Só o PAIS requer uma boa parte dessa área, então ao aderir ao projeto, o produtor rural deve estar ciente de que a tecnologia social poderá ter uma expressiva contribuição nos rendimentos familiares, uma vez que irão abdicar de outras atividades anteriormente implementadas nessa área.

**Gráfico 8 - Morador com acesso a Programa Social**



Fonte: Elaboração Própria (2014)

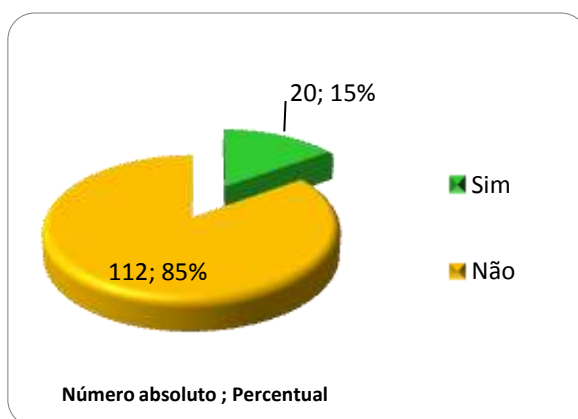
**Gráfico 9 - Percentual de produtores por tipo de Programa Social**



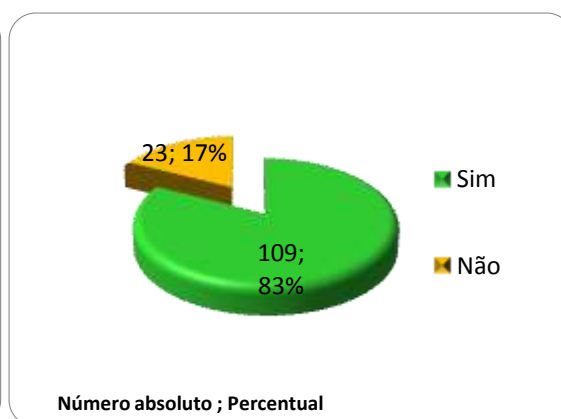
Fonte: Elaboração Própria (2014)

Ainda há uma predominância de famílias no campo que dependem de boa parte da sua renda dos Programas Sociais. O maior destaque é para o Bolsa Família, seguido da Aposentadoria Rural, prevalecendo a mítica da permanência maciça de idosos na zona rural e a migração dos jovens para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades e condições de trabalho.

**Gráfico 10 - Vínculo à Entidade Cooperativa**



**Gráfico 11 – Vínculo Entidade Associativa**

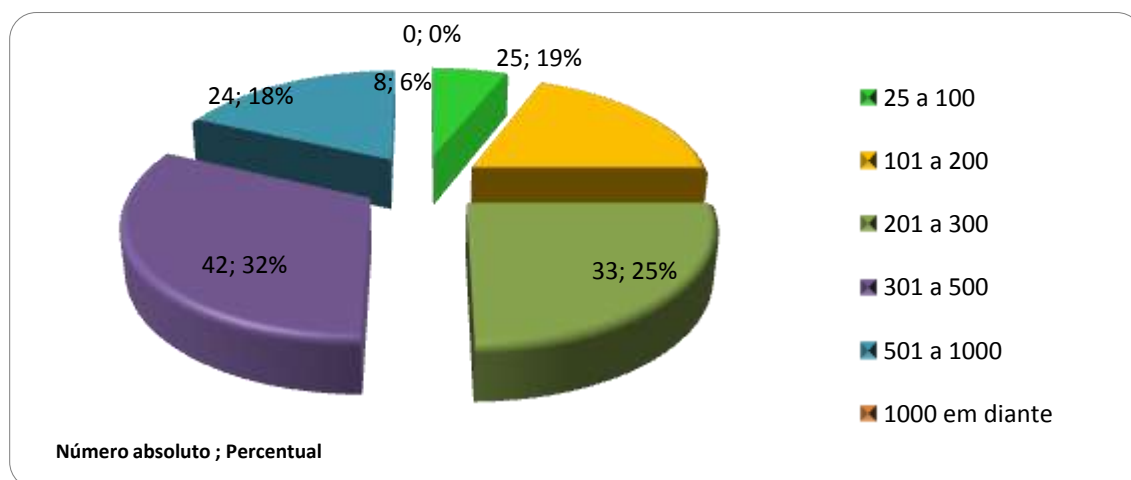


**Fonte: Elaboração Própria (2014)**

Ao serem questionados da participação em alguma Cooperativa ou Associação, os produtores se mostraram mais adeptos à segunda opção, mas os relatos obtidos através dos consultores destaca-se que a maioria das associações tem finalidade distinta às que tem objetivo de fomento à atividade rural ou comercialização. Apesar disso, nota-se um bom perfil de cooperação dentre eles, através da predominância dos vinculados a Associações.

Dados relacionados ao perfil de Renda dos produtores do CONSAD:

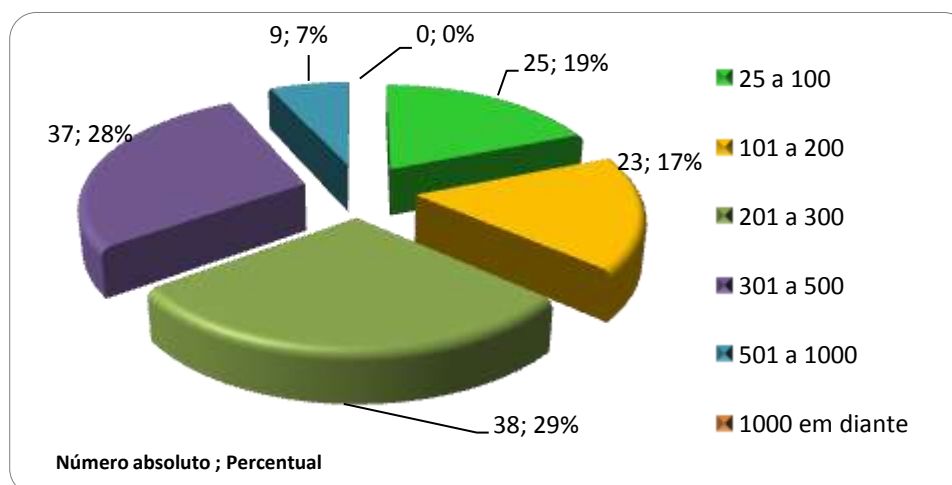
**Gráfico 12 - Distribuição de renda, exceto Programas Sociais (R\$)**



**Fonte: Elaboração Própria (2014)**

A maioria dos produtores pesquisados está na faixa de renda até R\$ 500 mensais. Apesar disso, existe um quantitativo de 6% que ainda se encontram na classificação de renda muito baixa. Na hipótese de essas famílias tiverem uma média de 4 membros cada, teríamos 25% dos beneficiários do projeto abaixo da linha de pobreza, que foi estabelecida em R\$ 70,00 por membro em média.

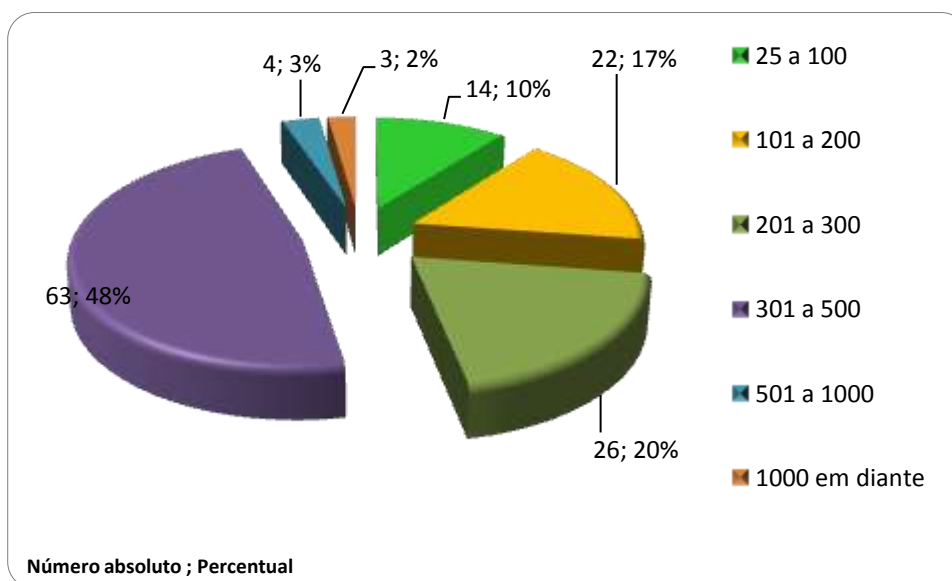
**Gráfico 13 – Renda familiar proveniente da atividade agropecuária (R\$) – T0**



**Fonte: Elaboração Própria (2014)**



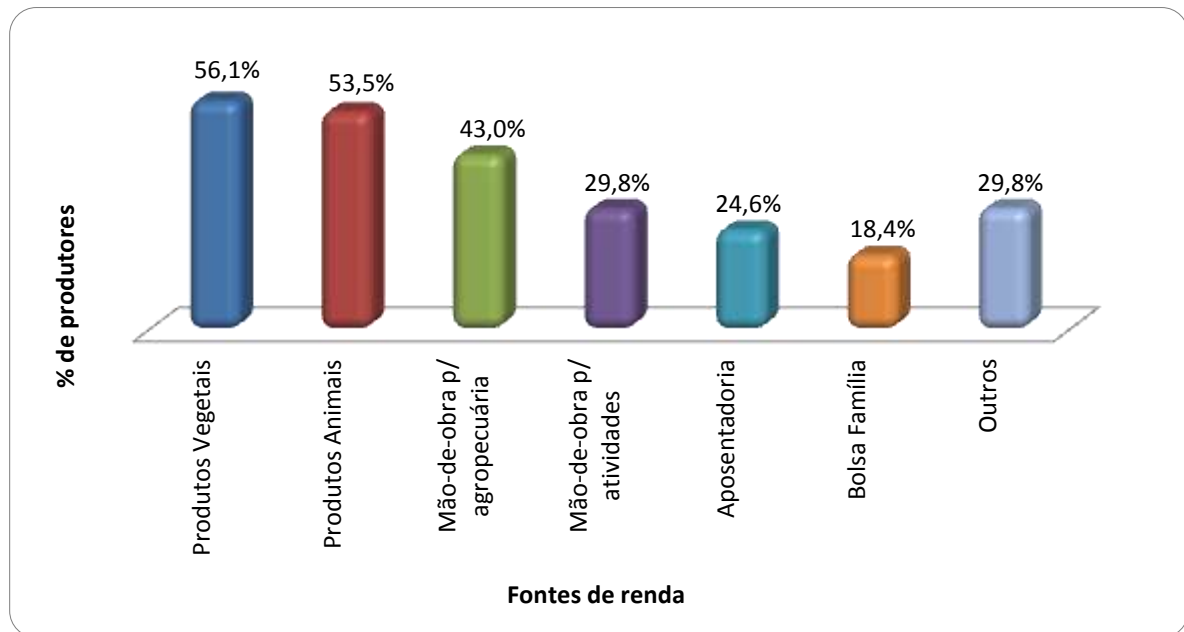
**Gráfico 14 - Renda Proveniente da atividade Agropecuária (R\$) – T1**



**Fonte: Elaboração Própria (2014)**

Os gráficos acima permitiram realizar um comparativo da evolução da renda familiar antes e depois do projeto PAIS. Notou-se uma migração do perfil de renda, ampliando para cima a agregação do projeto nos resultados econômicos dos beneficiários. Os que constavam na faixa entre R\$ 201 e 300 eram maioria na primeira mensuração, na segunda já existe uma maior participação desse público na faixa entre R\$ 301 e 500. Houve uma migração de mais de 10 famílias saindo do perfil de renda abaixo dos R\$ 100 mensais, também reflexo do incremento do projeto na comercialização.

Gráfico 15 - Principais fontes de renda

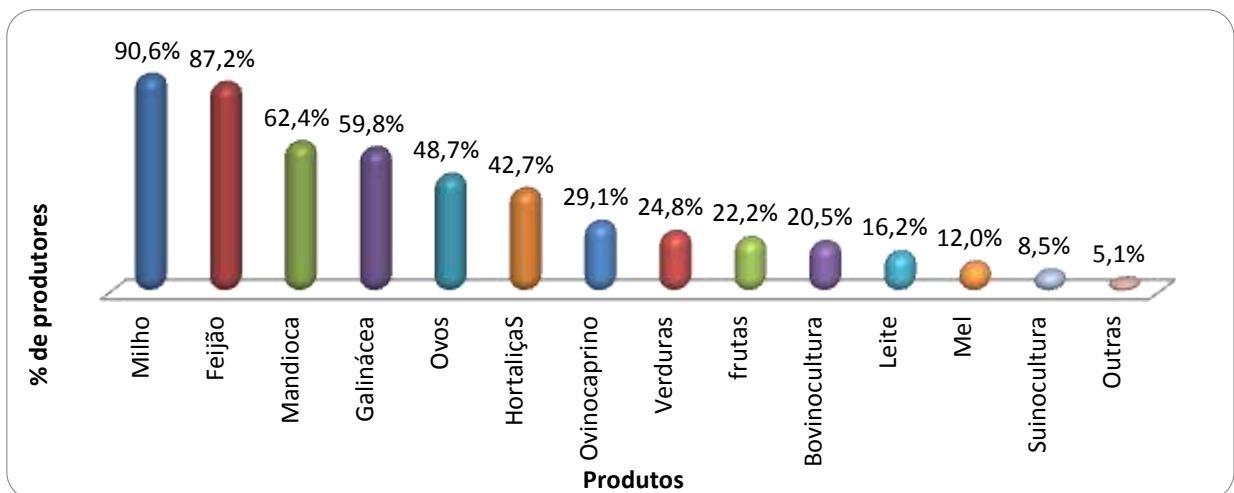


Fonte: Elaboração Própria (2014)

Apesar dos Programas Sociais do Governo Federal apresentarem uma considerável participação dentre as famílias, ainda se destacam como principais fontes de renda a produção e comercialização de produtos vegetais e animais produzidos na propriedade rural. Quase a metade dos agricultores tem uma agregação de renda através de trabalhos externos à propriedade, prestando serviços a terceiros. Esse aspecto limita os resultados do PAIS, que demandam de mão de obra permanente e próxima à residência na propriedade.

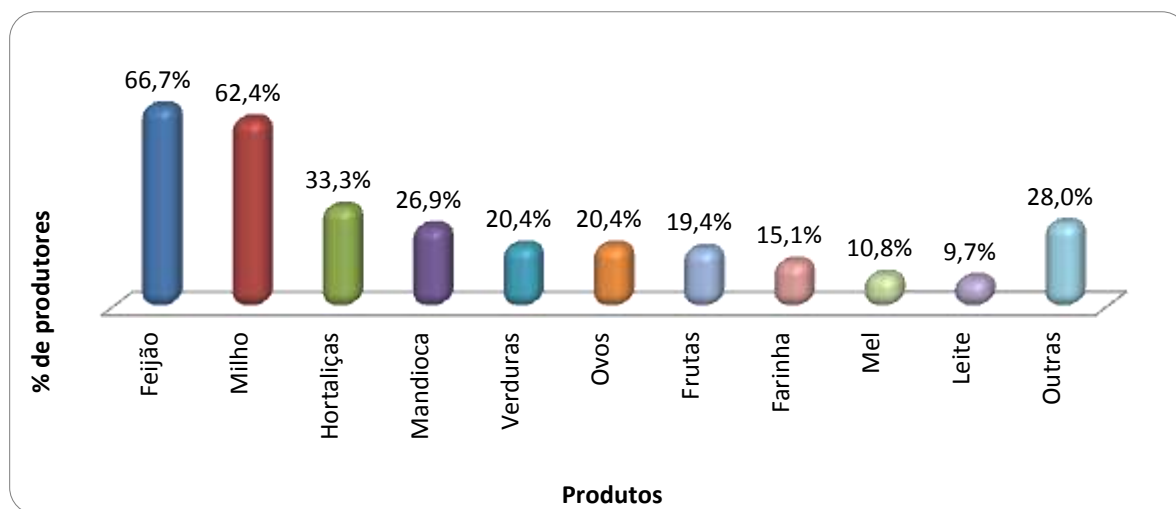
Dados relacionados aos aspectos de produção dos produtores do CONSAD:

Gráfico 16 - Produção Agropecuária nos últimos 12 meses



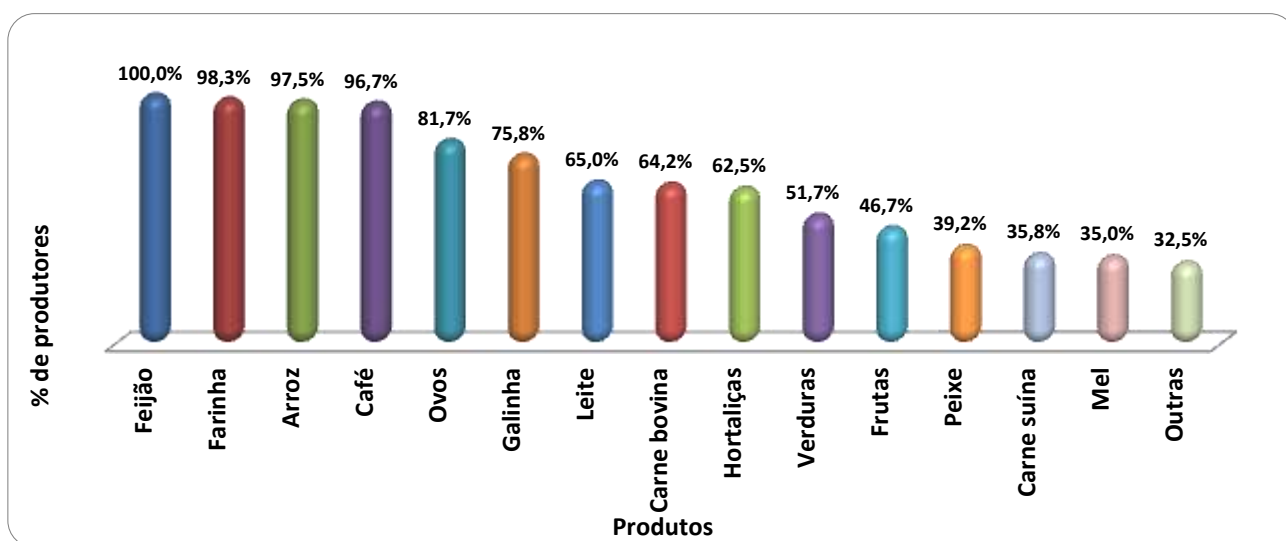
Fonte: Elaboração Própria (2014)

Gráfico 17 - Comercialização Agropecuária nos últimos 12 meses



Fonte: Elaboração Própria (2014)

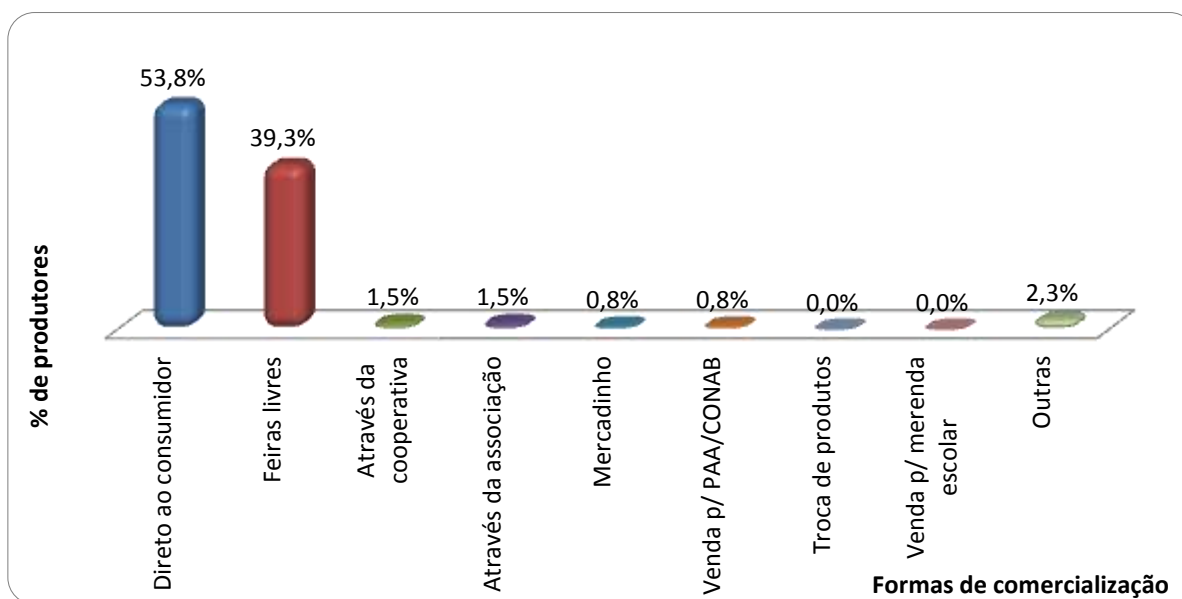
Gráfico 18 - Composição de produtos na alimentação diária da família



Fonte: Elaboração Própria (2014)

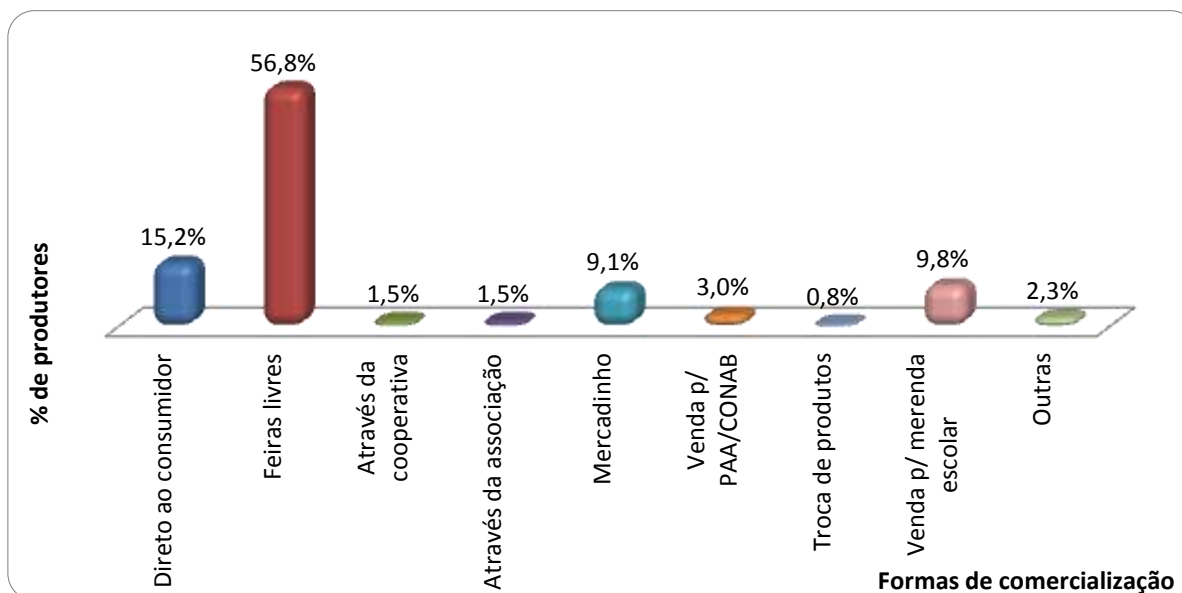
Os dados acima mostram no período de execução do projeto PAIS existiu uma produção e consequente comercialização dos itens não somente da horta, mas houve uma agregação de outros produtos da propriedade rural. Destacando que a comercialização, nesse perfil de público, se dar pelo excedente após o consumo próprio.

Gráfico 19 - Principais formas de comercialização - T0



Fonte: Elaboração Própria (2014)

Gráfico 20 - Principais formas de comercialização - T1



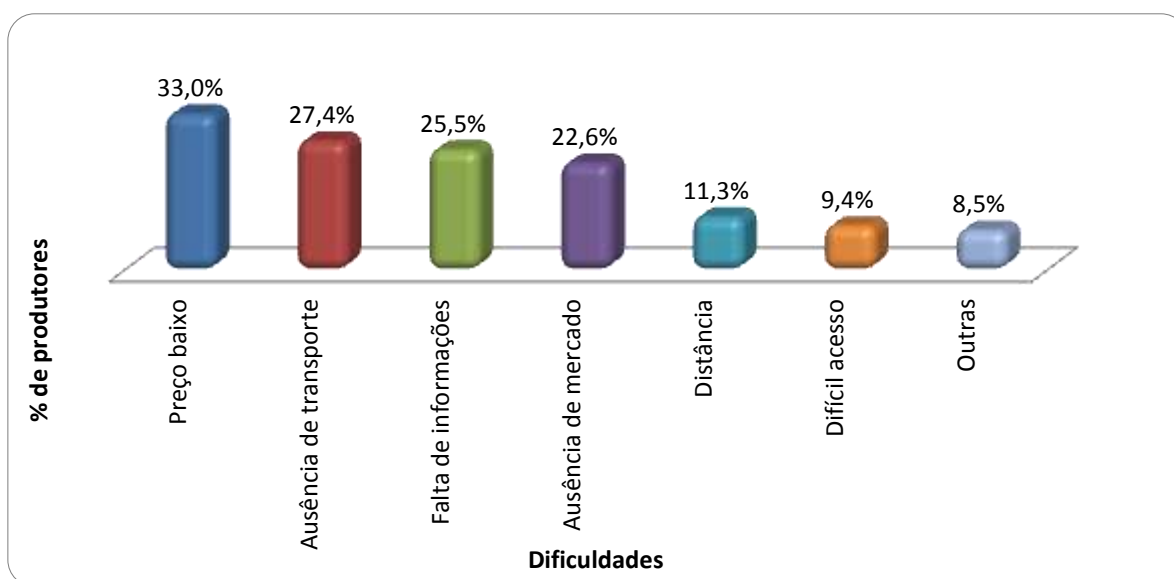
Fonte: Elaboração Própria (2014)

Os gráficos 19 e 20 apresentam um comparativo das principais formas de comercialização do PAIS. Ressalta-se que houve ampliação na utilização de Feiras Livres como canal de comercialização e a utilização de formas inicialmente não exploradas, como a

venda para merenda escolar, vendas para a Conab e mercadinhos, com uma redução da comercialização direta ao consumidor.

Esses dados retratam a importância da participação do SEBRAE e demais parceiros no projeto, inclusive as Prefeituras Municipais, que parceirizaram a realização de feiras agroecológicas e estimularam a possibilidade de fornecimento para a merenda escolar, através do PNAE.

**Gráfico 21 - Principais dificuldades na comercialização dos produtos**



**Fonte: Elaboração Própria (2014)**

Apesar do esforço para a promoção da comercialização, ao final do projeto a pesquisa identificou que ainda existem inúmeras dificuldades apontadas pelos agricultores familiares beneficiários pelo projeto PAIS. O baixo preço dos produtos, atribuem pouca rentabilidade, apesar do diferencial na forma de produzir agroecologicamente, nos municípios não houve agregação de valor e a concorrência com os produtos convencionais é acirrada. Outros elementos também merecem destaque, como a ausência de transporte regular para levar a produção para os mercados consumidores, falta de informação de como comercializar e ausência de mercado, foram outros itens que tiveram destaque em relação a esse gargalo.

Não foram apresentados os demais gráficos com os devidos detalhes (constam no APENDICE B), destacando que os temas mais relevantes para a pesquisa foram abordados, e no próximo capítulo, serão colocadas as considerações finais da pesquisa com o propósito de responder à problemática colocada na introdução desta dissertação.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto PAIS tem demonstrado ser uma alternativa viável para proporcionar a inclusão socioeconômica no meio rural. Além de ser uma Tecnologia Social que estimula a produção orgânica e agroecológica à agricultura familiar.

A primeira parte desse trabalho buscou-se o entendimento conceitual do Desenvolvimento Rural Sustentável, e suas interseções até o seu direcionamento para a Tecnologia Social e os aspectos relacionados à participação do SEBRAE na temática, através do projeto PAIS.

Na sequência foi possível avaliar o impacto da Tecnologia Social no Desenvolvimento Rural Sustentável, que evidenciou as variáveis pesquisadas de forma a responder aos questionamentos colocados no decorrer da dissertação.

Dentre as principais conclusões obtidas com o resultado da pesquisa aplicada ao público alvo do projeto PAIS, bem como as entrevistas e relatórios encaminhados pelos consultores técnicos envolvidos no acompanhamento aos beneficiários, propõe-se a implementação de variáveis a serem levadas em consideração na implementação de projetos com a mesma característica, sendo eles em qualquer estado ou região do país: (1) definição do território, (2) seleção das famílias, (3) participação e envolvimento dos parceiros, (4) ações a serem realizadas de forma estruturadas e continuadas durante o projeto e (5) mensuração e avaliação constante dos indicadores de resultados (como forma de propor as melhorias e adequações necessárias). Essas variáveis estão apresentadas em quadros específicos com os respectivos detalhamentos (Ações, Objetivos e Resultados Esperados) no ANEXO C deste trabalho.

No aspecto relacionado à definição do território, conclui-se que se torna de extrema relevância que exista um adensamento das unidades em um determinado raio de extensão. De forma que permita uma inter-relação entre os beneficiários, proporcionando ganhos e melhorias na utilização da Tecnologia Social. Dentre os principais resultados possíveis, pode se observar alguns viáveis de serem alcançados.

Na dimensão Mercadológica existem as seguintes perspectivas:

- Maior facilidade para estruturação de logística para escoamento da produção;
- Possibilidade de atender a mercados de forma estruturada, através do planejamento e previsibilidade de escala de produção;
- Possibilidade de comercialização conjunta, inclusive com a formalização de uma entidade cooperativa;

- Facilidade para obtenção de certificação orgânica (através do Sistema Participativo de Garantia<sup>6</sup>);
- Possibilidade de realizar o processamento mínimo de hortaliças, como forma de agregação de valor aos produtos, para atender a mercados mais exigentes.

Na dimensão Tecnológica, existem as seguintes potencialidades:

- Permitir a troca de experiência técnica, como forma de melhorar os aspectos da produtividade e qualidade dos produtos;
- Estímulo à continuidade na utilização da Tecnologia Social como forma de valorizar a unidade PAIS;
- Estímulo à adequação de toda a produção da propriedade rural para utilizar as práticas agroecológicas.

A seleção das famílias também se torna um aspecto relevante no projeto, por considerar o perfil empreendedor do produtor rural para que, em conjunto com os demais, possam alcançar os resultados previstos no projeto. Deve-se levar em consideração a necessidade de realização de uma entrevista *in loco* na propriedade rural pré-selecionada por um técnico treinado, como forma a identificar essas características, inclusive visualizando a organização do empreendimento para receber o Kit PAIS. Dentre os resultados previstos para esta variável, pode-se obter a garantia do alcance dos resultados do projeto; garantir a efetividade do negócio rural; participação mais efetiva em ações realizadas por parceiros e a possibilidade de replicação voluntária da TS aos vizinhos e familiares.

É de fundamental importância a participação ativa dos parceiros em todo o processo, em pelo menos no período estabelecido no projeto. Esse envolvimento garante o funcionamento pleno da unidade familiar, inclusive preparando-os para visualizar a sua atividade rural como um pequeno negócio empresarial.

A Prefeitura Municipal é o ente mais importante no processo de identificação do local a ser implementado o projeto, considerando que sua participação pode garantir parte da comercialização da produção, sendo na aquisição do excedente produzido para a merenda escolar, hospitais, etc., bem como no apoio logístico para acessar mercado. Além disso, o município pode contribuir diretamente na assistência técnica e fomento à implantação de novas unidades PAIS após o encerramento do projeto.

A participação do SEBRAE, bem como de Universidades e parceiros financiadores dessa Tecnologia Social também são de extrema importância, para a realização de ações,

---

<sup>6</sup> O Sistema Participativo de Garantia é um formato que certifica produtores baseados na participação ativa das partes interessadas e estão fundamentados na confiança, nas redes sociais e na troca do conhecimento.

desde a aquisição do material do Kit PAIS, bem como a execução das capacitações e consultorias que beneficiem o desenvolvimento rural. Essas ações são fundamentais para proporcionar a preparação do produtor rural e sua família no contexto econômico, contribuindo para torná-lo um empreendedor rural, transformando sua propriedade rural em um empreendimento rentável, e promovendo a manutenção do homem no campo.

As pesquisas mostram que se faz necessário que algumas ações aconteçam de forma continuada, pelo menos por um período de tempo que permita o produtor se emancipar nos conhecimentos técnicos e práticos das culturas agrícolas implantadas na horta.

Todos esses aspectos integrados podem contribuir para o alcance dos resultados e estimulando ainda mais o fomento a essa Tecnologia Social. Desta forma, se faz necessário à mensuração desses resultados através dos indicadores que podem traduzir o impacto da metodologia PAIS junto ao seu público alvo. O monitoramento dessas informações a nível nacional pode ser um viés utilizado pelo SEBRAE/NA e a Fundação Banco do Brasil para avaliar o programa como um todo e perceber os principais entraves e potencialidades que possam ser avaliados para novos investimentos.

Essa investigação permitiu uma visualização clara dos aspectos relacionados às Tecnologias Sociais e suas contribuições para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Através do PAIS, percebe-se uma oportunidade de galgar resultados práticos, de forma contínua e atendendo às principais demandas sociais e ambientais da atualidade.

Diante do exposto, no Brasil existe uma demanda extrema de iniciativas tecnológicas com o apelo social e econômico. Esta, representada pelo PAIS, vem como forma de intensificar o provimento da comunidade rural, através da agricultura familiar, às mais modernas, e ao mesmo tempo, simples técnicas de produção que alimentam a zona rural de esperanças e riqueza de um pleno desenvolvimento sustentável.



## REFERÊNCIAS

ACEVEDO DÍAS, J. A. Cambiando La práctica docente en La enseñanza de las ciencias através de CTS. Biblioteca Digital da OEI – Organização de Estudos Iberoamericanos para Educação, Ciência e a Cultura, 1996.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BAVA, Silvio C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (org.) Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004. p.103-16.

BRANDÃO, F. C. Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas - PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990.

CARDOSO, T. F. L. Sociedade e Desenvolvimento Tecnológico: Uma Abordagem Histórica. In: Grinspun, M.P.S.Z. (org.). Educação Tecnológica: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Cortez. 2001. p. 183-225.

CASTRO, Antonio. LIMA, Suzana. CRISTO, Carlos. Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção Tecnológica. XXII – Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Salvador, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

DAGNINO. (org.) Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.2.ed. rev. ampl. Campinas: Komedi, 2010. Capítulo: A tecnologia social e seus desafios, p.53-70.

DENIZ, F. Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p 4 16.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG et al. Projeto INOVAR. Agroecologia. Minas Gerais. 2005.

FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia. Informe FAEB/SENAR. Abril e Maio, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Site: [www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br). Acessado em: 12/02/2014.

FURTADO, Celso. A saga da SUDENE: (1958-1964). Arquivos Celso Furtado, v. 3, Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

\_\_\_\_\_, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. In: Economia e Sociedade. 1ª ed., Campinas, 1992, p. 5-19

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GUZMÁN CASADO, G., GONZÁLEZ DE MOLINA, M., SEVILLA GUZMÁN, E. (coord) Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. in: ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

HERRERA, Amilcar (org.) América Latina: ciencia y tecnología en el desarrollo de la sociedad. Santiago de Chile: Ed. Universitaria, 1970. Capítulo: Notas sobre la ciencia y la tecnología en el desarrollo de la sociedad, p.11-36.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Pesquisa de Orçamentos Familiares. Rio de Janeiro, 2008/2009

IDEC, MEC, MMA. CONSUMO SUSTENTÁVEL: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. 160 p.

ITS – INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (org.) Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004. p.117-34.

JESUS, Vanessa. COSTA, Adriano. Capítulo: Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. Tecnologia Social e Políticas Públicas. - São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 284 p.

MAIZTEGUI, A. et al, C. Papel de la tecnología en la educación científica: una dimensión olvidada.. Revista Iberoamericana de Educación, 2002, No. 28. Biblioteca Digital da OEI (Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Disponível em < <http://www.campus-oei.org/> >. Acesso em 2 Fev. 2014.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2014. Site: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>. Acessado em: 15/03/2014.

MEIRLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et al. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

Ministério da Integração Nacional. Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro. Brasília. 2005.

NEREUS – Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo. Consumo de energia, emissões de CO2 e a Geração de Emprego e Renda no Agronegócio Brasileiro: uma análise insumo-produto. USP: São Paulo, 2013.

PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável: mais alimento e renda no campo. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2012. 64 p.

RODRIGUES, A. M. M. Por uma filosofia da tecnologia. In: Grinspun, M.P.S.Z.(org.). Educação Tecnológica - Desafios e Perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001: 75-129.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTAGADA, S. (1993). Indicadores Sociais: Contexto Social e Breve Histórico. Revista

FEE, Porto Alegre: v20, n 18, p. 245-255.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento Regional em Debate, Faro-algarve-pt*, v. 2, n. 1, p.44-61, 31 jul. 2012.

SCATOLIN, Fábio Dória. Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.

SEBRAE. O Sistema SEBRAE. Brasília, 2003. Site: [www.uc.sebrae.com.br](http://www.uc.sebrae.com.br). Acessado em 12/12/2013.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008, 48 p.

\_\_\_\_\_. Gestão Estratégica Orientada para Resultados – Projetos Finalísticos de Atendimento Coletivo: Manual de Elaboração e Gestão. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. O SEBRAE para Conselheiros. Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Regimento Interno do SEBRAE/BA. Salvador, 2012.

\_\_\_\_\_. O Público Alvo do SEBRAE. Série Estudos e Pesquisas. Brasília, 2012b.

\_\_\_\_\_. Direcionamento Estratégico 2013 – 2022. Brasília, 2012c.

\_\_\_\_\_. Termo de Referência – Tecnologia PAIS. Planejamento 2012 – 2016. Brasília, 2012d.

\_\_\_\_\_. Plano Plurianual e Orçamento 2014 – 2017 - BAHIA. Salvador, 2013.

SEBRAE e Fundação Banco do Brasil. Cartilha PAIS Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. 3ª ed. Brasília, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, E. , WOODGATE, G. Desarrollo Rural Sostenible: de La agricultura industrial a la Agroecología. en: REDCLIFT, M. y WOODGATE, G. Sociología del Medio Ambiente: una perspectiva internacional. Madrid: Mc Graw Hill, 2002. pp.77-96.

SILVA. José Carlos Teixeira, TECNOLOGIA: CONCEITOS E DIMENSÕES. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Curitiba. 2002.

VALDÉS, P. Y VALDÉS R., GUISÁOSLA, J. SANTOS, T. Implicaciones de la Relaciones Ciencia-Tecnología en la Educación Científica. Revista Iberoamericana de Educación, 2002, No. 28, p. 101-127. Biblioteca Digital da OEI (Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e A Cultura, Disponível em <<http://www.campus-oei.org/>>. Acesso em 2 Fev. 2014.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

VERASZTO, E. V. Projeto Teckids: Educação Tecnológica no Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado. Campinas. Faculdade de Educação. UNICAMP. 2004.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2, 2012.

## ANEXO A – COMPOSIÇÃO DO KIT PAIS PADRÃO FBB

KIT PAIS COM IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO E BOMBA SAPO		Quantidade	Unidade
Discriminação			
Irrigação	Caixa d'água 5.000 litros	1	unid.
	Braceadeira de 1"	10	unid.
	Conector inicial para fita gotejadora de 3/2" com anel de vedação com registro	22	unid.
	Emenda de fita gotejadora	10	unid.
	Registro de 1"	6	unid.
	Niple de 1"	4	unid.
	Flange de 1" - rosca	2	unid.
	T" de 1"	3	unid.
	Unidade de luva de 1"	2	unid.
	Filtro de disco 1"	1	unid.
	Adaptador de 1" Rosca/Manguera	14	unid.
	Rolo de teflon	2	metro
	Fita gotejadora de 3/2" de 20 em 20 cm com 12 micra	300	metro
	Manguera de 2 mm semireciclado ou virgem (depende a fonte d'água) ou cano PM 40 de 50mm ou 32mm (12 canos)	150	metro
	Fio de cobre ou cabo duplex de alumínio - 10 mm a 15mm	200	metro
	Disjuntor 30 A	1	unid.
	Bomba saço completa	1	unid.
	Sombrilhe	30	metro
	Bandejas de isopor-plástico de 128 células	5	unid.
	Fita vedação rosca	2	unid.
	Fita isolante preta	1	unid.
	Bebedouro para aves 5 litros	1	unid.
	Comedouro para aves 20 kg	1	unid.
	Tela para galinheiro 1,80 m de altura 20mm galvanizada	4	rolos
	Sacos de milho - 50 kg	4	unid.
	Toras de eucalipto 8 a 10 cm x 2,5 m (ou substituto local) tratado	40	unid.
	Tora de eucalipto tratado tratado 3,5m com 16mm	1	unid.
pipão de 3,5 m de 6 a 8 cm	13	unid.	
Prego 17x21 (pacote de 1kg)	1	unid.	
Prego 18x30 (pacote de 1kg)	1	unid.	
Grampos para cerca	1	kg	
Lona dupla face 6x1m 150 micra	5	metro	
Sistemas de madeira	43	unid.	
Arame recoberto iso flexível	1	kg	
Composto restíco bovino	5	m <sup>3</sup>	
Mudas frutíferas	50	unid.	
Sementes para produção de grãos	20	kg	
Sementes para hortaliças - pacotes de 10 g	15	unid.	
Adução verde (quandu, feijão de adico, mucuna, arronalária violentea etc.)	5	kg	
Sementes de tagete (cravo amarelo) - pacote de 10 g	1	unid.	
Semente de gerbim	1	ad	
Muda de N/m Indano	2	unid.	
Muda de primavera, (vazerinho ou bugenville)	1	unid.	
Muda de citronela	1	unid.	
Mudas de plantas medicinais	1	unid.	
Kit para calda ( sulfato de cobre, enxofre, cal virgem, ácido bórico, sulfato de zinco, sulfato de magnésio)	1	unid.	
Calcanço ou agro silício	2	unid.	
Tambor de 100 litros para preparo de biofertilizantes	2	unid.	
Tambor de ferro para queimar ossa	1	unid.	
Pulverizador Costa 20 litros com cilindro de cobre	1	unid.	
Carriinho de mão	1	unid.	
Outros itens	1	unid.	
Base da casa d'água	1	unid.	
Análise de solo	1	unid.	
Contrapartida do produtor	10	unid.	
Galinhas	10	unid.	
Galp	1	unid.	

Para casos de exigência de cultivo protegido incluir 400 m<sup>2</sup> de filme plástico

## KIT PAIS COM IRRIGAÇÃO POR MICROASPERSÃO E BOMBA SAPO

	Discriminação	Quantidade	Unidade
Irrigação	Caixa d'água 6.000 litros	1	unid.
	Braçadeira de 1"	10	unid.
	Conector inicial com registro	11	unid.
	Emenda de fita autojardera	10	unid.
	Registro de 1"	6	unid.
	União de 1"	4	unid.
	Flange de 1" - rosca	2	unid.
	T" de 1"	3	unid.
	Unidade de lava de 1"	2	unid.
	Filtro de disco 1"	1	unid.
	Adaptador de 1" Rosca/Mangueria	14	unid.
	Rolo de nylon	2	metro
	Mangueria co-estirada para microaspersão 16 mm	330	metros
	Microaspersores tipo balaena (60 litros) com asto	50	unid.
	Mangueria de 2 mm semireciclado ou virgem (desde a fonte d'água) ou cano PM 40 (de 50mm ou 32mm (12 canos)	160	metro
	Fio de cobre ou cabo duplex de alumínio - 10 mm a 16 mm	200	metro
	Disjuntor 30 A	1	unid.
	Bomba sapo completa	1	unid.
	Scripte	0,3	metro
	Bandejas de isopor-plástico de 126 células	5	unid.
Fita vedação rosca	2	unid.	
Fita isolante preta	1	unid.	
Galinheiro e viveiro de mudas	Bebedouro para aves 5 litros	1	unid.
	Comedouro para aves 20 kg	1	unid.
	Tela para galinheiro 1,60 m de altura 20mm galvanizada	4	rolos
	Sacos de milho - 50 kg	4	unid.
	Torçõs de eucalipto 8 a 10 cm x 2,5 m (ou substituto local) tratado	40	unid.
	Torçõs de eucalipto tratado tratado 3,5m com 16mm	1	unid.
	Prego	0,5	kg
	Arão de 3,5 m de 6 a 8 cm	13	unid.
	Grampos para cercas	1	kg
	Lona dupla face 6x6m 150 micra	8	metro
	Esteios de madeira	48	unid.
Arame recozido flexível	1	kg	
Canteiros e quintal agroecológico	Composto (esterco bovino)	5	m <sup>3</sup>
	Mudas frutíferas	50	unid.
	Sementes para produção de grãos	20	kg
	Sementes para hortaliças - pacotes de 10 g	15	unid.
	Adubação verde (quandu, feijão de porco, mucuna, crotalaria urticosa etc.)	5	kg
	Sementes de tagete (cravo amarelo) - pacote de 10 g	1	unid.
	Semente de pergeim	1	unid.
	Muda de Nim indiano	2	unid.
	Muda de primavera, juazeirinho ou buganville	1	unid.
	Muda de citronela	1	unid.
	Mudas de plantas medicinais	1	unid.
	Kit para caldas ( sulfato de cobre, enxofre, cal virgem, ácido bórico, sulfato de zinco, sulfato de magnésio)	1	unid.
	Calçário ou agro silício	3	unid.
	Tambor de 100 litros para preparo de biofertilizantes	2	unid.
Tambor de ferro para queimar ossos	1	unid.	
Pulverizador Costa 20 litros com cilindro de cobre	1	unid.	
Carimbo de mão	1	unid.	
Báscula de 5kg	1	unid.	
Outros itens	Análise de solo	1	unid.
	Contrapartida do produtor	10	unid.
	Selas	1	unid.

Para casos de exigência de cultivo protegido incluir 400 m<sup>2</sup> de filme plástico



**ANEXO B – FOTOGRAFIAS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROJETO PAIS - CONSAD**

















## ANEXO C – VARIÁVEIS CRÍTICAS IDENTIFICADAS PARA INCORPORAÇÃO NOS PROJETOS PAIS

Variável 1: <b>DEFINIÇÃO DO TERRITÓRIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO</b>
Principais ações necessárias: Adensamento das unidades em um determinado raio de extensão.
Objetivo: Proporcionar inter-relação e troca de experiências, proporcionando ganhos e melhorias na utilização da Tecnologia Social.
RESULTADOS ESPERADOS
<b>DIMENSÃO MERCADOLÓGICA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior facilidade para estruturação de logística para escoamento da produção;</li> <li>- Possibilidade de atender a mercados de forma estruturada, através do planejamento e previsibilidade de escala de produção;</li> <li>- Possibilidade de comercialização conjunta, inclusive com a formalização de uma entidade cooperativa;</li> <li>- Facilidade para obtenção de certificação orgânica (através do Sistema Participativo de Garantia);</li> <li>- Possibilidade de realizar o processamento mínimo de hortaliças, como forma de agregação de valor aos produtos, para atender a mercados mais exigentes.</li> </ul>
<b>DIMENSÃO TECNOLÓGICA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permitir a troca de experiência técnica, como forma de melhorar os aspectos da produtividade e qualidade dos produtos;</li> <li>- Estímulo à continuidade na utilização da Tecnologia Social como forma de valorizar a unidade PAIS;</li> <li>- Estímulo à adequação de toda a produção da propriedade rural para utilizar as práticas agroecológicas.</li> </ul>
Variável 2: <b>SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS</b>
Principais ações necessárias: Realização de uma entrevista in loco na propriedade rural pré-selecionada por um técnico treinado, como forma a identificar essas características, inclusive visualizando a organização do empreendimento para receber o Kit PAIS
Objetivo: Considerar o perfil empreendedor do produtor rural para que, em conjunto com os demais, possam alcançar os resultados previstos no projeto
RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir o alcance dos resultados do projeto;</li> <li>- Garantir a efetividade do negócio rural, mesmo após a saída dos parceiros do projeto;</li> <li>- Estabelecer uma participação efetiva dos beneficiário das ações realizadas pelos parceiros;</li> <li>- Proporcionar a replicação voluntária da Tecnologia Social aos vizinhos e demais familiares;</li> </ul>

<b>Variável 3: PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS PARCEIROS</b>
Principais ações necessárias: Formalização de um Comitê Gestor do projeto, garantindo, no mínimo, a adesão e efetiva participação da Prefeitura Municipal, que tem um dos principais papéis no processo.
Objetivo: Garantir o funcionamento pleno das unidades, proporcionando a profissionalização dos produtores envolvidos.
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir o alcance dos resultados do projeto;</li> <li>- Promover a comercialização efetiva e ampliação da renda proveniente da atividade rural;</li> <li>- Garantir a efetividade do negócio rural, mesmo após a saída dos parceiros do projeto;</li> <li>- Estabelecer uma participação efetiva dos beneficiário das ações realizadas pelos parceiros;</li> <li>- Promover a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Rural Sustentável das comunidades rurais.</li> </ul>

<b>Variável 4: GARANTIR A REALIZAÇÃO DE AÇÕES ESTRUTURANTES NO PROJETO</b>
Principais ações necessárias: Fomentar as parcerias que possam garantir a adesão efetiva e investimento nas ações de sua plena competência (assistência técnica, gestão rural, acesso a mercado, Associativismo, etc)
Objetivo: Garantir o funcionamento pleno das unidades, proporcionando a profissionalização dos produtores envolvidos.
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir o alcance dos resultados do projeto;</li> <li>- Proporcionar a multiplicação de tecnologias de produção;</li> <li>- Buscar a agregação de valor através da agroindustrialização e certificação orgânica</li> </ul>

<b>Variável 5: MENSURAÇÃO E AVALIAÇÃO CONSTANTE DOS INDICADORES E RESULTADOS</b>
Principais ações necessárias: Aplicação de questionários de avaliação e discussão constantes com o Comitê Gestor e beneficiários sobre os rumos do projeto.
Aplicação de um sistema de monitoramento <i>on line</i> que permita a visualização constante dos indicadores pelos parceiros, para que os mesmos possam realizar correções e adequação das ações, caso sejam necessárias.
Objetivo: Avaliação constante na busca de melhorias e adequações necessárias no rumo do projeto. Possibilitar análise dos projetos em andamento, percepção dos gargalos e melhoria na implementação de novas iniciativas, minimizando os riscos inerentes.
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir o alcance dos resultados do projeto;</li> <li>- Proporcionar a multiplicação de tecnologias de produção;</li> <li>- Ampliação dos investimentos na Tecnologia Social pelos parceiros;</li> <li>- Melhorar a efetividade da aplicação dos recursos públicos.</li> </ul>

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO PAIS

### QUESTIONÁRIO SOCIO ECONÔMICO - PAIS

Data de aplicação:		Pesquisador:	
Informante:	<input type="checkbox"/> Produtor	Nome:	
	<input type="checkbox"/> Outra pessoa	Parentesco:	

### BLOCO A – IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

1. Nome do produtor:		2. Apelido:	
3. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino		4. Data de nascimento: / /	
5. Endereço:			
6. Comunidade:		7. Município:	
8. Estado:			
9. (DDD) Telefone/Celular:		10. RG:	
11. E-mail:		12. CPF:	
13. Município de nascimento:			
14. Estado de nascimento:			
15. Nome da Mãe:			
16. Conhece o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)?		<input type="checkbox"/> Sim	
		<input type="checkbox"/> Não	
17. Possui DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar):		<input type="checkbox"/> Sim Nº:	
		<input type="checkbox"/> Não	
18. Possui cadastro de certificação orgânica:		<input type="checkbox"/> Sim Nº:	
		<input type="checkbox"/> Não	
19. Possui NIS (Número de Identificação Social):		<input type="checkbox"/> Sim Nº:	
		<input type="checkbox"/> Não	

### BLOCO B – IDENTIFICAÇÃO DO MOTIVO DA NÃO REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

<input type="checkbox"/> 1. O produtor não foi localizado	<input type="checkbox"/> 2. O produtor não quis responder	<input type="checkbox"/> 3. O produtor não participa mais do projeto	<input type="checkbox"/> 4. Duplicidade no cadastro
<input type="checkbox"/> 5. O produtor faleceu	<input type="checkbox"/> 6. Outro:		

### BLOCO C – IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

1. Nome da propriedade:				
2. Área da propriedade (metro quadrado ou hectares):				
3. Localização (coordenadas geográficas):	W	S		
4. Condição de posse do imóvel:	<input type="checkbox"/> Próprio	<input type="checkbox"/> Arrendado	<input type="checkbox"/> Assentamento	<input type="checkbox"/> Outro
5. Roteiro sucinto para chegar à propriedade:				
6. Possui registro no ITR (Imposto Territorial Rural)?				
7. Possui registro no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)?				

### BLOCO D – DADOS SOCIAIS

1. Escolaridade do produtor:	<input type="checkbox"/> Alfabetizado	<input type="checkbox"/> Nível fundamental
<input type="checkbox"/> Ainda estuda	<input type="checkbox"/> Não Alfabetizado	<input type="checkbox"/> Nível médio
<input type="checkbox"/> Encerrou os estudos		<input type="checkbox"/> Nível superior
Qual a série:		
2. Quantas pessoas moram na sua casa?	3. Dessas, quantas trabalham?	
4. E quantas trabalham na atividade agropecuária?		
5. Nº de filhos menor que 18 anos:	6. Nº de filhos com 18 anos em diante:	
7. Possui mais de uma família na propriedade?	<input type="checkbox"/> Sim.	7.1 Quantas:
	<input type="checkbox"/> Não	
8. Existe outra casa na propriedade?	<input type="checkbox"/> Sim.	8.1 Quantas:
	<input type="checkbox"/> Não	
9. Algum morador de sua casa teve acesso a algum programa social nos últimos 12 meses? Qual(is)?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Bolsa Família. Quantas?	<input type="checkbox"/> Aposentadoria. Quantas?
<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Quantos?	








BLOCO E – RENDA			
1. Qual a renda familiar mensal, excluindo rendas provenientes dos programas sociais? R\$			
2. Quantas pessoas geram essa renda?			
3. Qual a renda proveniente exclusivamente de atividades agropecuárias? R\$			
4. Quantas pessoas geram essa renda proveniente da atividade agropecuária?			
5. Trabalha como empregado parte do ano?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	→	5.1. Vende dias de serviço: R\$
			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6. Realiza mutirões ou troca dia de serviços com outros agricultores? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
7. Alguma parte de sua propriedade é dada em arrendamento? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
8. Qual a principal fonte de renda da família e o respectivo valor? Questão de múltipla escolha.			
<input type="checkbox"/> Venda de produtos vegetais R\$			<input type="checkbox"/> Venda de produtos animais R\$
<input type="checkbox"/> Venda de mão-de-obra para agropecuária R\$			<input type="checkbox"/> Venda de mão-de-obra para outras atividades R\$
<input type="checkbox"/> Aposentadoria R\$			<input type="checkbox"/> Bolsa Família R\$
<input type="checkbox"/> Outros. Quais? R\$			
9. Renda Bruta Familiar R\$:			
BLOCO F – COMERCIALIZAÇÃO			

1. E associado a alguma cooperativa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
2. E associado de alguma associação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
3. Participa de sindicato rural? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
4. Identificar <b>produção</b> agropecuária dos últimos 12 meses?			
<input type="checkbox"/> Feijão	<input type="checkbox"/> Milho	<input type="checkbox"/> Mandioca	
<input type="checkbox"/> Hortaliças. Quais?			
<input type="checkbox"/> Verduras. Quais?			
<input type="checkbox"/> Frutas. Quais?			
<input type="checkbox"/> Bovinocultura	<input type="checkbox"/> Suinocultura	<input type="checkbox"/> Ovinocaprinocultura	<input type="checkbox"/> Galinácea
<input type="checkbox"/> Leite	<input type="checkbox"/> Ovos	<input type="checkbox"/> Mel	
<input type="checkbox"/> Outras. Quais?			
5. Quais os produtos agropecuários abaixo foram <b>comercializados</b> nos últimos 12 meses?			

<input type="checkbox"/> Feijão	<input type="checkbox"/> Milho	<input type="checkbox"/> Mandioca	<input type="checkbox"/> Farinha
<input type="checkbox"/> Hortaliças. Quais?			
<input type="checkbox"/> Verduras. Quais?			
<input type="checkbox"/> Frutas. Quais?			
<input type="checkbox"/> Leite	<input type="checkbox"/> Ovos	<input type="checkbox"/> Mel	
<input type="checkbox"/> Outras. Quais?			
6. Qual a média mensal, em reais, desta comercialização? R\$			
7. Quais são as principais as formas de comercialização utilizada na venda dos produtos?			
<input type="checkbox"/> Direto ao consumidor	<input type="checkbox"/> Através da cooperativa	<input type="checkbox"/> Através da associação	
<input type="checkbox"/> Feiras livres	<input type="checkbox"/> Mercadinho	<input type="checkbox"/> Troca de produtos	
<input type="checkbox"/> Venda para merenda escolar	<input type="checkbox"/> Venda para o PAA/CONAB		
<input type="checkbox"/> Outra. Quais?			
8. Qual a principal dificuldade encontrada para comercialização dos produtos?			
<input type="checkbox"/> Ausência de mercado consumidor		<input type="checkbox"/> Ausência de transporte dos produtos	
<input type="checkbox"/> Distância da propriedade		<input type="checkbox"/> Dificil acesso à propriedade	
<input type="checkbox"/> Preço baixo		<input type="checkbox"/> Falta de informações para comercializar	
<input type="checkbox"/> Outras. Quais?			
<b>BLOCO G – SEGURANÇA ALIMENTAR</b>			

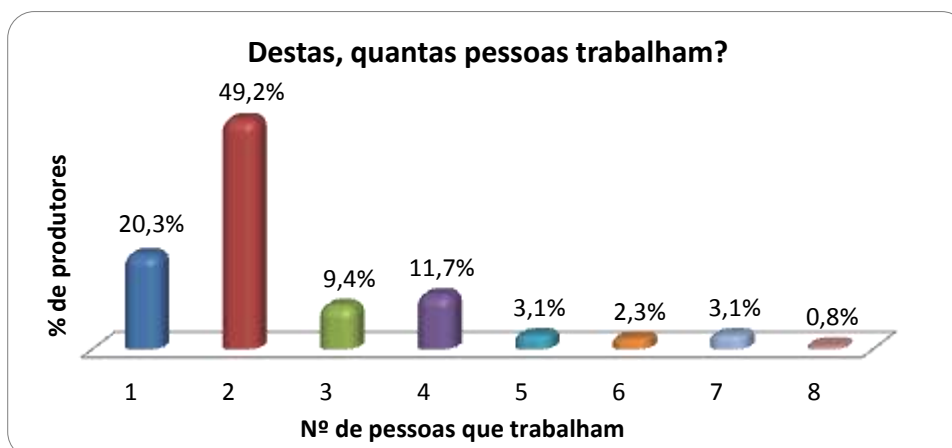
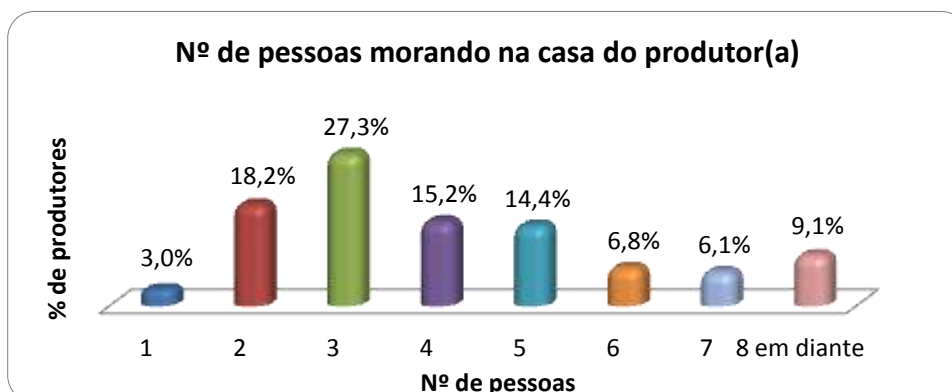
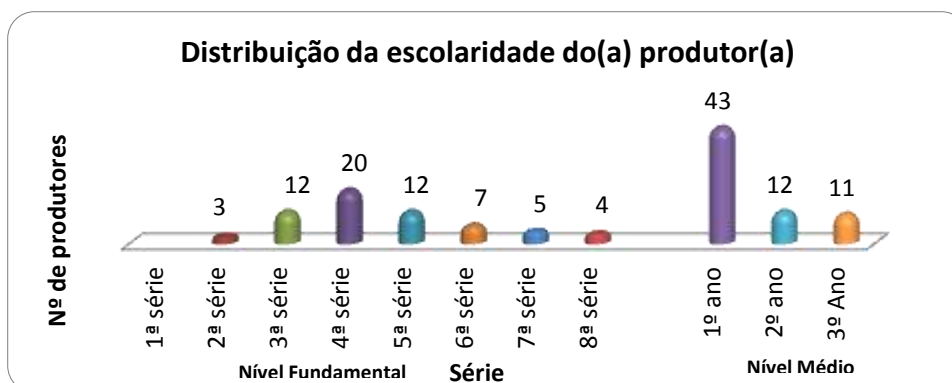
1. Quais produtos fazem parte da alimentação diária da família?			
<input type="checkbox"/> Feijão	<input type="checkbox"/> Arroz	<input type="checkbox"/> Farinha	<input type="checkbox"/> Café
<input type="checkbox"/> Hortaliças. Quais?			
<input type="checkbox"/> Verduras. Quais?			
<input type="checkbox"/> Frutas. Quais?			
<input type="checkbox"/> Leite	<input type="checkbox"/> Ovos	<input type="checkbox"/> Mel	
<input type="checkbox"/> Carne bovina	<input type="checkbox"/> Carne suína	<input type="checkbox"/> Galinha	<input type="checkbox"/> Peixe
<input type="checkbox"/> Outros. Quais?			
2. Dos produtos que fazem parte da alimentação diária da família, quais são produzidos na propriedade?			
<input type="checkbox"/> Feijão	<input type="checkbox"/> Arroz	<input type="checkbox"/> Farinha	<input type="checkbox"/> Café
<input type="checkbox"/> Hortaliças. Quais?			
<input type="checkbox"/> Verduras. Quais?			

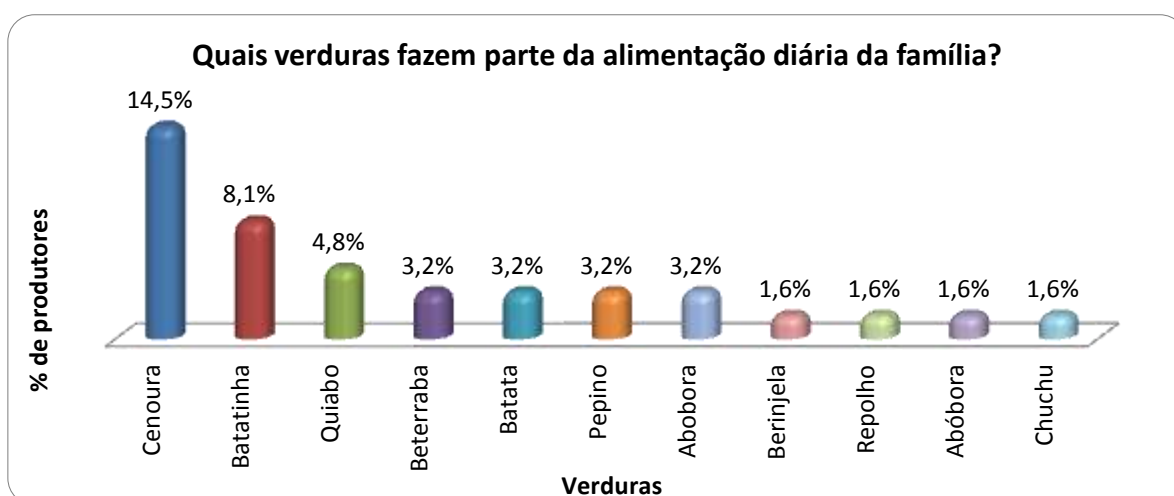
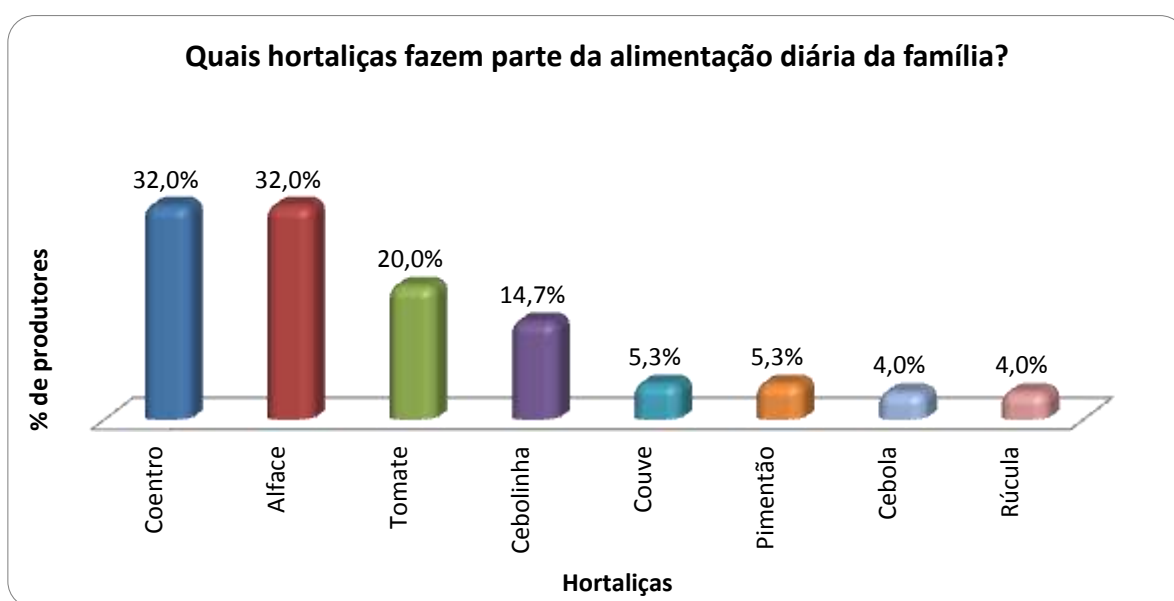
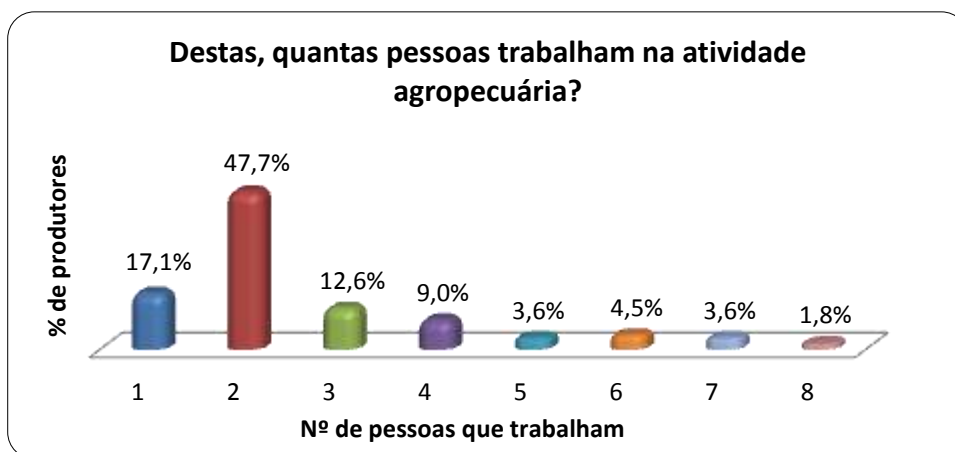
<input type="checkbox"/> Frutas. Quais?			
<input type="checkbox"/> Leite	<input type="checkbox"/> Ovos	<input type="checkbox"/> Mel	
<input type="checkbox"/> Carne bovina	<input type="checkbox"/> Carne suína	<input type="checkbox"/> Galinha	<input type="checkbox"/> Peixe
<input type="checkbox"/> Outros. Quais?			
3. Utiliza práticas de preparo do solo?		<input type="checkbox"/> Capinagem	<input type="checkbox"/> Calagem
<input type="checkbox"/> Sim 	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Herbicidas	<input type="checkbox"/> Uso reduzido de manutenção
		<input type="checkbox"/> Queimadas	
		<input type="checkbox"/> Outras. Quais?	
4. Utiliza adubo na preparação do solo para plantio?		<input type="checkbox"/> NPK	<input type="checkbox"/> Esterco de Curral
<input type="checkbox"/> Sim 	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Composto Orgânico	<input type="checkbox"/> Biofertilizantes
		<input type="checkbox"/> Farinha de osso	<input type="checkbox"/> Fosfato natural
		<input type="checkbox"/> Húmus de minhoca	<input type="checkbox"/> Bokashi líquido
		<input type="checkbox"/> Outros. Quais?	
5. Utiliza algum controle de pragas e doenças?		<input type="checkbox"/> Calda de fumo	<input type="checkbox"/> Calda de urtiga
<input type="checkbox"/> Sim 	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Calda Bordaleza	<input type="checkbox"/> Biofertilizantes
		<input type="checkbox"/> Outros. Quais?	
6. Utiliza alguma das seguintes práticas?		<input type="checkbox"/> Uso da cobertura morta	<input type="checkbox"/> Rotação de cultura
<input type="checkbox"/> Sim 	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Uso de composto	<input type="checkbox"/> Uso de biofertilizante
		<input type="checkbox"/> Urina de vaca	<input type="checkbox"/> Conservação do solo
		<input type="checkbox"/> Análise do solo	<input type="checkbox"/> Plantio em nível
		<input type="checkbox"/> Outras. Quais?	
7. Tem fontes de água?		<input type="checkbox"/> Açude	<input type="checkbox"/> Rio
<input type="checkbox"/> Sim 	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Poço	<input type="checkbox"/> Nascente
		<input type="checkbox"/> Outras. Quais?	
8. O que é feito com o lixo gerado na propriedade?			
<input type="checkbox"/> Queima a céu aberto		<input type="checkbox"/> Joga no rio	
<input type="checkbox"/> Coleta pública		<input type="checkbox"/> Compostagem	
<input type="checkbox"/> Lança a céu aberto		<input type="checkbox"/> Utiliza na lavoura como adubo	
<input type="checkbox"/> Enterra	<input type="checkbox"/> Outras. Quais?		

<b>OBSERVAÇÕES</b>	

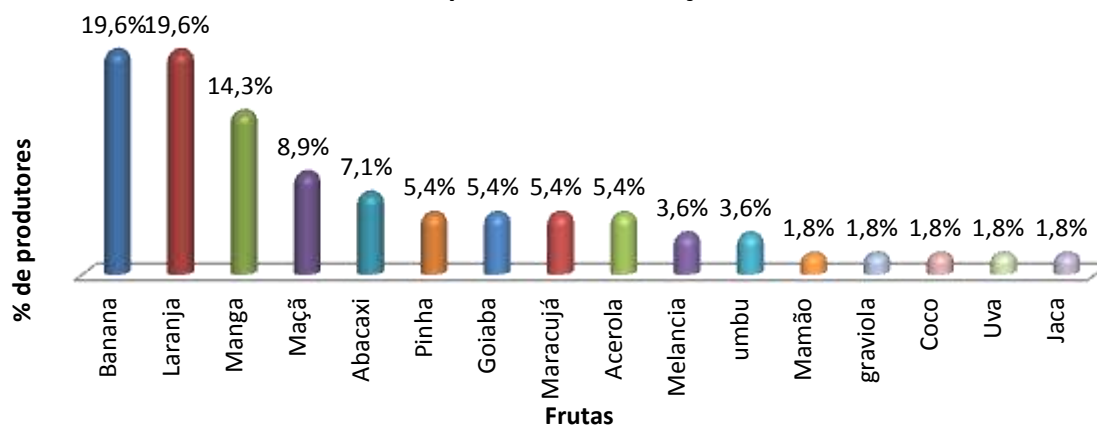
**AGRADECE A ENTREVISTA**

## APÊNDICE B – GRÁFICOS ADICIONAIS DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PESQUISA





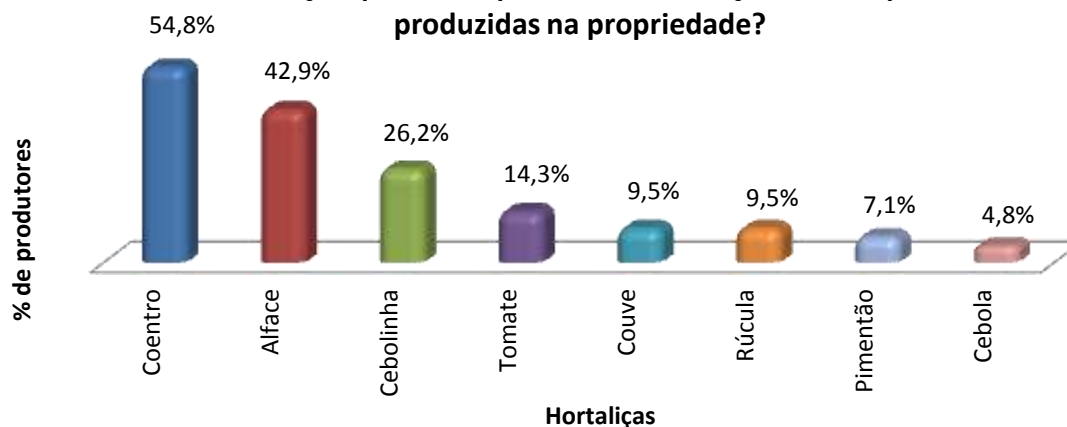
### Quais frutas fazem parte da alimentação diária da família?



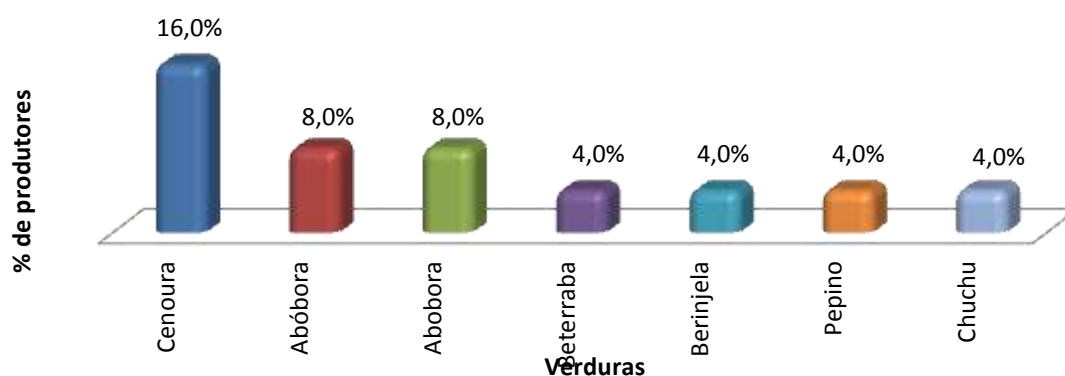
### Dos produtos que fazem parte da alimentação diária, quais são produzidos na propriedade?



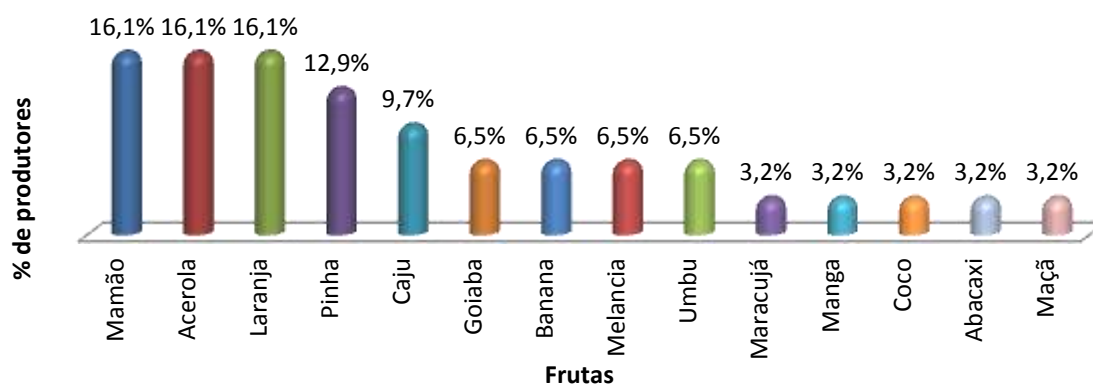
### Das hortaliças que fazem parte da alimentação diária, quais são produzidas na propriedade?



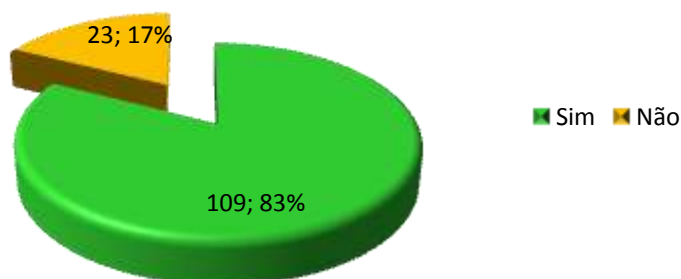
### Das verduras que fazem parte da alimentação diária, quais são produzidas na propriedade?



### Das frutas que fazem parte da alimentação diária, quais são produzidas na propriedade?

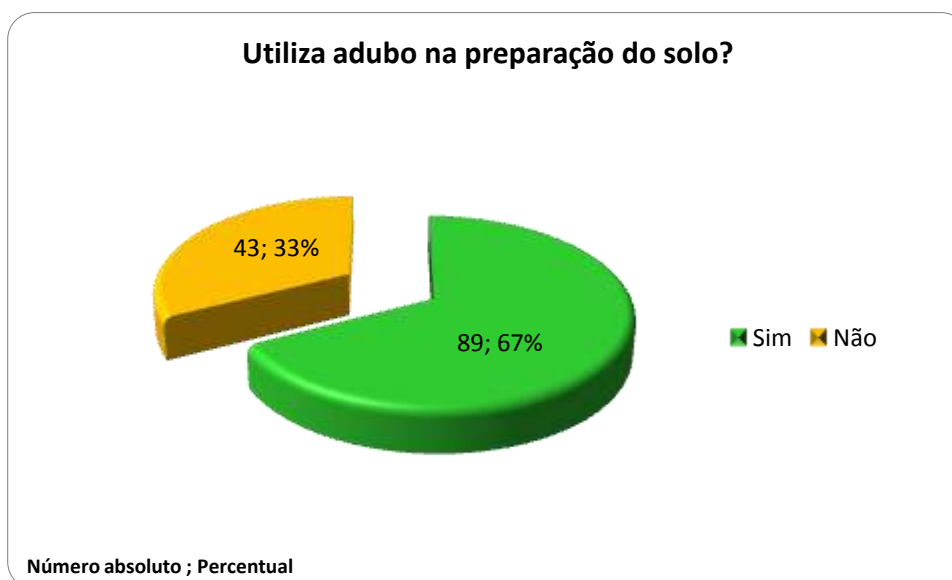
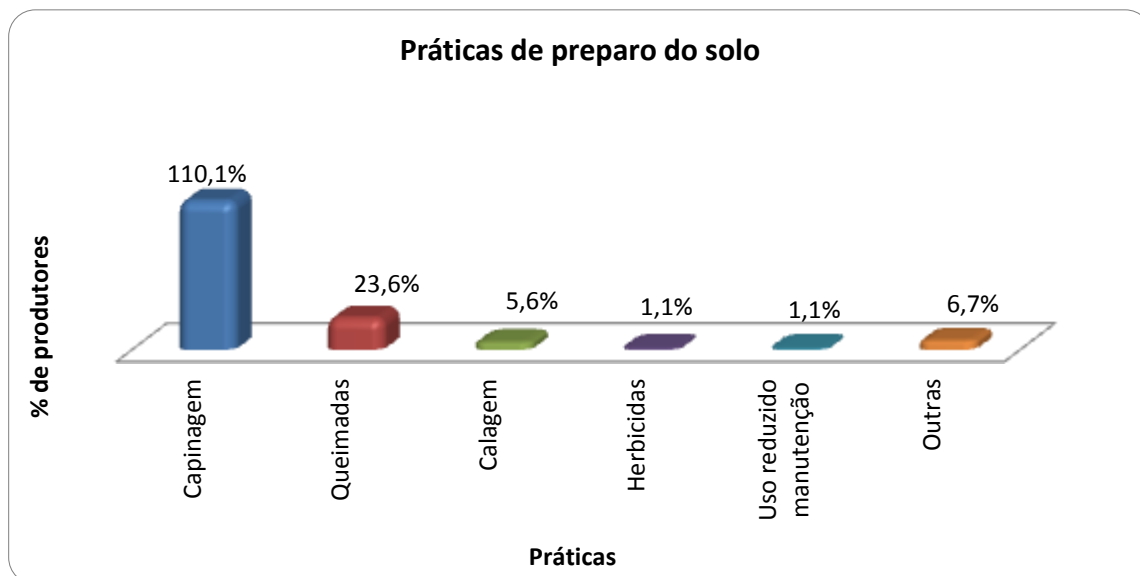


### Utiliza práticas de preparo do solo?

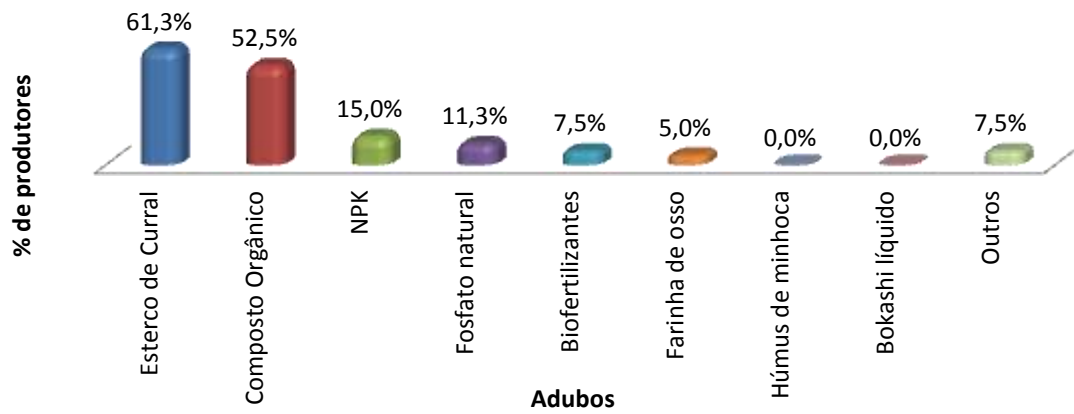


Número absoluto ; Percentual

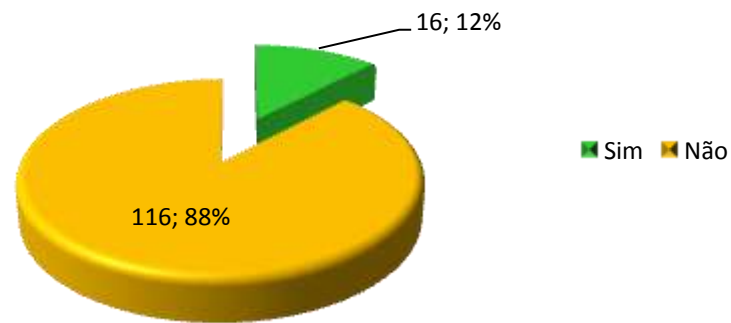




### Adubos utilizados na preparação do solo



### Utiliza algum controle de pragas e doenças?



Número absoluto ; Percentual

### Controles de pragas e doenças

